Coleção Tessituras do Cerrado

Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
Marcelo de Mello
(organizadores)

Território, cidades e cultura no cerrado

Território, cidades e cultura no cerrado

Coleção Tessituras do Cerrado

Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
Marcelo de Melo
(Organizadores)

Território, cidades e cultura no cerrado

Goiânia, 2012

UEG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E POŚ-GRADUAÇÃO
Endereço: BR-153 - Quadra Área , Km 99 - 75.132-903 - Anápolis - GO

Coordenação de Projetos e Publicações
Coordenação editorial: Elisabete Tomomi Kowata
Revisão:
Projeto gráfico:

Conselho editorial:
Adriana Carvalho Pinto Vieira – Unesc / Carla Conti de Freitas – UEG
Débora Cristina Santos e Silva – UEG / Flávio Marques Lopes-UFG
Mirza Seabra Toschi- UEG / Mônica Desiderio- UFRJ

Catalogação na Fonte
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Universidade Estadual de Goiás

T326
Território, cidades e cultura no cerrado / Organizadores, Ademir Luiz da Silva; Eliézer Cardoso de Oliveira; Marcelo de Melo. - Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012.
208 p. - (Coleção Tessituras do Cerrado)
ISBN - 978-85-63192-35-6

1. Geografia cultural de Goiás - História. 2. Goiás - Urbanismo - História. 3. Goiás - Cerrado - Cultura - História. I. Silva, Ademir Luiz da (org.). II. Oliveira, Eliézer Cardoso de (org.). III. Melo, Marcelo de (org.). IV. Título.

CDU 911.3 (817.3)

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia. A violação dos Direitos Autorais (Lei n.9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2012

Esta obra foi financiada com verba da própria instituição. A exatidão das referências, as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade dos autores.

Apresentação
Cerrado: lugar de encontros

Estudos arqueológicos indicam que há 11 mil anos povos de origem negroide e mongólica se encontraram na região do Cerrado. Esse encontro foi promovido por significativas alterações ambientais, quando um processo de desertificação provocou a redução da fauna em certas regiões da América do Sul. Alguns milhares de anos depois, os indígenas do grupo Tupi, provenientes do litoral, encontraram-se com os Jê, habitantes do centro do país. Estes povos estabeleceram densas relações com o Cerrado. No século XVIII, houve uma redefinição nas bases dessas relações a partir de outro encontro: bandeirantes paulistas, escravos africanos e portugueses se encontraram no Cerrado e alteraram os diálogos travados entre a natureza e a cultura nesse bioma.

Percebemos, então, que desde a pré-história o Cerrado é lugar de encontros entre povos de culturas diferentes. Este livro se aproveita da hospitalidade do Cerrado em propiciar o convívio entre os diferentes para promover, agora, um encontro interdisciplinar entre pesquisadores de diversas áreas que desenvolvem estudos sobre esse importante bioma brasileiro. Uma salutar aproximação epistemológica entre História, Geografia, Economia, Sociologia, Urbanismo e Teologia.

O Cerrado, situado no centro da América dos sul, possui cerca de 02 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo praticamente a totalidade dos territórios de Goiás, Tocantins e Distrito Federal e partes consideráveis dos estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Piauí. A grande extensão desse bioma é acompanhada por diversas manifestações culturais e naturais. Ao longo dos séculos cultura e natureza integraram-se, potencializando um diálogo entre a biodiversidade

e a sociodiversidade desse ambiente peculiar. Nesta perspectiva, o Cerrado solicita um olhar investigativo que vá além das concepções que o classificam como "mero" bioma, ou "mero" território habitado por humanos. Ele deve ser percebido como um "domínio", no qual os ambientes físicos, biológicos e socioculturais são integrados, fundidos.

O Cerrado, pela complexidade de relações nele engendradas, estimula uma abordagem interdisciplinar. Tal abordagem rompe com análises instrumentalizadas e técnicas centradas unicamente nos recursos naturais do Cerrado, bem como com perspectivas fundadas numa natureza idealizada, sem vínculos com as necessidades e motivações culturais.

O Cerrado permite essa interconexão entre saberes diversos, do mesmo modo que permitiu a convivência – nem sempre pacífica – entre povos diferentes. Ademais, situações de conflito também configuram relações sociais e elementos cosmopolitas encontram-se fartamente estabelecidos em nosso meio. Citando Tolstoi, "Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia". É esse o espírito. Descrer dessas possibilidades universalizantes é promover estereótipos. O Cerrado é lugar de vegetação e solo, mas também de grandes complexos agroindustriais; é lugar da aldeia, mas também da metrópole; da religião institucionalizada, mas também de práticas religiosas populares etc.

O Domínio do Cerrado está passando por um intenso processo de transformação socioeconômica, que, nas últimas décadas, resultou em desenvolvimento econômico, crescimento populacional, urbanização acelerada, maior integração com as outras regiões brasileiras. No entanto, esse processo de modernização trouxe também conseqüências danosas, tais como a degradação ambiental, o crescimento desordenado das cidades, a ameaça de desaparecimento de certas expressões culturais e saberes dos grupos tradicionais. Nesse sentido, esse livro é resultado de estudos promovidos por professores pesquisadores da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que, num esforço conjunto, criaram a proposta de mestrado interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, aprovado pela Capes no final de 2012. Esse programa é produto do encontro de docentes com uma demanda emergencial e profunda: uma análise crítica dos domínios do

Cerrado, levando-se em conta os aspectos históricos, geográficos, culturais, econômicas e sociais. O Cerrado, como o Sertão universal de Guimarães Rosa, é permeado de Veredas, locais de passagens e encontros.

Ademir Luiz da Silva, Eliezer Cardoso de Oliveira e Marcelo Mello;
Anápolis, outubro de 2012

PARTE 1 – TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A CULTURA URBANA NO CERRADO

Os Caminhos do Desenvolvimento e Modernização do Território: a Dinâmica Territorial e a Urbanização em Goiás 13
Janes Socorro Luz

Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) - 1943-1967 29
Dulce Portilho Maciel

O homem e a razão instrumental no processo de apropriação da natureza do Cerrado 53
Marcelo de Mello

A ocupação, povoamento e o início do desenvolvimento dos meios de transportes no Sul de Goiás, 1850-1930 .....,..... 63
Hamilton Afonso Oliveira

Planos de Intervenção Urbanística: desafios e limites nos "Melhoramentos de São Paulo" 77
Robson Mendonça Pereira

Modernidade Tardia: arte e urbanização goiana no documentário Mudernage 91
Ademir Luiz da Silva

Das nascentes e águas do Oeste: Tutela jurídica dos recursos hídricos e proteção à natureza nos domínio do Cerrado 103
Sandro Dutra Silva - Wander Lúcio Braga Sousa

Cidades novas a serviço do poder: um estudo comparativo entre Sabaudia (Italia) e Goiânia (Brasil) 113
Milena d´Ayala Valva - Gustavo Neiva Coelho

PARTE 2 – OS MÚLTIPLOS SABERES SOBRE O CERRADO

Cerrado, indígenas e não indígenas: encontros e desencontros 131
Poliene S. dos Santos Bicalho

Janelas abertas do sertão: Espaço-tempo das festividades religiosas em Goiás 147
Maria Idelma Vieira D'Abadia

Quem te olhou, mas não te viu: representações do maravilhoso sobre o cerrado goiano no século XVIII 157
Eliézer Cardoso Oliveira

Quando o sertão chegou ao mar: o território goiano na primeira metade do século xx sob a ótica da revista a Informação Goyana 169
Maria de Fátima Oliveira

Criação, natureza e meio ambiente 179
Haroldo Reimer

O corpo tangível como instância inacabada da existência 195
Sandro de Oliveira Safadi - Giuliana Vila Verde

PARTE 1
TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A CULTURA URBANA NO CERRADO

OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO:
A DINÂMICA TERRITORIAL E A URBANIZAÇÃO EM GOIÁS

Janes Socorro da Luz[1]

> Por um lado, desenvolvo uma teoria geral, mas, por outro, preciso sentir o enraizamento em algo que acontece no meu próprio jardim.
>
> David Harvey

Considerações iniciais

Ao longo da constituição do território goiano é perceptível sua crescente e irrevogável apropriação em conexão com o avanço técnico-científico e informacional. Pois, em um ritmo cada vez mais acelerado novas formas, estruturas, processos e funções passaram a compor o seu espaço, repercutindo na dinâmica urbana e rural de forma indissociável.

Nesse sentido, nosso interesse em compreender a dinâmica territorial e a urbanização em Goiás implica, inicialmente, em analisar os caminhos do desenvolvimento e a recente modernização das estruturas técnicas e produtivas que contribuíram para a inserção do Estado no processo de divisão social e territorial do trabalho nas escalas regional, nacional e, mesmo, internacional.

Por isso, a releitura do contexto histórico no qual se deu a apropriação do território que, por sua vez, influiu, tanto, na ruptura do isolamento que o caracterizava, como, na consecutiva fragmentação territorial que mar-

1_Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Professora do Curso de Geografia pela UEG(Anápolis)

cou sua evolução. Depois, os caminhos do desenvolvimento são percorridos através do exame da dinâmica produtiva que transformou a economia de base agrícola voltada para a subsistência em uma estrutura moderna, num processo que se relaciona de forma direta com a ação estatal; por fim, caracteriza-se o processo de urbanização que repercute na organização da rede urbana em Goiás e na importância e influência das capitais, Goiânia e Brasília, e, principalmente, das cidades médias, com destaque para Anápolis.

A apropriação do território goiano: a ruptura com o isolamento e a transformação dos velhos tempos

Inicialmente, o território goiano destacava-se pela rarefação do povoamento e das relações sociais. Nessa direção, tornou-se comum identificá-lo com a noção de sertão, distante e vazio. De acordo com Moraes (2003, p.19):

> Porém, como visto, a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país.

E, o autor acrescenta:

> Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (IDEM, 2003, p. 20)

Inclusive, para Moraes e Rocha (2001) os primeiros registros de incursões pelo território goiano remontam o século XVII, quando foram orga-

nizadas expedições exploratórias e de captura de população indígena para o trabalho escravo. Todavia, os primeiros núcleos de povoamento só foram estabelecidos por volta do início do século XVIII, como por exemplo, os arraiais da Barra e de Sant'Ana que se transformou, depois, em Vila Boa de Goiás no ano de 1739, constituindo a primeira sede administrativa da, então, Capitania de Goiás.

Nesse contexto, a inserção do Centro Oeste e, em específico, do território goiano a partir de meados do século XVIII no sistema produtivo nacional se respalda pela dinâmica expansionista do capitalismo, uma vez que "a reprodução das relações de produção implica tanto a extensão quanto a ampliação do modo de produção e de sua base material" (LEFEBVRE, 1999, p. 176). Ou seja, cada etapa do processo de apropriação e transformação do território goiano se articula a um determinado momento e acontecimento em curso na esfera nacional e, em particular, no centro dinâmico do país.

Dessa maneira, na relação estabelecida entre o centro e a periferia, cada parcela do território aos poucos se especializa e, conforme se aprofundam os vínculos, mais complexas são os papéis e funções desempenhados e as relações[2] que se efetivam, bem como a divisão do trabalho que se estabelece. Pois, como afirma Smith (1988, p. 152) "a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento".

Com isso, a articulação entre a periferia e o centro transformou o sertão em área de fronteira, propiciando a expansão e integração do território. E, nesse processo de transição, configuram-se duas fases: a primeira, ao longo do período minerátorio durante os séculos XVIII e XIX; e, a segunda, durante a fase pecuarista e de agricultura para subsistência, que se desenrola a partir do final do século XIX e, principalmente, ao longo das primeiras

2_Conforme Raffestin (1993) existem relações bilaterais e multilaterais: no primeiro caso, existem dois atores principais o demandante, quem compra o trabalho, e o ofertante, quem vende ou oferece, com isso as relações são restritas e imediatas, envolvendo os atores principais e as organizações que estabelecem as regras e normas; no segundo caso, " a relação nasce em um dado lugar e para um dado lugar, num dado momento e por uma duração determinada ou indeterminada" (IDEM, 1993, p. 33). Nesse último sentido, as relações são constituídas por diferentes elementos: os atores e suas políticas, intenções e finalidades; as estratégias empregadas; os códigos; além, dos elementos temporais e espaciais.

décadas do século XX.

Nesse sentido, também Bertran (1978), Borges (2000), Chaul (2002), Estevam (2004), além de Palacín, Garcia e Amado (2001), concordam que a primeira fase, mineração, atraiu fluxos migratórios provenientes do Sudeste e Nordeste para o interior e promoveu: a formação de núcleos urbanos; a instalação de representações do poder religioso e do político; e, a formação de um mercado interno responsável pelas trocas comerciais. A mineração, por sinal, foi a principal atividade econômica das novas capitanias, sua exploração impulsionou a expansão territorial e contribuiu para a ampliação das relações sociais e políticas no interior do Mato Grosso e em Goiás. Ademais, com o declínio da mineração, início do século XIX, ocorreu a ruralização e empobrecimento da população. A saída para crise que se instalou foi a atividade agropastoril, principalmente, a pecuária extensiva, em função das características naturais da região e a disponibilidade de amplas áreas para sua prática.

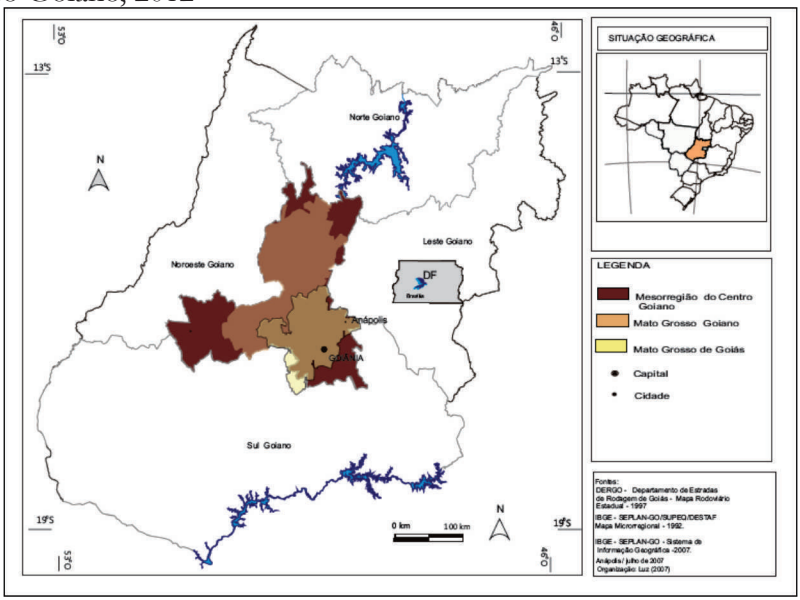
Mesmo assim, a segunda fase ligada à produção agropecuária, apesar do desenvolvimento da pecuária, destacava-se pela inércia e isolamento. E, de acordo com Leme (2003, p.621), essa letargia só era rompida "pelo tropel modorrento das boiadas em direção ao território paulista". Porém, é recorrente a premissa de que apesar da imagem de decadência e atraso que expunha uma realidade marcada pela pauperização, o Estado de Goiás desenvolveu suas estruturas econômicas, principalmente, ligadas à pecuária extensiva. Os entraves, contudo, encontravam-se na infraestrutura precária dos transportes, na distância em relação aos centros dinâmicos do Sudeste, nas transformações políticas nacionais e na conjuntura internacional desfavorável, aspectos que imprimiram suas marcas no processo evolutivo regional.

Todavia, mesmo com as referidas dificuldades a pecuária inseriu o território goiano nos circuitos produtivos nacionais e estimulou as relações comerciais entre o centro e a periferia. Para Chaul (2002, p. 94) "indiferente às dificuldades de transporte, o gado, que se autotransportava, estabelecia elos comerciais duradouros entre Goiás, Minas e São Paulo". Ainda, no âmbito do desenvolvimento da pecuária as relações sociais se diversificaram e estabeleceram as bases para uma divisão do trabalho regional, articulando

a agricultura de subsistência à pecuária extensiva, iniciando o "tempo da transformação" de acordo com Estevam (2004, p. 73).

Com a expansão da cultura cafeeira para o interior de Goiás, no final do século XIX e início do século XX, ocorreu a ampliação das áreas produtivas e, esse fato, induziu na transformação das estruturas internas. Além disso, a introdução do cultivo do café e, depois, de arroz, transformou as áreas agrícolas voltadas para a subsistência em áreas de produção comercial e contribuiu para o estabelecimento de fluxos comerciais contínuos com os estados do Sudeste, atraindo e concretizando a chegada da ferrovia, no início do século XX. Nessa direção, o processo dinamizou a parte centro-sul do território goiano, região do antigo Mato Grosso Goiano, uma área que passou a se configurar como o principal centro econômico, social e político de Goiás, uma área que corresponde atualmente à mesorregião do Centro Goiano, (ver Mapa 01).

Mapa 01 - Estado de Goiás: Divisão em Mesorregiões e a área do Mato Grosso Goiano, 2012



FFonte: Luz (2012)

Nesse processo, torna-se relevante o papel do Estado e, respectivamente, das estratégias traçadas, objetivando o uso do território. Para Santos e Silveira (2001, p. 21) "o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas [...] também pelo dinamismo da economia e da sociedade". E, sobre a progressiva transformação do território nacional os autores acrescentam:

> A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la no seu processo e sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. [...] O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho – sociais e territoriais. (IDEM, 2001, p. 23)

Também, a ação sistematizada e metódica do Estado é fundamental na explicação do processo de constituição do Estado de Goiás, pois, inerente ao movimento de articulação econômica do País, sempre esteve presente a atuação do Estado e seu discurso pela integração nacional. Inclusive, ao longo do século XX, pode-se exemplificar a atuação do Estado em três momentos distintos: o primeiro, durante o Governo Vargas nas décadas de 1930 e 1940, quando se estabelecem as bases para a interiorização do povoamento com o projeto Marcha para o Oeste, implantando as colônias de Dourados no Mato Grosso e, principalmente, Ceres em Goiás, além da construção de Goiânia; o segundo, com o Governo de Juscelino Kubitschek nas décadas de 1950 e 1960, com o desenvolvimento do Plano de Metas e a construção de Brasília; o terceiro momento, por sua vez, desenvolve-se a partir do anterior e atinge os dias atuais, envolvendo a fase militar e de abertura política.

O Estado[3], dessa maneira, foi chamado a participar, generosamente como no caso do Estado de Goiás, no processo criação dessas novas realidades, desempenhando diferentes papéis, como por exemplo: no estabelecimento de mediações; na normatização e regulação das relações; na plani-

3_De acordo com Evans (1993), a partir da década de 50 e 60 surgiu a teoria do desenvolvimento que pressupunha a intervenção do Estado na promoção de mudanças estruturais. No Brasil, esse período coincide com a elaboração dos planos de desenvolvimento que impactaram de forma significativa o Centro Oeste.

ficação de ações e estratégias de desenvolvimento; além, do investimento e financiamento das atividades produtivas e sistemas de engenharia. Nesse sentido, Evans (1993, p.107) afirma que o principal "encargo do Estado era acelerar a industrialização, mas também se esperava que desempenhasse um papel na modernização da agricultura e no fornecimento da infraestrutura necessária à urbanização". E, vale ressaltar, conforme afirma Castro (2005, p. 238) que "embora o capital esteja livre para voar, é o Estado quem fornece as condições para o seu pouso, revalorizando o território para manter antigos investimentos ou para atrair novos

A análise da evolução da apropriação do território goiano indica para a existência de uma dinâmica que transforma de forma acelerada a realidade e as características sociais e econômicas, imprimindo sobre a base territorial, o Estado de Goiás, um padrão de urbanização que se estende por todo o território. Nessa perspectiva, discute-se a tessitura da rede urbana goiana e as suas características inerentes, considerando o conjunto formado, principalmente, pelas cidades grandes e médias, contudo, sem deixar de destacar a questão das pequenas cidades que perfazem a maioria das cidades no Estado.

A dinâmica da urbanização no Estado de Goiás: a formação de subespaços

No caminho do expansionismo dos interesses econômicos, políticos e sociais, se estabeleceu uma divisão territorial do trabalho que articula as diferentes parcelas ou frações do território. E, os lugares, aos poucos se especializam e, neles, as relações que os transformam, pois, de acordo com Santos e Silveira (2001, p.135):

> Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção.

Para Elias (2006) as relações entre o campo e a cidade se intensificaram e integraram, pois, na cidade encontram-se, além da mão de obra, uma rede especializada de serviços e locais para processar a produção. "Quanto mais moderna se tornam a agropecuária e a agroindústria, mais urbana se torna sua regulação" (IDEM, 2006, p. 290). E, consequentemente, mais complexas e diversificadas são as novas relações criadas, além da ampliação dos fluxos entre esses novos centros regionais de gestão e os centros nacionais, ou mesmo, entre os centros regionais e os globais. Assim, os equipamentos e sistemas de engenharia transformam rapidamente as características de uma localidade, estabelecendo novos arranjos e as condições necessárias para que se constitua o meio geográfico técnico-científico e informacional. De acordo com Santos (2000, p. 88):

> A agricultura moderna se realiza por meio dos seus belts, spots, áreas, mas a sua relação como mundo e com as áreas dinâmicas do país se dá por meio de pontos. É o que explica, por exemplo, o importante relacionamento entre cidades regionais e São Paulo.

Por sua vez, Leme (2003, p. 624) complementa:

> A base logística, a incorporação da fronteira e a penetração de capitais privados – ao tempo em que reforçava a complementaridade do Centro Oeste à economia paulista – conferiu a alguns núcleos urbanos, estrategicamente beneficiados pela infraestrutura implantada, papel destacado no fomento da acumulação e da diversificação produtiva. Outros centros urbanos existentes foram menos favorecidos e tiveram alterados os seus pesos relativos na hierarquia regional, restringindo seu papel polarizador à medida que novos veios de articulação com as áreas dinâmicas do Sudeste se abriam.

Por sinal, na análise do processo de urbanização na Região Centro Oeste, Soares e Bessa (1999) apontam como determinantes recentes dessa dinâmica a construção da nova capital, Brasília, que demandou a expansão

das redes de transporte e energia, fator que influiu na modernização das atividades agrícolas. Ainda, segundo essas autoras, a rede urbana regional "foi determinada pelo dinamismo das atividades econômicas e pela localização dos centros de poder, tanto federal quanto estaduais, bem como pela divisão política dos estados do Mato Grosso e Goiás" (IDEM, 1999, p. 16). Enquanto, o estudo do IPEA/IBGE/Universidade de Campinas (1999, p. 11), ao traçar o perfil da rede urbana regional destacou:

> Embora provocadoras de alterações na estrutura urbana, como não poderia deixar de ser, as mudanças vividas pela economia do Centro Oeste nos últimos anos, ainda que profundas, não foram suficientes para alterar, na essência, a base urbana anterior [...] Tanto as transformações na infraestrutura como o surgimento das duas principais aglomerações urbanas, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais, foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro Oeste, tal como ele se apresenta atualmente. Na verdade, houve reforço da espacialização pré -existente, acentuando-se, ainda mais, o papel e a abrangência dos centros polarizadores.

Para Steinberger (2003, p. 614), nos anos pós-1970:

> [...] assistiu-se a uma concentração progressiva nessas duas cidades e suas periferias, e a uma perda generalizada de capacidade de reter população de praticamente todos os municípios de menor porte, acompanhada por um discreto crescimento dos poucos municípios com mais de 100 mil habitantes da região, a saber: Anápolis e Rio Verde em Goiás; Campo Grande e Dourados em Mato Grosso do Sul; e Cuiabá-Várzea Grande e Rondonópolis no Mato Grosso.

A gradativa transferência da população do campo para a cidade reforça a tendência de concentração demográfica nas áreas mais dinâmicas do território, onde se desenvolvem as atividades, principalmente as terciárias e industriais, ou mesmo, agroindustriais. Aspecto que se destaca em Goiás,

pois, os pequenos municípios, mesmo sendo maioria, concentram apenas 20,8% da população total, enquanto vinte municípios com mais de 50 mil habitantes concentram 62,8%, conforme dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Por sinal, em relação ao crescimento da população nos referidos municípios, verifica-se que foram os pequenos os que mais perderam população entre 2000 e 2010. Enquanto os municípios considerados médios, em especial os situados entre 100.000 e 500.000 habitantes, foram os que mais cresceram, (ver Tabela 01):

Tabela 01 – Estado de Goiás: número de municípios e população total conforme a classe de tamanho de população, 2010

Classe de Tamanho da População	**Número de Municípios**		**População total**		
	2010	**(%)**	**2000**	**2010**	**Cresc. (%)**
Até 20.000	194	78,90%	1.372.113	1.248.351	-12,40%
De 20.001 a 50.000	32	13,00%	915.815	984.512	6,90%
De 50.001 a 100.000	11	4,50%	634.436	830.766	19,60%
De 100.001 a 500.000	8	3,30%	987.857	1.638.158	65,00
Acima de 500.000	1	0,40%	1.093.007	1.302.001	20,90%
Total	**246**	**100,0%**	**5.003.228**	**6.003.788**	**100,00%**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.
Organização: Luz (2012)

E, ao considerarmos a dimensão urbana no contexto goiano, surge a configuração de um espaço complexo que se destaca pela presença de um eixo dinâmico que articula duas capitais e suas áreas de influência, além da cidade de Anápolis, considerada cidade média. Tanto Goiânia como Brasília,

simbolizam o projeto estatal que buscava imprimir a concepção de modernidade e ruptura com a situação de atraso que caracterizava o quadro regional. Nesse sentido, as duas cidades surgem modernas, porém, aos poucos imergem na dinâmica local e, com isso se transformam, Brasília, por exemplo, passa a contar com um apêndice denominado de Entorno do Distrito Federal[4] com o qual estabelece relações constantes. Portanto, articula-se ao território goiano, pois, dos 21 municípios que formam a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal ou de Brasília (RIDE), 19 são goianos.

Mas, para além da dimensão que abrange a configuração do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e de forma mais particularizada, encontra-se um sistema urbano em Goiás que, de um lado comporta uma metrópole dinâmica (Goiânia), além de dezenas cidades (228) com menos de 50 mil habitantes, além de 17 cidades que formam um grupo intermediário com população entre 50 mil e 500 mil habitantes.

Trata-se de um grupo de cidades que possuem diferenças significativas do ponto de vista socioespacial, o que permite a formação de subgrupos ou subespaços, considerando como referência a identificação ou não das mesmas como cidades médias. Porém, conforme Amorim Filho (1984), apesar de identificadas na faixa de população entre 50.000 e 500.000 habitantes, uma cidade de porte médio não é, necessariamente, uma cidade média. Pois, as cidades médias, constituem centros regionais dinâmicos e multifuncionais que comandam as diferentes relações sociais, econômicas e políticas nas áreas em que se localizam. Portanto, possuem uma complexidade funcional maior que as diferenciam das cidades que, apesar de serem de porte médio, não exercem a função de centros regionais ou, mesmo, que pertençam a uma região metropolitana, como por exemplo, as cidades da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) ou a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), (ver Tabela 02).

4_ A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal foi criada pela Lei Complementar no. 94 de 19 de fevereiro de 1998.

Tabela 02 – Estado de Goiás: cidades com população entre 50.000 e 500.000 habitantes, 2000-2010

Cidades	RIDE/ RGM	2000	2010	2000-2010 (%)
Águas Lindas de Goiás	RIDE	105.583	159.138	33,7%
Anápolis	-	280.164	328.755	14,8%
Aparecida de Goiânia	RGM	335.547	455.193	26,3%
Luziânia	RIDE	130.165	162.807	20,0%
Rio Verde	-	106.079	163.540	35,1%
Trindade	RGM	78.199	100.106	21,9%
Valparaíso de Goiás	RIDE	94.856	132.982	28,7%
Caldas Novas	-	47.308	67.714	30,1%
Catalão	-	57.606	81.064	28,9%
Formosa	RIDE	69.285	92.023	24,7%
Goianésia	-	44.912	55.660	19,3%
Itumbiara	-	77.123	88.942	13,3%
Jataí	-	68.821	81.010	15,0%
Novo Gama	RIDE	73.026	93.971	22,3%
Planaltina	RIDE	70.127	77.582	9,6%
Santo Antônio do Descoberto	RIDE	48.398	56.808	14,8%
Senador Canedo	RGM	50.442	84.111	40,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.
Organização: Luz (2012).

Nessa perspectiva, as cidades do grupo intermediário se subdividem em três subespaços: o primeiro abrange as cidades da Região Metropolitana de Goiânia (Aparecida de Goiânia, Trindade, e Senador Canedo) e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno de Brasília (Águas Lindas, Formosa, Luziânia, Valparaíso, Novo Gama, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto). Porém, vale reafirmar que elas não constituem cidades médias, pois, estão estruturadas economicamente e formam uma área funcional estruturada e integrada à metrópole, (BELTRÃO SPOSITO, 2001). O ou-

tro subespaço é formado por cinco centros locais (Caldas Novas, Goianésia, Itumbiara, Catalão e Jataí), que apresentam economia articulada a um determinado segmento econômico, por exemplo, o turismo em Caldas Novas. E, o último subespaço é formado por Rio Verde, na parte sul do Estado, e Anápolis na área central. Estes dois últimos centros urbanos formam "por excelência, o tipo que melhor descreveria uma típica cidade média" (CORRÊA, 2007, p.32).

Para Corrêa (2007) existem três tipos de cidades médias: o primeiro tipo se liga à presença da atividade comercial e elite comercial; o segundo onde predomina a elite fundiária e os investimentos ligados ao agronegócio, a agroindústria; e, o terceiro com os centros especializados e relações em múltiplas escalas, predominando a elite empreendedora. No caso, Rio Verde se caracteriza como centro de gestão da agropecuária moderna e do agronegócio, (ELIAS, 2007). Enquanto, Anápolis se destaca pela indústria de transformação e farmacêutica, comércio, serviços e de logística.

Essa diferenciação também pode ser identificada pela análise da distribuição das atividades na escala intraurbana, pelo arranjo da concentração e descentralização que contribui para a especialização e refuncionalização na e da cidade, (SOUZA, 2009). Portanto, estabelece-se uma fluidez territorial que transforma as relações internas e cria novas racionalidades na produção do espaço, pois, de acordo com Moraes (1996, p. 15) "o espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem". E, no decorrer do processo surgem complementaridades e articulações interregionais que qualificam o campo e a cidade, inserido o território nos circuitos produtivos nacionais e internacionais.

Considerações finais

Os caminhos do desenvolvimento e modernização do território goiano podem ser expressos pela dinâmica que propiciou a formação de um sistema urbano complexo e diversificado, abarcando diferentes conjuntos e estruturas, formas e funções. Não existem cidades iguais, elas são

únicas, o que as transformam em objeto ímpar para a pesquisa. Por sinal, a configuração do território goiano e de seu sistema urbano representa um exemplo muito interessante, pois, podemos transitar por diferentes formas urbanas, tempos e processos espaciais, com relativa rapidez. Do tradicional ao moderno, da pequena à grande, passando pela média, do centro local ao regional e destes, à metrópole, todos estão, relativamente, marcados pela proximidade em Goiás.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino.** Belo Horizonte, n.5 p. 5-34, jun. 1984.

BELTRÃO SPOSITO, M.E. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. (Org.). **O espaço no fim do século - a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-117.

_____. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: UNESP/GASPERR, 2001.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro -Oeste do Brasil.** Brasília: CODEPLAN, Goiânia: Editora da UCG, 1988.

BORGES, B.G. **Goiás nos quadros da economia nacional:** 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

CASTRO, J. D. B. (org.) **Ensaios sobre economia regional goiana.** Anápolis: UEG, 2005.

CHAUL, Nasser. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CORRÊA. R.L. Construindo o conceito de cidade média In: Beltrão Sposito et al (org). **Cidades Médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p. 23-34.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas metodológicas In: SPOSITO, M. E.B. (org) **Cidades Médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular: 2007.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil Agrícola In: SPOSITO, E.S. et al. (org). **Cidades Médias:** Produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-304.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos de 2000 e 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em jun./2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (coord. geral), **Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas.** Mimeografado, Brasília, 1999.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 1999.

LEME, H.J.C. A espacialidade do desenvolvimento: cidades da Região Centro Oeste In: In BRANDÃO, C. A. (org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões:** o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003, p. 621-634.

MORAES, A. C. R. O sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4-5, jan./dez., 2002-2003.

PALACÍN, L.; GARCIA, L.F.; AMADO, J. **História de Goiás em Documentos.** Goiânia: EdUFG, 2001.

RAFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, L, M. **Atlas Histórico:** Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia:-

CECAB, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, Editora da UFG, n. 2, p.11-36, jan/dez. 1999.

SOUZA, M.V.M. **Cidades médias e novas centralidades:** análise dos Subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). 2009, 238f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

STEINBERGER, M. O significado da Região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica In BRANDÃO, C. A. (org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões:** o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

ESTADO E TERRITÓRIO NA HINTERLÂNDIA BRASILEIRA: AS AÇÕES DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL (FBC) - 1943-1967

Dulce Portilho Maciel[1]

Introdução

Em meados do Século XX, a hinterlândia brasileira achava-se pouco povoada, integrando-se de modo precário, econômica e culturalmente, à comunidade nacional. Na primeira metade da década de 1940, entretanto, achando-se o mundo sob a conjuntura da segunda Grande Guerra, o governo brasileiro adotou uma série de medidas com vistas à efetiva inserção dessa vasta extensão de território à federação nacional. A adoção de medidas neste sentido guardou relação com a circunstância da guerra – risco de agressão estrangeira em áreas costeiras, por exemplo. Contudo, essa inserção correspondia a interesses e aspirações, antigos e novos, de importantes segmentos das elites brasileiras, instaladas nas demais regiões do país, principalmente na Sudeste.

A elaboração do presente trabalho fundamenta-se em dois pressupostos, um de natureza geral, referente às condições do desenvolvimento histórico mundial na época contemporânea, sob o signo da evolução do sistema capitalista; outro concernente ao contexto nacional do Brasil, no seu processo de passagem da condição de país agro-exportador, com uma população predominantemente rural, até a situação recente, caracterizada pela progressiva proeminência do setor industrial na economia do país e

1_Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, professora/pesquisadora da Universidade Estadual de Goiás.

pela crescente e generalizada urbanização de seus habitantes.

O primeiro pressuposto é que, sob a vigência do sistema capitalista, o Estado[2] atua sobre o território a fim de dotá-lo de condições propícias à produção de mercadorias requeridas pelo mercado, seja em escala local, regional, nacional ou internacional, medida pela qual contribui para a reprodução do sistema, nessas diferentes escalas. (Oliveira, 1987, *passim*) O segundo é que, na década de 1940, com desdobramentos nas décadas seguintes, uma série de idéias e interesses, próprios de diferentes segmentos da sociedade brasileira, convergiu no sentido da formulação de uma dada noção de Estado, com base na qual se justificava a adoção de regimes autoritários e centralizadores de governo. Os segmentos sociais de que se está falando teriam sido os seguintes: governantes civis, forças armadas, lideranças do setor industrial emergente, grupos políticos tradicionais, segmentos urbanos de classe média, além de outros.

Quanto às elites civis então no poder – representadas, de início, na figura emblemática do presidente Getúlio Vargas -, tratava-se de uma mentalidade longamente cultivada na cultura política brasileira, do personalismo autoritário. No que concerne às forças armadas - representadas pelo Exército -, tratava-se da noção de que a democracia liberal não encontrava correspondência na sociedade brasileira, composta, predominantemente, por uma população rústica e analfabeta, incapaz, portanto, de participar de decisões quanto aos destinos do país. Somava-se a esta noção uma outra, de que as forças armadas, devido a constituírem-se em elite capaz, organizada e imbuída de visão nacional, a elas cabia o direito, se não o dever, de integrar-se ao Estado. (Carvalho, 2005: *passim*)

Quanto às elites econômicas emergentes, as lideranças do setor industrial, tratava-se do ponto de vista que nas relações entre o Estado e a economia, cabia ao primeiro dotar o pais das infra-estruturas indispensáveis ao crescimento da indústria, planejar e coordenar o desenvolvimento econômico nacional, compatibilizando os interesses e necessidades de seus diferentes setores. Ademais, cabia ao Estado, a regulamentação das relações de trabalho e o controle sobre a força de trabalho, principalmente seu segmento urbano. As atividades econômico-empresariais, em si, deviam constituir-se

2_ No presente caso, trata-se do Executivo da esfera federal de governo do Brasil, ao qual a FBC se vinculava diretamente.

em encargo da iniciativa privada, isto é, das chamadas "classes produtoras". (Boschi, 1979: passim; Vianna, 1989: *passim*)

No que concerne às elites políticas (e econômicas) tradicionais, voltadas para atividades rurais, principalmente para a agricultura de exportação, bem como a certos segmentos das classes médias urbanas, em processo de formação, tratava-se de um exacerbado temor de que ideologias extremistas de esquerda pudessem expandir-se em meio à sociedade brasileira. Este sentimento, todavia, não era exclusivo destes últimos segmentos sociais, mas permeava o conjunto das elites brasileiras, que se serviam dele, na elaboração de argumentos para a justificação, perante a opinião pública nacional, de regimes autoritários de governo e, bem assim, do uso de métodos brutais de repressão a movimentos de oposição a tais regimes - cite-se, na época em foco, o regime do Estado Novo (1937-1945) e, posteriormente, o regime militar instaurado em 1964 (1964-1985).

O ponto de vista da necessidade da instituição de um sistema de governo centralizado, capaz de conduzir com mãos vigorosas os assuntos da Nação, vicejava inclusive nos meios "pensantes" brasileiros, ou seja, entre aqueles que refletiam acerca das condições sob as quais vivia o país, buscando oferecer alternativas de solução para os graves problemas nacionais. (Fausto, 2000, *passim*) E este pensamento não era exclusivo de intelectuais que militavam em campos como a sociologia ou a ciência política; alcançava também alguns de áreas das ciências da natureza:

> Através da intervenção autoritária..., acreditava-se possível dissolver os conflitos..., fortalecendo o organismo da nação, no qual um novo homem se sintonizaria à natureza e aos outros homens... sob as vistas do Estado. Mesclava-se a organicidade da natureza, da nação e dos indivíduos que a formavam. (Duarte, 2006: 25)

Talvez uma boa parte dos componentes deste grupo possa ser classificada como segmento de classe média urbana, muito embora, como se sabe, numerosos de seus componentes pertencessem, em realidade, a grupos de elite, ainda que fosse da elite econômico-política vinculada ao setor agrário -exportador, em vias de superação.

O texto que se segue resulta de pesquisa realizada no Arquivo Nacional – Seção Regional do Distrito Federal, no acervo de documentos produzidos e/ou guardados pela Fundação Brasil Central (FBC), o qual hoje se integra, naquele Arquivo, ao Fundo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

1. Fundação Brasil Central: improvisação e negligência

O regime de inspiração fascista denominado Estado Novo instalou-se no país ao final de 1937, com o apoio de lideranças de diversos dos segmentos da sociedade brasileira mencionados acima. Seguiu-se a isto a inauguração, pelo governo federal, de uma campanha largamente difundida pela imprensa, intitulada Marcha para o Oeste. Dotada de claro conteúdo ideológico, no sentido da justificação do novo regime, a campanha continha forte apelo ao sentimento nacionalista da população brasileira, então avivado, diante da circunstância da guerra. Associou-se a esta campanha uma série de medidas tomadas com vistas ao povoamento, à ocupação econômica e à modernização sócio-cultural das regiões Amazônica e Brasil Central, principalmente desta última. Entre estas medidas, a de maior repercussão foi a criação da Fundação Brasil Central – FBC, em 1943.

A instalação da FBC constituiu-se, todavia, em iniciativa improvisada, diante da circunstância provisória da participação do Brasil em episódios da guerra na Europa. Em meados de 1943, criou-se, com grande alarde na imprensa, a então chamada Expedição Roncador-Xingu, cuja missão era implantar, no menor tempo possível, uma rota de comunicações – terrestre, aérea e de rádio-comunicação -, pelo interior do país, entre a cidade do Rio de Janeiro, então Capital federal, e a cidade de Manaus, situada na região amazônica. Na época, as comunicações no Brasil realizavam-se, quase exclusivamente, via áreas costeiras, ainda quando era o caso de se alcançar regiões do interior, circunstância em que se recorriam, complementarmente, a vias fluviais de penetração e/ou a precários meios de transporte terrestre. A probabilidade de ameaça externa à segurança da costa brasileira, decorrente do ingresso do Brasil na guerra (em 1942), exigia aquela medida, conforme então se argumentava.

A FBC foi instituída ainda naquele ano, com a finalidade, segundo o ato de sua criação, de "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental." A nova instituição vinculava-se diretamente à presidência da República, com sede na Capital federal. A primeira atribuição recebida pela FBC foi, todavia, a de proporcionar condições, de toda ordem, para a execução da tarefa a cargo da Expedição Roncador-Xingu, mencionada acima. Assumiu a presidência do novo órgão, o então ministro extraordinário da Coordenação da Mobilização Econômica, João Alberto Lins e Barros.

O ministro fazia parte do segmento militar do Estado brasileiro, sob o regime então vigente, e enfeixava em suas mãos uma extraordinária gama de poderes. Na condição de coordenador da Mobilização Econômica, tinha como missão captar e gerir recursos financeiros muito vultosos, em razão do estado de beligerância em que se achava o país. Em desdobramento a isto, João Alberto veio a se envolver com os mais variados assuntos nacionais relacionados com a guerra. Um deles foi a negociação, com os Estados Unidos, dos então chamados Acordos de Washington (assinados em março de1942), pelos quais o Brasil comprometeu-se com aquele país, em variados sentidos, inclusive quanto ao ingresso do Brasil na guerra, na condição de seu aliado.

Terminada a guerra externa, em 1945, e extinto no mesmo ano, no país, o regime do Estado Novo, João Alberto permaneceu à frente da FBC, condição em que se conservaria até 1947. Mas, foi ainda durante a guerra que a FBC se estruturou, do ponto de vista administrativo, época em que também se inaugurou, na instituição, um estilo de gestão, ao mesmo tempo, arrojado e negligente, e que se tornaria ali uma tradição, eventualmente abandonada, mas logo resgatada, durante todo o tempo de existência da instituição.

1.1. Empresas subsidiárias e outros negócios

A FBC foi dotada, quando de sua constituição, de dupla natureza jurídica; ou seja, entidade de direito público e, ao mesmo tempo, de direito privado. Esta prerrogativa que lhe foi concedida, em seus estatutos, foi

questionada em numerosas ocasiões, por diferentes autoridades, mas jamais foi abolida por completo. Na primeira condição, ela pode constituir e conservar um vasto quadro de funcionários públicos, encarregados das rotinas burocráticas da instituição, e também outros quadros estáveis, com atuação em suas "bases" e "postos avançados", em serviços de educação, saúde, saneamento, etc., ou em atividades de engenharia, "pacificação" de índios, experimentação em agro-pecuária, pesquisa científica, estudos técnicos, etc. Na segunda condição, pode explorar negócios de variados ramos e, mesmo, realizar empreendimentos de grande vulto e complexidade.

Durante a gestão de João Alberto, a FBC constituiu quatro empresas subsidiárias, sob a forma de sociedades, duas do tipo "limitada" e duas sociedades anônimas, todas elas com investimento inicial de grande monta; denominavam-se: Entrepostos Comerciais Brasil Central Ltda., Transportadora Amazonas Ltda., Usina Central Sul-Goiana S/A e Usina Fronteira S/A. Ainda naquele período, a FBC assumiu a condição de administradora (em regime de administração delegada) de uma outra empresa, a Estrada de Ferro Tocantins, de propriedade da União federal.

A firma Entrepostos Comerciais Brasil Central Ltda. (depois transformada em Entrepostos Comerciais FBC Ltda.) tinha sede na cidade de São Paulo e filiais nas cidades de Uberlândia (estado de Minas Gerais), Aragarças (estado de Goiás), Belém e Santarém (estas, no estado do Pará). Sua finalidade era a exploração de entrepostos de venda de mercadorias em geral, no atacado e no varejo, instalados em certas rotas: no sul, entre Uberlândia e Aragarças, ao longo da "linha de penetração" aberta pela FBC - atravessava as regiões sul e sudoeste do estado de Goiás; na região amazônica, entre Belém e Santarém, pelo rio Amazonas; entre Santarém e Itaituba, pelo rio Tapajós; entre Belém e Tucuruí, pelo rio Tocantins. Esta empresa foi extinta em meados da década de 1950, após diversos episódios de malversação de dinheiros, protagonizados por gestores de diferentes níveis de responsabilidade.

Ao que parece, sua administração nas rotas da região amazônica não chegou a alcançar sucesso, em qualquer época. Isto, talvez devido a dificuldades na reposição dos estoques de mercadorias, oriundas de outras regiões do Brasil, em razão das limitações existentes, no país, quanto aos sistemas de

transporte. Naquela região, além de produtos industrializados vindos da cidade de São Paulo, os entrepostos deveriam distribuir gêneros de subsistência semi-elaborados, produzidos em estados vizinhos (principalmente Goiás e Maranhão), como arroz, feijão, farinhas, etc., dos quais a região Amazônica tradicionalmente padecera carência. No sul, ao contrário, o movimento de vendas nos armazéns da firma parece ter sido bastante satisfatório, chegando mesmo a produzir mudança nos hábitos de consumo da população, tanto das localidades onde se achavam instalados, como dos habitantes das zonas rurais vizinhas.

Este foi o caso da cidade de Caiapônia, por exemplo, no sudoeste goiano. (Meireles,1960:217-252) E foi também o caso, por certo, de núcleos urbanos e áreas rurais nas proximidades de Aragarças, cidade fundada pela FBC, logo tomada como centro de referência pela população de toda a região do alto Araguaia, nos estados de Goiás e Mato Grosso. Nesta região, na época, de economia agro-pecuária para autoconsumo, relativamente desenvolvida, pela primeira vez, a população podia abastecer-se, regularmente, de produtos manufaturados, tanto de artigos de consumo imediato – tecidos, calçados, artigos de perfumaria e armarinho, medicamentos e, principalmente, sal (insumo indispensável na criação de gado vacum) -, como de certos bens duráveis – máquinas de costura, ferramentas, instrumentos agrícolas, etc.

A Transportadora Amazonas Ltda., outro empreendimento subsidiário da FBC, foi criada oficialmente em 1945, mas somente veio a adquirir condições de operar em 1947, quando esta instituição transferiu para seu patrimônio um conjunto de embarcações: 2 navios e 3 lanchas. Estas embarcações tinham sido recebidas pela FBC como doação do Ministério da Viação e Obras Públicas que, por sua vez, as recebera da então extinta (por esgotamento do prazo de contrato com o governo brasileiro) *The Amazon Telegraph Company Ltda.* Na ocasião, a FBC recebera também a doação de cerca de 3.800 quilômetros de cabos telegráficos subfluviais, estendidos entre as cidades de Belém e Manaus. Inicialmente, algumas dessas embarcações deveriam ser usadas nas operações de recuperação dos cabos, material então muito valorizado, uma vez que podia servir de matéria prima na fabricação de arame farpado, cravos, pregos, etc. Ocorreu que, nem os cabos foram re-

cuperados pela FBC (que transferiu o encargo da operação a terceiros), nem as embarcações chegaram a ser plenamente utilizadas, em conformidade com o que se constituía em objeto da empresa; isto é, explorar o comércio de navegação e transporte, em geral, ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes pela margem direita, propiciando ligação entre a bacia amazônica e as regiões do Brasil Central. O empreendimento malogrou-se, antes mesmo de haver se estabelecido plenamente.

A Usina Central Sul-Goiana S/A foi implantada na localidade de Santa Helena, então pertencente ao município de Rio Verde, no sudoeste do estado de Goiás. Constituiu-se no mais vultoso e sofisticado empreendimento da FBC. Com capacidade para a produção de 40 mil sacas de açúcar e também 40 mil litros de álcool por ano, a fim de abastecer destes produtos as regiões sul-sudoeste de Goiás e leste de Mato Grosso, entrou em funcionamento em meados de 1945. Foi a primeira empresa do gênero instalada em Goiás. Todavia, apesar do seu sucesso inicial, já em 1950 achava-se sob a intervenção do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA –, devido a problemas de insolvência bancária. Foi privatizada, mediante a venda das ações da FBC - que representavam a quase totalidade do capital social da empresa -, em fins da década de 1950, depois de uma acidentada trajetória, sob a administração dessa entidade. Nas décadas que se seguiram a sua privatização, esta empresa veio a se tornar um dos mais importantes estabelecimentos industriais do estado de Goiás, não obstante a expansão acelerada de empreendimentos industriais e agro-industriais neste estado, verificada no decorrer desse período, estes últimos, sobretudo na região em que se acha instalada aquela empresa, o sudoeste goiano.

A Usina Fronteira S/A instalou-se na localidade do mesmo nome, então pertencente ao município de Frutal, estado de Minas Gerais. Tinha também a finalidade de produzir açúcar e álcool, desta vez, para abastecimento do extremo oeste mineiro. Não obstante o vulto do investimento que se fez para sua implantação, seu desempenho foi medíocre, enquanto sua administração esteve sob a responsabilidade da FBC, em razão, certamente, de incúria e ineficiência em sua gestão. Já em 1948, achava-se sob a intervenção do IAA. Foi privatizada na mesma época que a Sul-Goiana, fundindo-se com outras, posteriormente.

A Estrada de Ferro Tocantins – EFT – esteve sob a administração da FBC entre 1945 e 1967, quando esta foi extinta. Em razão do largo tempo de duração que teve, a existência desta ferrovia viria a produzir efeitos também de longo prazo, na transformação sócio-espacial do território em que atuou. Antes da transferência de sua administração à FBC, a estrada estivera em funcionamento já por cerca de 40 anos - fora inaugurada em 1905. A EFT foi construída por iniciativa de um cidadão brasileiro (o engenheiro e militar Morais Jardim), associado a um grupo de capitalistas franco-belga. Sua construção iniciou-se na segunda metade da década de 1890, por concessão do governo brasileiro, e mediante obtenção de uma série de privilégios e favores, tanto do governo federal, quanto do governo do estado do Pará.

A finalidade da instalação da ferrovia foi propiciar condições para o transbordo de mercadorias transportadas pela via fluvial Araguaia-Tocantins, entre a região Centro-Oeste e a cidade de Belém, cujo porto possibilitava acesso a outros mercados, do país e do exterior. Na época, o trecho encachoeirado do rio Tocantins entre sua junção com o Araguaia e a localidade de Alcobaça (depois, cidade de Tucuruí) era operação extremamente arriscada para as embarcações que navegavam por aquela via, a única existente para o intercâmbio de mercadorias entre o Planalto Central brasileiro e a região norte-oriental do país.

O trecho da EFT inaugurado em 1905 tinha extensão de 45 quilômetros, partindo de Tucuruí, em direção sul – para o norte, entre Tucuruí e Belém, a navegação é livre de obstáculos. Em 1916, os privilégios e concessões atribuídos ao grupo original foram transferidos para uma nova empresa, a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil, ocasião em que sua extensão era de 82 quilômetros. Em 1920, a ferrovia foi arrematada pela União federal, em razão da incapacidade da nova empresa em dar cumprimento ao contrato que firmara. Entre este ano e 1945, o funcionamento da estrada foi precário ou esteve paralisado. Contudo, neste tempo, a implantação dos trilhos fora estendida até o Km 117, onde surgiria o povoado de Jatobal. As condições técnicas deste último trecho da ferrovia eram, entretanto, precárias.

A EFT foi transferida a FBC pela União federal, em regime de administração delegada. A partir daí, até a extinção desta última, a ferrovia

esteve em funcionamento, muito embora, em dadas ocasiões, em condições extraordinariamente precárias. Neste período, a FBC providenciou a remodelação dos trechos mais vulneráveis da ferrovia e dotou-a de instalações complementares, como estações terminais - em Tucuruí e Jatobal –, "paradas" – Mestre Leopoldino, Breu Branco, Pucuruí e Remansão do Centro - e instalações portuárias anexas às estações. Todas estas estações e paradas deram origem a aglomerados urbanos, logo tornados pontos de referência para as populações rurais, progressivamente estabelecidas em áreas adjacentes à via férrea.

Com o correr do tempo, estas localidades foram sendo dotadas, por iniciativa da FBC, de alguns serviços públicos mínimos – escolas e postos de saúde – e, mesmo, de certas facilidades do mundo moderno, como: serviço de rádio-comunicação, telégrafo, energia elétrica, etc. Em diversos períodos, ao longo desse tempo, a gestão da EFT foi exercida de maneira negligente e/ou claramente corrupta. Não obstante isto, a estrada veio a se constituir em eixo vital para o povoamento e o desenvolvimento de atividades econômicas, do vasto território das regiões do médio Tocantins e baixo Araguaia – porções dos estados do Pará, Mato Grosso, Goiás (território atualmente pertencente ao estado do Tocantins) e Maranhão. A ferrovia foi desativada pelo governo militar pós-Revolução de 1964, na década de 1970. Nesta época, aquela área passou a constituir-se em objeto de grandes projetos governamentais de investimento, nos ramos de produção de energia elétrica e exploração de minérios[3], responsáveis por transformações de enorme magnitude, na configuração sócio-espacial e ambiental daquela porção do território brasileiro.

Além desses empreendimentos propriamente empresariais (do ponto de vista formal), a FBC realizou outros investimentos de monta, em atividades de considerável complexidade. Entre estes, cabe menção o caso de uma fábrica de cal, instalada na localidade denominada Vila Maria, então pertencente ao município de Caiapônia, um dos centros de atividades da FBC. A Fundação realizou, por si própria ou por encomenda, numerosos estudos técnicos, muito embora não dispusesse, em sua estrutura, de um setor voltado especificamente para atividades desta natureza. Nesta área, as atividades de prospecção mineral destacaram-se das demais. E foi assim que em 1948

3_ Usina Hidrelétrica Tucuruí e Projeto Grande Carajás

se descobriram, naquela localidade, uma jazida de calcário com um potencial estimado de 2.500.000 toneladas métricas.

Tratava-se de um tipo de calcário apropriado para a fabricação de cimento, produto então escasso e de elevado custo, no Brasil. A descoberta ocorreu, porém, numa época em que a FBC já não contava com a abundância de recursos financeiros de que era dotada enquanto esteve sob a gestão do ministro João Alberto. Assim, a nova administração da FBC optou por instalar ali uma moderna fábrica de cal, a primeira do estado de Goiás. Sua produção passou a abastecer, desde então, toda a região sudoeste deste Estado, assim como áreas do leste mato-grossense. A importância desta produção para as condições de vida nessas regiões superou, em muito, o seu significado para a construção civil, visto que a cal pode ser usada, eficazmente, no combate a uma série de endemias próprias daquelas regiões. Esta fábrica, assim como uma gleba de terras no seu entorno, também de propriedade da FBC, após terem sido tomadas a esta instituição pelo Banco do Brasil - em razão de dívidas não resgatadas -, foi arrematada, em leilão, por uma empresa privada. Esta empresa continua atuando no local, agora na fabricação de brita e calcário, este último, um insumo indispensável na produção agrícola em grande escala, a atividade econômica regional mais importante, na atualidade.

Outro empreendimento de vulto foi realizado pela FBC na região do médio Tocantins e baixo Araguaia, no estado do Pará, em terras da Estrada de Ferro Tocantins. Tratou-se do Serviço de Exploração de Madeiras – SEM, criado em 1951. A gerência deste empreendimento foi entregue a um cidadão de nacionalidade polonesa, cujos conhecimentos técnicos no ramo eram excepcionais, para a época, no meio brasileiro. Seus projetos encontraram aprovação e apoio em órgãos técnicos como o CNP (futuro CNPq) e a FAO (organismo da ONU).

Em 1953, a FBC, por meio dessa sua unidade, era o maior produtor brasileiro de madeiras roliças, das espécies então mais valorizadas nos principais mercados madeireiros, o mogno (*swietenia macrophylla*) e o cedro vermelho (*cedrella odorata*). O SEM produzia também madeira serrada, destas duas espécies. A distribuição (inclusive para o mercado externo) desta produção esteve a cargo de uma empresa privada, constituída especialmente

para este fim, denominada Seleção Industrial de Artefatos de Madeira S/A - BRASSELVA S/A -, com sede em São Paulo. Em 1954, o SEM foi extinto, sem jamais ter adquirido existência legal (registro em Junta Comercial, por exemplo), e sem que as receitas advindas de suas atividades, para a FBC, tivessem sido adequadamente contabilizadas.

A FBC explorou, ainda, uma grande variedade de outros negócios. No setor primário da economia, atuou em: hortifruticultura, pecuária (bovina e suína), apicultura, extração de madeiras, etc. Em ramos dos serviços, atuou em: hotelaria, bar, restaurante, etc.; transportes – de cargas e de passageiros; diversões – cinema, por exemplo - e serviços hospitalares. Em atividades industriais, explorou: serrarias, beneficiamento de cereais, cerâmicas, fábrica de formicida (preparado químico para eliminar formigas, então, a pior "praga" para a agricultura), etc.

1. 2. Rotas de comunicação, cidades, postos avançados: orientação contingente

À FBC foi atribuída, como já foi dito, como prioritária e imediata missão, o apoio à implantação de uma rota de comunicações, pelo interior do Brasil, entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus. O cumprimento desta missão não era, porém, tarefa fácil: grande parte do território a ser transposto era ainda desconhecida, pelo "homem branco", assim chamado – numerosos grupos indígenas habitavam, então, na região a ser percorrida. Assim, os gestores da FBC deliberaram iniciar sua atuação por uma área não apenas conhecida, mas já dotada de diversos elementos de conforto próprios da vida moderna. A "linha de penetração", como então foi chamada, iniciou-se em Uberlândia, no sudoeste do estado de Minas Gerais, cidade já dotada de vias terrestres de transporte – rodovias e ferrovia -, campo de pouso para aviões, telégrafo, etc. Instalou-se aí a primeira base de operações da FBC. Sua finalidade era oferecer apoio logístico às equipes das "frentes", ou seja, aquelas que atuavam ao longo da linha de penetração. A esta base agregou-se, em seguida, um estabelecimento da firma Entrepostos FBC Ltda. (armazém e depósito de mercadorias para distribuição a armazéns de

outras localidades), uma fábrica de formicida e uma fazenda-modelo, esta, para servir de campo de experimentação e demonstração, quanto a novas técnicas em agricultura e pecuária.

Esta primeira linha de penetração iria atingir Aragarças, na fronteira com o estado de Mato grosso, atravessando o território sul-sudoeste do estado de Goiás. Por ela se construiu uma rodovia (dotada de pontes, pontilhões, etc.), a primeira, em Goiás, implantada segundo técnicas modernas de engenharia. A tradicional cidade goiana de Caiapônia situa-se nesta linha. Ali foi instalada uma nova "base", equipada com sistema de rádio-comunicação, e à qual se agregou um armazém dos Entrepostos FBC, uma pequena indústria de cerâmica (a primeira, do sudoeste goiano), um serviço de atendimento médico, além de outros. A cidade foi dotada de um aeroporto e seu município recebeu uma caieira (como já foi dito), instalada segundo tecnologia avançada, para a época.

A partir daquela época, aviões da FBC cruzavam incessantemente os céus do sudoeste goiano. Pode-se presumir que grande parte da população regional tenha conhecido aviões antes do que automóveis, ou outros veículos automotores. Na época, o transporte pessoal e de cargas na região era feito principalmente em lombo de animais (cavalares e muares).

Esta rota passava por outras duas tradicionais cidades goianas, Rio Verde e Jataí, ambas já anteriormente ligadas a Uberlândia, por precária estrada de rodagem – construída (na década de 1920) e explorada, mediante cobrança de pedágio, por uma empresa privada, a Companhia Sul-Goiana de Viação S/A. Além de remodelar este trecho da estrada propriamente dita, a FBC construiu ali, entre outras obras de arte, uma ponte sobre o Rio dos Bois (um dos formadores do rio Paraná), obra de considerável envergadura e complexidade técnica. No município de Rio Verde, a FBC instalou, além da Usina Central Sul-Goiana, já mencionada, uma granja-modelo para, como no caso da fazenda de Uberlândia, servir de campo de experimentação e demonstração, desta vez, em hortifruticultura e criação de animais de pequeno porte.

A obra de maior envergadura e complexidade, entre as realizadas pela FBC, foi, porém, a implantação da cidade de Aragarças, às margens do rio Araguaia, nas proximidades da Serra do Roncador (esta, já no estado

de Mato Grosso). Ali se instalou a mais importante "base" de operações da FBC, considerada "ponto zero" das atividades da Expedição Roncador -Xingu. A região escolhida para sua instalação era habitada, até então, por famílias de fazendeiros esparsamente assentadas e, principalmente, por uma população nômade de garimpeiros. Naquela zona, até então, um único aglomerado urbano chegara a se sedimentar, o povoado de Baliza, na margem direita do rio Araguaia, a montante do local a ser instalada a nova cidade.

Por décadas, a área escolhida para sua instalação constituiu-se em verdadeiro canteiro de obras. Já de início, além de um pequeno número de construções para abrigar a sede administrativa da FBC, servir de moradia para seus funcionários graduados e abrigar, temporariamente, os trabalhadores braçais, instalou-se ali um aeroporto, dotado das necessárias instalações complementares. Depois, entre outras edificações, paulatinamente foram sendo construídos: um hospital, um hotel, um templo católico, escolas, cinema, cantina, quadra de esportes e, ademais, um conjunto, periodicamente expandido, de casas residenciais para funcionários. No começo da década de 1950, a cidade foi objeto de um projeto urbanístico, o que a inclui entre as primeiras cidades planejadas do Brasil. A partir de então, desenvolveram-se as obras de urbanização referentes aos espaços públicos – ruas, praças, etc. -, incluindo-se aí o tratamento paisagístico, tal como estabelecia o projeto.

Nesta época, a cidade passou a ser servida de energia produzida por usina hidrelétrica, de sistema público de abastecimento de água e de serviço urbano de telefonia. Seu aeroporto passou a receber, regularmente, aviões de companhias aéreas comerciais e a servir de campo de pouso para o Correio Aéreo Nacional – CAN, bem como para a Força Aérea Brasileira – FAB. O hospital da FBC, por seu lado, o único da vastíssima região do Araguaia, passou a constituir-se em verdadeiro centro de peregrinação, para os habitantes daquela zona (na época, flagelados por diversas endemias), inclusive para a população indígena, então ali relativamente numerosa.

Ainda na década de 50, construiu-se a ponte, até hoje ali em funcionamento, sobre os rios Araguaia e Garças. Nesta ponte, a parte central apóia-se sobre um trecho de terra firme, denominado "pontal", existente no local de junção dos dois rios. Àquela altura, outro núcleo urbano havia se instalado e expandido no lado mato-grossense do rio Araguaia, a cidade

de Barra do Garças, atualmente, o mais importante centro urbano da região leste de Mato Grosso. Não é possível calcular o valor que teve a construção desta ponte, no sentido de favorecer o povoamento e o desenvolvimento econômico de ambos os estados por ela servidos, sobretudo da zona mato-grossense do vale do Araguaia. Nesta zona, a partir de então, foram surgindo, um a um, numerosos aglomerados populacionais, alguns deles depois constituídos em importantes centros urbanos regionais.

Na realidade, os núcleos de povoamento surgiram, em primeiro lugar, ao longo da rota que a FBC foi abrindo, progressivamente, em direção à bacia do rio Xingu. No entanto, logo depois, outros foram se constituindo, de modo espontâneo, por todo o vale do Araguaia. Mais tarde, a FBC iria colaborar no estabelecimento de vias terrestres de transporte (ainda que precárias) entre estas localidades, promovido principalmente pela iniciativa de agentes locais, como prefeitos, fazendeiros, empresas agrícolas ou pecuárias, etc. Estas vias acabaram alcançando o tradicional povoado ribeirinho de São Miguel do Araguaia, no nordeste de Mato Grosso, defronte à Ilha do Bananal..

A FBC instalou, ainda, outro centro urbano na rota Araguaia-Xingu, a cidade de Xavantina, às margens do rio das Mortes (afluente do Araguaia, pela margem esquerda), também este, para lhe servir de base de apoio às operações ao longo da "linha de penetração", em seu avanço, em direção ao Xingu – mais tarde, também ao Tapajós, como se verá adiante. Também este centro foi dotado, embora mais modestamente que Aragarças, de infra-estruturas urbanas e serviços coletivos básicos. As terras ao longo da rota a ser aberta pela FBC pertenciam a esta entidade, que as recebera, em doação, do governo de Mato Grosso. No trecho entre essas duas cidades, numa área denominada Vale dos Sonhos, a FBC desenvolveu um projeto de colonização agrícola e implantou um pequeno núcleo urbano, este, para oferecer apoio às atividades do projeto. Este núcleo deu origem à atual cidade de Vale dos Sonhos. Outros aglomerados urbanos surgiram, espontaneamente, como foi dito, às margens da rota – Pindaíba, por exemplo. Foi o de Xavantina, todavia, o que se desenvolveu de modo mais intenso, vindo a constitui-se, hoje, em importante centro de apoio a agro-pecuária comercial da região e, bem assim, um pólo de produção agro-industrial de porte considerável.

Voltemos, aqui, ao assunto da tarefa da qual deveria se desincumbir a FBC, mediante as atividades da Expedição Roncador-Xingu, ou seja, implantar uma rota de comunicações, pelo interior do Brasil, entre a Capital federal e a cidade de Manaus. A linha de penetração iniciou-se, como foi dito, em Uberlândia, no sudoeste do estado de Minas Gerais. O primeiro trecho desta linha de penetração iria atingir o alto curso do rio Araguaia, divisa entre os estados de Goiás e Mato grosso. Nesta região, instalou-se uma base de operações da FBC, na localidade onde seria implantada a cidade de Aragarças. As atividades da FBC nesta base desenvolviam-se ao mesmo tempo em que as executadas pelas equipes encarregadas das operações no primeiro trecho da linha. Nessa localidade, iniciava-se um novo trecho, que deveria atingir o alto rio Xingu, a partir de onde, por via fluvial, alcança-se Manaus. O território compreendido entre a base de Aragarças e o ponto final da rota a ser implantada era, em sua quase totalidade, desconhecido.

Neste trecho da linha de penetração, as operações eram de dupla natureza e desenvolviam-se em ritmos diferentes; isto é: de uma parte, equipes denominadas "vanguarda" avançavam em primeiro lugar, através de "picadões", por elas mesmas abertos, em direção (grosseiramente calculada) ao alto Xingu; de outra, desenvolviam-se os trabalhos de "retaguarda", de complexa e demorada execução – nisto incluída, como se viu atrás, a implantação de dois centros urbanos, Aragarças e Xavantina. Entendia-se, na época, que as operações das equipes de "vanguarda" referiam-se à Expedição Roncador-Xingu, propriamente dita, enquanto que as do pessoal da "retaguarda" diziam respeito a FBC, em conjunto. As equipes de vanguarda conseguiram alcançar os principais rios formadores do Xingu antes do término da Segunda Guerra, em 1945, mas somente em 1947, iriam se estabelecer no Xingu, propriamente dito – a partir da junção dos seus três principais formadores, os rios Coluene, Ronuro e Batovi. Todavia, a chamada "linha de penetração" não teria seu ponto final ali. Por deliberação superior – tomada devido a gestões do Ministério da Aeronáutica -, ela iria prosseguir em direção noroeste, até alcançar a margem direita do rio Tapajós, no local onde se acha, hoje, a cidade de Jacareacanga.

O pessoal de retaguarda permaneceria atuando, ao longo do tempo de existência da FBC, no sentido de levar avante suas atividades, segundo o

traçado da linha de penetração, demarcado pelas equipes de vanguarda. No entanto, as equipes encarregadas dessas operações, ao atingirem Xavantina, estacionaram-se. Periodicamente, um novo esforço era despendido, no intuito de se levar avante as obras de construção da rodovia em direção ao alto Xingu. Contudo, apenas já em época próxima à extinção da FBC, as operações de retaguarda alcançaram Garapu, um dos "postos avançados" da entidade, instalado cerca de duas décadas antes. Nesta localidade, a FBC iniciou a implantação de um projeto de colonização agrícola, origem da atual cidade de Garapu.

Durante o tempo em que a trajetória da FBC evoluía segundo as condições mencionadas, as suas equipes de vanguarda perseveravam na faina de, em meio à natureza virgem, estabelecer e conservar postos avançados de "civilização". Em colaboração com a Força Aérea Brasileira, estabeleceu uma cadeia de postos avançados – ou "postos de apoio", como eram denominados pela FAB – entre Aragarças e Jacareacanga, este às margens do rio Tapajós, no estado do Pará. Tais postos compunham-se de um campo de pouso, dotado de sistema de apoio à segurança de vôos, e de um pequeno conjunto de edificações rústicas, para abrigar equipes ali temporariamente estacionadas. A seqüência destes postos era a seguinte: Aragarças, Matrinchã, Xavantina, Campo dos Ìndios, Tanguro, Garapu, Coluene, Xingu, Jacaré, Diauarum, Arraias, Teles Pires, Cachimbo, Cururu, Cabroá e Jacareacanga. Diversos desses postos deram origem a núcleos de povoamento, notadamente Cachimbo e Jacareacanga, atualmente, importantes centros urbanos do estado do Pará.

2. A instituição sob regime liberal de governo: 1945-1964

O momento da redemocratização do Brasil, em 1945, marcou para a FBC, instituição, na época, praticamente recém-nascida, o início de uma longa e agônica trajetória. No decorrer das décadas seguintes, suas sucessivas administrações lutaram tenazmente, e quase de forma exclusiva, no sentido de garantir sua conservação. Pouco mais foi possível realizar. Uma crise financeira crônica, com a qual lidaram estas administrações, ao longo do tempo, resultara das próprias condições sob as quais a instituição fora

constituída, ou seja, compreendendo um largo leque de iniciativas, em diferentes direções, quase todas ambiciosas, sem que preliminarmente se tivessem constituído quadros de recursos humanos, suficientemente dotados de competência técnica e gerencial, para levar avante, com sucesso, aquelas iniciativas. A dimensão dos prejuízos que recaíram sobre a FBC – e, portanto, os cofres públicos –, em virtude do insucesso de suas iniciativas, tanto as empresariais propriamente ditas, como outras, dificilmente pode ser avaliada, adequadamente.

Mas, a crise financeira alimentou-se também, continuamente, de condições produzidas por essas próprias administrações. Está-se aqui falando, principalmente, do inchaço que foi sendo produzido na máquina administrativa da instituição, tanto no que dizia respeito a sua sede administrativa - primeiro na cidade do Rio de Janeiro e, a partir de 1960, em Brasília -, como em suas bases de operações, neste caso, sobretudo as que tiveram longa duração, o caso das de Aragarças e Xavantina – as que se acharam instaladas em Uberlândia e Caiapônia foram desativadas na década de 50, esta primeiro que aquela.

Além dessas suas condições, digamos, endógenas, a FBC sofria, permanentemente, impactos diretos das injunções políticas experimentadas pelo país, numa época particularmente conturbada de sua história, sob um regime dito liberal-democrata. Nessa época, os poderes constituídos no Brasil sofriam permanente pressão de poderosos grupos políticos e econômicos, avessos a regimes políticos liberais. E a vulnerabilidade da FBC em face de tais injunções devia-se, em boa parte, ao fato mesmo dela achar-se vinculada diretamente à presidência da República. Esta situação, muito vantajosa em época de centralismo autoritário, o caso do período do Estado Novo, agora se tornava, em certa medida, desvantajosa.

Um exemplo disto é o caso da chamada Operação Bananal. Em meados do ano de 1960, o presidente da República, Juscelino Kubitschek, determinou ao então presidente da FBC, coronel Nélio Cerqueira, que a instituição se encarregasse de gerenciar as ações concernentes à referida Operação. Foi sob ordens diretas daquela autoridade, portanto, que a FBC planejou e executou a instalação de um "centro de atividades", em Santa Isabel do Morro, antigo aldeamento indígena Carajá.

Este centro compôs-se de moderno hotel de turismo, hospital, um edifício escolar, residências para funcionários e um aeroporto com pista de pouso asfaltada. Instalou-se ali, ademais, uma edificação denominada Rancho Pioneiro - também chamada "Alvoradinha" - destinada a servir de residência eventual ao presidente da República. Ao que parece, o intuito era criar-se na Ilha do Bananal uma alternativa de lazer para funcionários graduados do governo federal e visitantes ilustres de Brasília, transformando-a em enorme parque turístico, dotado de algumas importantes comodidades da vida moderna.

O governo militar instituído no Brasil em 1964 ocupou-se em punir, com severidade, diversos servidores civis da FBC, encarregados pelo presidente da instituição em 1960, um oficial militar, da execução, em curtíssimo espaço de tempo, da Operação Bananal. A acusação que recaía sobre estes funcionários era de malversação de dinheiros públicos. As comissões encarregadas dos inquéritos administrativos então instaurados, alguns com desdobramentos policiais, não cogitaram em saber, entretanto, a origem desses dinheiros. Este aspecto permaneceria obscuro, como em outros casos de obras públicas da mesma época.

O "centro de atividades" da Ilha do Bananal jamais se achou em pleno funcionamento, provavelmente, por falta de demanda por seus serviços turísticos. Grande parte da ilha veio a integrar-se ao Parque Indígena do Araguaia, congregando hoje, sob a administração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), diferentes nações silvícolas do Brasil Central. As edificações e demais obras ali executadas, exceto o prédio escolar, acham-se atualmente em ruínas.

Notas finais

Lembremos, agora, da finalidade para a qual a FBC foi criada, segundo seus estatutos; isto é: "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental". E estas eram as únicas coordenadas pré–estabelecidas, segundo as quais a FBC deveria orientar suas ações, visto que, em nenhuma época, esta instituição teve que

pautar sua atuação segundo planos ou programas de longo prazo e caráter abrangente, aprovados por alguma instância superior, fossem seus próprios, regionais ou nacionais. Por achar-se vinculada diretamente à presidência da República, sua relação de subordinação limitava-se à pessoa do presidente. Deste modo, em realidade, a instituição era livre para definir e, eventualmente, redefinir seus programas de trabalho.

Em sendo a FBC uma instituição oficial, mantida pelos cofres públicos, tratava-se de um caso fora dos padrões, no contexto brasileiro de administração pública. E foram estas suas condições que garantiram sua existência, visto que suas aventuras empresariais malograram-se, uma a uma, em curto espaço de tempo. Sua sobrevivência deveu-se às dotações que lhe eram consignadas, anualmente, no orçamento da União. Ademais, a partir de 1954, complementarmente a isto, receberia, regularmente, verbas de convênios que firmava com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – (órgão da administração federal), para a execução de projetos concernentes a vias de transportes, além de outros, em áreas da região amazônica, aí incluída uma parcela da região Centro-Oeste, compreendida na chamada "Amazônia Legal". A Estrada de Ferro Tocantins foi a principal beneficiária da cooperação oferecida pela SPVEA a FBC.

E a FBC desviou-se daquelas coordenadas referidas acima, já por si, frouxamente definidas. O que significaria para as autoridades da época, por exemplo, o termo "desbravar", ou mesmo o outro, "colonizar"? A que áreas territoriais referiam-se com as expressões "Brasil Central" e "[Brasil] Ocidental"? A que área ou áreas territoriais elas se referiam como "zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu" – tratar-se-ia de uma dada área de território na qual as duas zonas se inseriam? Ou, diferentemente disto, tratava-se de duas áreas distintas? Neste último caso, a indefinição pode ser explicada pelo fato de que, na época, toda a imensa porção do território nacional em que nascem estas duas bacias hidrográficas era desconhecida. Segundo uma expressão que se usava na época, ela constituía-se de "manchas brancas", na cartografia brasileira. A missão dos integrantes da Expedição Roncador-Xingu, sob a direção da FBC, seria, portanto: "entrar em contato com os 'brancos' das nossas cartas geográficas." (Villas Bôas, 1994: 24)

A expressão "Brasil Central", do mesmo modo, era destituída de clara

definição, quanto aos seus limites territoriais. Contudo, pode-se aceitar que, ainda que grosso modo, essa expressão compreendesse pelo menos duas sub-regiões brasileiras, ambas, em grande parte, hoje entendidas como integrantes da região Norte do país. Vejamos como foi descrita uma delas, por pioneiros da Expedição (os irmãos Villas Bôas, personagens de quem vou tratar mais à frente, neste trabalho): "O GRANDE sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (L.S.), que corta aqueles rios... com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados..." (Id.,*ibid*.:41-42) Vejamos, agora, como aqueles mesmos indivíduos descreveram outra sub-região:

> O Alto Xingu, bem no centro do país, é uma extensa planície quase toda coberta de mata. [...] Na parte sul, os grandes varjões e os últimos cerrados marcam a transição dos descampados do Brasil Central para a mata compacta e contínua da hiléia amazônica. [...] Na verdade, Amazônia e Brasil Central se encontram, se interpenetram, se ajustam...

Quanto ao que significaria Brasil "Ocidental", ao que parece, não se cogitou em definir, ao menos no âmbito da FBC. A compreensão que se tinha dessa expressão não devia ser, entretanto, muito diferente da que é hoje corrente, ou seja, de que se tratava de territórios a oeste do país; dito de outro modo, de zonas próximas às fronteiras políticas do país, em relação ao Peru e Bolívia. A FBC não se ocupou, em qualquer época, com atividades naquelas zonas. Diferentemente disto, desenvolveu ações, ao longo do tempo de sua existência, na região oriental da Amazônia. Belém era sede de uma unidade administrativa da FBC, inicialmente denominada Setor Norte, depois designada por Escritório de Belém, dotada de um corpo de funcionários e que se ocupava da administração de diversos interesses da entidade na região, tais como: a administração da Estrada de Ferro Tocantins e da Transportadora Amazonas (neste caso, inclusive do seu espólio, particularmente da questão do destino a ser dado ao seu patrimônio em embarcações), a aplicação dos recursos financeiros transferidos pela SPVEA a FBC, etc. Era

também ela que se encarregava de oferecer apoio logístico às expedições que, desde certa época, demandavam o alto Xingu a partir do alto Tapajós.

Quanto ao termo "desbravar", ao que parece, podia ter vários significados, e "conquistar", "dominar", achavam-se entre eles. E esta conquista e dominação teriam que ser efetuadas em relação a dois elementos: de um lado, em relação à natureza "bruta", ou seja, intocada, virgem; de outro, em relação aos habitantes, secularmente estabelecidos naquelas terras, povos indígenas, de numerosas nacionalidades. A expressão "pacificar índios", em voga na época, significava, em realidade, "amansar" índios, torná-los dóceis à dominação do homem branco. A palavra "colonizar", por seu lado, tinha mais o sentido de "ocupar" porções de território, mediante povoamento e implantação de atividades produtivas, segundo padrões da economia de mercado, do que o sentido tradicional da palavra, ou seja: desenvolver programa de distribuição de terras, em pequenos lotes, a trabalhadores rurais cujas atividades, efetuadas em regime de trabalho familiar, possuam caráter de subsistência - isto, muito embora, eventualmente, possa-se obter algum excedente comercializável de produção.

No que se refere ao território, nele incluída a natureza "virgem" de que era dotado, a FBC não conseguiu sucesso imediato, quanto às pretensões que se tinham a respeito de sua ação, com referência à maior parte da zona em que atuou, isto é, o centro-norte de Mato Grosso e o sudoeste do Pará. Nesta zona, as grandes mudanças viriam mais tarde. A velocidade com que estas mudanças ocorreriam só foi possível, entretanto, porque, para sua promoção, contou-se com a existência de bases, já duradouramente instaladas, graças à atuação dessa entidade. No que se refere ao sudoeste do estado de Goiás, ao leste de Mato Grosso e à região tocantinense servida pela EFT (nos estados de Goiás, Pará e Maranhão), onde suas ações realizaram-se de forma mais intensa, os processos de povoamento, desenvolvimento econômico e a modernização sócio-cultural ali desencadeados, a partir da época da instalação da FBC, guardaram relação, por certo, com as atividades que desenvolveu nessas regiões, do modo como foi mencionado atrás.

No que se refere às populações indígenas, "para o bem e para o mal", a ação de equipes da FBC na zona referida em primeiro lugar, designada na época da fundação desta entidade como "terra ignota", foi decisiva, para seu

destino futuro. Não obstante o impacto produzido, inicialmente, pela ação dessas equipes, nas condições tradicionais de existência dessas populações, alguns membros destas equipes constituíram-se em agentes decididos e tenazes na defesa da preservação dessas populações, segundo seus modos de vida ancestrais. Graças ao empenho destes indivíduos, logo apoiados por boa parte da imprensa brasileira e por alguns membros das elites intelectuais do país, uma parte considerável daquelas populações foi preservada e, na atualidade, multiplica-se em reservas e parques indígenas, gradualmente instituídos, nos estados de Mato Grosso, Pará e Tocantins (este, desmembrado do antigo território do estado de Goiás, na década de 1980).

As autoridades da FBC, sob diversas gestões, discordaram das atitudes desses seus funcionários e as combateram, sem, contudo, virem a assumir, publicamente, posição contrária à luta à qual vinham dedicando a própria vida. Os irmãos Villas Bôas (Orlando, Cláudio e Leonardo), funcionários da FBC, foram figuras emblemáticas do movimento em defesa dos povos indígenas, no seio da instituição, visto que viveram entre eles e, em defesa de seus interesses, atuaram ao longo de suas vidas.

Fontes originais

Documentos do acervo da Fundação Brasil Central, integrantes do Fundo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste no Arquivo Nacional – Seção Regional do Distrito Federal.

Fontes impressas

KUBITSCHEK, Juscelino. A Operação Bananal. In: 50 anos em 5: meu caminho para Brasília, Volume III. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, p. 381-385.

MEIRELES, Silo. Brasil Central: notas e impressões. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. A Marcha para o Oeste: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Globo, 1994.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia** e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (comp.) Ideologia: um mapa de la questión. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2003, p. 115-155.

BOSCHI, Renato Raul. Elites empresariais e consolidação do capitalismo industrial no Brasil: uma perspectiva histórica (1930-1964). **In: Elites industriais e democracia** (Hegemonia burguesa e mudança política no Brasil). Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 53-99.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review,** v. 41, n. 1, University of Texas Press, 2006, p. 3-26.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Coleção: Descobrindo o Brasil).

GOMES, Ângela Castro. Burguesia e questão social no Brasil. **In: Burguesia e trabalho:** política e legislação social no Brasil – 1917/1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 31-52.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. Dominação corporativa e classe operária: 1935-1945. **In: Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 199-242.

O HOMEM E A RAZÃO INSTRUMENTAL NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA NATUREZA DO CERRADO

Marcelo de Mello [1]

> Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.
>
> Michel Foucault, A ordem do discurso.

O presente ensaio apresenta algumas reflexões sobre o papel da ciência moderna no processo de apropriação da natureza do bioma Cerrado. Para tanto, recorremos, inicialmente, a Berthold Brecht. O dramaturgo alemão recomenda que perguntemos a ideia a quem ela serve. O destaque dado ao convite de Brecht é justificado pelo fato de entendermos que inexista uma produção destituída de interesses: seja ela de conhecimento ou de outro produto qualquer. Portanto, consideramos que o mundo representado pelos discursos científicos, bem como a relação do homem com a natureza contida nessa representação, traz intrinsecamente, interesses ocultos.

Nessa perspectiva, indagamos quem são os cientistas produtores de representações de um mundo marcado pela relação entre o homem e a natureza? E quais os critérios adotados para classificar a natureza? Respondendo às questões postas, situamos os cientistas como homens com interesses específicos em processo de avaliação da natureza, que, por sua vez, é

1_ Licenciado, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Espaciais da UFG e Professor do Curso de Geografia da UEG – Unidade Universitária de Goiás. E-mail: mellogeo28@yahoo.com.br

classificada como virtuosa ou perversa, dependendo do contexto em que se dá o processo de valoração e julgamento. Em alguns momentos, a natureza é percebida como elemento que potencializa a vida manifestada pelo homem; em outros, ela é avaliada como cerceadora e exterminadora da própria vida humana em verdadeiras catástrofes "naturais".

Cabe ressaltar que esses homens produtores de conhecimentos científicos são colocados, pela grande mídia, acima de um mundo repleto de interesses. É como se não existissem instituições financiadoras das pesquisas, bem como Estados e agentes privados financiando tais instituições.

No complexo cenário apresentado, certas palavras passam a compor discursos elaborados para validar ou questionar procedimentos e condutas próximas da vida dos cidadãos comuns, em suas relações no espaço banal (SANTOS, 2000). Essas palavras muitas vezes revelam uma proximidade com o discurso científico e passam a compor o vocabulário de grande parte da população.

No rol das palavras inseridas no vocabulário de uma parcela significativa de pessoas, dos mais diversos setores e segmentos sociais, podemos citar uma, por estar recorrentemente presente em debates dedicados a dar respostas a demandas produzidas em um mundo cambiante, no qual estão presentes o homem e a natureza. Trata-se de paradigma: esta palavra substituiu seus sinônimos mais conhecidos – modelo e padrão – no enunciado de questões relevantes, apresentadas tanto pelos veículos de comunicação, como em eventos científicos.

Na maioria dos casos em que é empregado, o vocábulo está inserido em um contexto indicador da necessidade de ruptura com alguma prática consolidada, devido a novas demandas apresentadas por um mundo reordenador dos processos que o reproduz. Quase sempre, o sentido empregado no uso corrente dessa expressão gravita em torno de novas exigências feitas pelo sistema-mundo e conduz a um desfecho que apresenta um estado de colapso inexorável, caso não ocorra uma modificação nas bases que orientam as relações sociais, econômicas e ambientais, em suas diversas escalas.

Nessa perspectiva, ao abordarmos temas contemplados pela agenda da ciência moderna e visceralmente ligados às relações entre o homem e a natureza, encontramo-nos diante da possibilidade da utilização desse vocá-

bulo; pois, no mundo hodierno, a relação entre a ciência moderna e a apropriação da natureza produz impactos que estão sendo questionados.

Aqui pensamos ser importante a inserção de outro elemento na discussão: o processo produtivo. Isso porque as formas de se produzir mercadorias são definidas a partir de bases científicas. E, para produzir mercadorias, o homem se apropria das expressões materiais do que chamamos de natureza: solo, água, etc.

É importante destacar que esta apropriação tem promovido uma série de indagações sobre a relação entre o homem e a natureza. Tais questionamentos são induzidos pela ameaça de um estado de colapso da vida em nosso planeta, devido à incompatibilidade entre os sistemas de produção e os ecossistemas. Incompatibilidade que colocou alguns paradigmas em xeque. O que, por sua vez, produziu uma demanda por formas alternativas de produção.

Devemos ressaltar que os problemas decorrentes da apropriação da natureza pelo homem foram gerados a partir da utilização de técnicas produtivas cientificamente referenciadas. As agências de pesquisa foram profundamente competentes na criação de condições para expansão, por exemplo, da fronteira agrícola. Ambientes anteriormente classificados como improdutivos tornaram-se cenário de quebras sucessivas de recordes na produção de grãos. Contudo, as perspectivas de transformação do cenário produtivo em palco de desolação – promovido por severos problemas ambientais – têm motivado uma revisão nas contribuições da ciência para o processo de apropriação dos biomas pelos setores produtivos.

O movimento de busca por paradigmas alternativos fez com que o sentido de eficiência na esfera produtiva fosse alvo de críticas, principalmente quando se trata de seus principais critérios de medida: o tempo de retorno do capital investido em unidades produtivas, assim como as possibilidades de redução dos custos no processo de produção. Normalmente, o conceito de eficiência preponderante ignora as realidades sociais e ambientais presentes no local em que ocorre a produção, gerando uma infinidade de impactos profundamente agressivos à comunidade e ao ambiente do lugar.

Como expressão temática do contexto aqui abordado, apresentamos as discussões em torno da produção agrícola no bioma Cerrado. Ao longo

de uma história recente, os paradigmas que definiram as possibilidades da produção agrícola no bioma foram questionados em dois momentos distintos. O primeiro diz respeito ao período no qual o Cerrado era tido como improdutivo e inadequado para a produção agrícola. Podemos afirmar que tal paradigma foi superado. O segundo está relacionado à necessidade de se estabelecer um novo paradigma para o manejo do solo do Cerrado no processo de produção agrícola, tendo em vista os problemas causados ao bioma a partir das práticas produtivas centradas em monoculturas destinadas à exportação. No tocante ao segundo momento, podemos afirmar que o paradigma em curso ainda se mostra distante de uma superação efetiva.

Essas questões estão entre as mais comuns quando consideramos as discussões em que o Cerrado é o tema central. Principalmente porque o bioma foi adquirindo importância econômica devido ao cultivo de *commodities*, como a soja, importante para o equilíbrio das contas nacionais. E, no movimento de redefinições das possibilidades contidas nesse ambiente, novos olhares foram lançados em direção à produção agrícola no Cerrado e, consequentemente, novos questionamentos surgiram.

Cumprindo a proposta deste ensaio, seguiremos levantando questões centradas no processo de apropriação da natureza do Cerrado pelo homem. O bioma Cerrado – apropriado pelo modo capitalista de produção – tornou-se uma região de desenvolvimento econômico, marcada por inúmeras e intensas relações. A motivação inicial para o estabelecimento de tais relações era econômica, mas elas acabaram promovendo alterações profundas na vida de tudo e de todos que habitam e compõem o ambiente.

A técnica no processo de apropriação do bioma Cerrado

Durante muito tempo, o Cerrado foi considerado um ambiente inadequado para a produção agrícola. Após a superação de tal idéia, o bioma teve grande parte de seu território apropriado pela atividade econômica. No processo de redefinição valorativa do Cerrado e de incorporação de seu solo por práticas agrícolas mecanizadas, um elemento deve ser destacado: a capacidade técnica de superação das dificuldades impostas pela natureza "tortuosa" do Cerrado, materializada, por exemplo, na forma de sementes

produzidas especialmente para esse ambiente.

Após a conquista técnica, restava estabelecer um ordenamento do território do Cerrado para que uma gestão produtiva viesse a reger e a dar um sentido econômico a esse ambiente tortuoso. E foi o que ocorreu: parcelas significativas do bioma foram tomadas por extensas lavouras dedicadas à monocultura. Um paradigma pautado na eficiência máxima passou a remodelar as paisagens do Cerrado. Paisagens que, quando capturadas por imagens de satélite, relevam uma série de figuras geométricas[2] que dão a impressão de uma ocupação do solo pautada em uma racionalidade garantidora de uma relação harmônica entre homem e a natureza.

Em consonância com o modelo de produção agrícola adotado, as avaliações dos benefícios econômicos, da produtividade e dos superávits gerados pelo paradigma produtivo têm, nos números, gráficos e tabelas, as grandes ferramentas de análise e publicidade. Somente uma análise quantitativa é capaz de representar os interesses presentes no interior dessas relações produtivas, seja no solo de um bioma como o Cerrado, como no de qualquer outro bioma. Na realidade, o que, de fato, importa – para quem faz a opção pela eficiência máxima no processo produtivo – é potencializar os lucros, com a diminuição do tempo de produção, bem como com a redução dos custos presentes no processo produtivo das *commodities*. Os elementos integrantes do bioma são tratados como meio para a obtenção dos resultados esperados, independentemente dos impactos produzidos no lugar, na região, no mundo...

Dividindo espaço com a face produtiva do Cerrado, temos os problemas ambientais que nele se fazem presentes. Dentre tantos, podemos citar, como os mais destacados pela imprensa, o desmatamento, os processos erosivos e o comprometimento das redes de drenagem. Podemos afirmar que os problemas ambientais são os únicos em condições de concorrer com o sucesso do agronegócio, quando consideramos o tempo de inserção na mídia. Quando relacionamos estes dois temas – a produção agrícola e a questão ambiental – ao bioma Cerrado, certamente defrontamo-nos com

2_ Satélites, ao capturarem com seus sensores imagens de áreas plantadas com o uso de pivôs de irrigação, revelam uma ocupação do ambiente a partir de formas geométricas desenhadas no território. Estes pivôs são programados para se moverem em círculos evidenciados pelas imagens colhidas. A impressão que se tem, ao examinar estas imagens, é a de um ordenamento harmonizado por uma geometria espacializada pelas empresas agrícolas.

questões fundamentais: existe, efetivamente, um forte vínculo entre eles? Qual o limite do vínculo? Há indícios de mudanças, no processo de produção agrícola no solo do Cerrado, motivadas por estudos que apontam o modelo em curso como agente promotor de problemas ambientais?

Ao refletirmos sobre tais indagações, com base em estudos e pesquisas, encontramos uma série de trabalhos profundamente sérios, pautados em métodos reconhecidos pela ciência. Eles, frequentemente, apresentam os sérios impactos da modernização da agricultura no bioma Cerrado.

Ao compararmos os resultados desses estudos com as práticas agrícolas desenvolvidas pelas empresas do agronegócio, percebemos a existência de duas realidades divergentes: os resultados dos trabalhos obtidos por métodos racionalmente aceitos não servem de referência para a adoção de outras práticas produtivas condizentes com as características do bioma em questão. Podemos, então, afirmar que existe mais de uma racionalidade guiando a avaliação do processo de incorporação desse ambiente. A racionalidade selecionada pelas empresas agrícolas não é a que demonstra o equívoco na aplicação de um método de reprodução de um capital investido, mas sim a que garante sua reprodução equivocada. Assim, não cometemos um erro ao afirmar que a racionalidade balizadora da produção agrícola no Cerrado é um instrumento que tem servido a um fim, e este fim é a reprodução do capital. E a relação da racionalidade com esse fim pode decretar outro "fim": o do bioma Cerrado.

A inovação no processo de acumulação do capital

O paradigma que rompeu o vínculo estabelecido entre o Cerrado e a improdutividade agrícola pode conduzi-lo, em um curto espaço de tempo, a um estado de impossibilidade da reprodução da vida que nele sempre existiu, como também da vida "produtiva" implantada sob a forma de círculos e representada por números sempre crescentes, que trazem consigo tanto o sucesso como a falência do mesmo.

Como se não bastasse, passamos a acompanhar a manifestação de outro elemento no cenário já tão complexo. Nos últimos anos, a semente ganhou destaque, mais uma vez, nas questões relacionadas à produção agrí-

cola. Mas, agora, agregando outra área do conhecimento ao seu desenvolvimento: a *biotecnologia*. Trata-se da superação técnica produzida por meio da biotecnologia produtora de sementes transgênicas. É importante frisar que a inovação se restringe à instância biotecnológica, pois o paradigma pautado na racionalidade determinante das condições de produção continua mantendo um vínculo exclusivo com a reprodução do capital, não expressando uma preocupação diferenciada com o estabelecimento de um modelo de produção que rompa ou, pelo menos, minimize, a geração de problemas ambientais e sociais.

Percebemos, assim, que a racionalidade balizadora da ação dos produtores agrícolas e do mercado de *commodities* não se mostra estática. Entretanto, apesar de seu movimento, não se aproxima da racionalidade que referencia os estudos que revelam os impactos ambientais decorrentes de suas práticas. Existe uma contradição, uma oposição no seio de uma relação em que o conhecimento e o interesse (HABERMAS, 1982) produzem argumentações com diferentes bases racionais. A dificuldade de perceber as distintas racionalidades reveladas pelo processo analisado está relacionada ao fato delas serem apresentadas no singular, como se fosse única: uma bússola capaz de conduzir a humanidade ao progresso universal.

Devemos perceber que a razão instrumentalizada definiu os paradigmas a serem implementados, bem como determinou que as técnicas seriam as responsáveis pelas realizações que conduziriam à superação das mazelas sociais, econômicas e ambientais que, historicamente, estiveram presentes em uma sociedade marcada pela "crendice", pelos mitos e pela ausência da "razão" em seus empreendimentos. Assim, desenvolveu-se a idéia de que somente uma racionalidade técnica seria capaz de solucionar todos os problemas, sem a necessidade de se estabelecer uma política que definisse a quais interesses essa técnica serviria: aos da sociedade ou do mercado.

Na realidade, os discursos que propagam a idéia da eficiência técnica, desenvolvida pela chamada razão instrumental (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), são articulados a partir de intenções bem delineadas. Trata-se de intenções que, ao longo da história, vieram a instituir o que Santos chamou de violência do dinheiro:

> Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos, que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores. O resultado é que a especulação exponencial, assim definida, vai se tornar algo indispensável, intrínseco ao sistema, graças aos processos técnicos de nossa época. (2000, p. 44).

A violência do dinheiro tem regulado as relações sociais, econômicas e ambientais definidoras das configurações territoriais. Relações que transcendem a geometria dos arranjos territoriais e explicitam as incongruências dessa razão instrumental. Por exemplo, como entender um sistema produtivo enaltecedor de recordes de produção de grãos dedicados à exportação, se as estradas condutoras dos grãos aos portos estão sempre repletas de buracos ou sequer são pavimentadas? Como avaliar uma racionalidade produtiva que apresenta, de um lado, a modernização das técnicas produtivas; de outro, relações de trabalho similares à escravidão?

Devemos recordar que o desenvolvimento, na perspectiva do sistema em vigor, tem sido marcado pela produção de uma série de desigualdades - e não pela geração de um mundo equânime e harmônico -, como uma reduzida, míope e equivocada análise da realidade nos faz, muitas vezes, acreditar. Como afirmam Horkheimer e Adorno:

> O ideal burguês da naturalidade não visa à natureza amorfa, mas à virtude do meio. A promiscuidade e a ascese, a abundância e a fome são, apesar de opostas, imediatamente idênticas enquanto potencias da dissolução. Ao subordinar a vida inteira às exigências de sua conservação, a minoria que detém o poder garante, juntamente com sua própria segurança, a perpetuação do todo. (1985, p.43)

Assim, devemos perceber que nenhum paradigma sustentado por tais princípios de eficiência produtiva promoverá benefícios universais à sociedade ou aos biomas apropriados pelas empresas agrícolas. O progresso não estará presente no futuro de todos de maneira única. De fato, todas as pessoas e todos os ambientes são afetados pelo sistema em curso, porém de forma seletiva e desigual.

Consciência e alienação

Com o intuito de avaliar as transformações advindas do paradigma hegemônico, a sociedade tem contabilizado os efeitos produzidos pelas práticas agrícolas. O que tem sido muito importante. Na verdade, a contabilização dos efeitos tem, já há algum tempo, instigado e promovido certa mobilização de setores da sociedade civil, com vistas a uma organização de movimentos contestadores da ordem instituída. Esse posicionamento por parte da sociedade só foi possível a partir da constatação do estado de emergência em que se encontra o bioma Cerrado, dentre outros.

Diante do quadro apresentado, algumas perguntas parecem pertinentes: Como proteger o Cerrado? Proteger de quem? Proteger para que ou para quem? Na tentativa de respondê-las – na perspectiva dos discursos produzidos e reproduzidos no interior das organizações que representam os mais diversos segmentos sociais –, defrontamo-nos com uma necessidade básica: alcançar um estado de "consciência ambiental". Sem a consciência dos limites das relações mantidas com os biomas, não será possível a constituição de um novo paradigma orientador das relações entre o homem e a natureza.

Ou seja, as informações geradas por pesquisas dedicadas à avaliação dos impactos produzidos pelo paradigma dominante fomentaram a organização de movimentos sociais. Esses, por sua vez, vislumbram o rompimento com um estado de alienação social. Alienação manifestada pelo desconhecimento dos problemas causados, nos diversos biomas, pelas práticas adotadas por agentes produtores de mercadorias consumidas pela sociedade. Por essa razão, devemos nos conscientizar. Ou devemos ser conscientizados?

Não importa! Ou será que importa?

A despeito de qualquer polêmica, o que, de fato, importa é a necessidade do homem "tomar" consciência da sua condição de alienado. Ele deve buscar outro caminho para satisfazer as suas necessidades. Para tanto, deve refletir sobre sua condição de homem que se relaciona com a natureza. E, assim procedendo, ele deve se posicionar. Mas, no decorrer da tentativa de posicionamento, ele irá buscar, a todo instante, se reportar a elementos que possam referenciar sua reflexão; no entanto, só irá se defrontar com os objetos que foram produzidos por essa histórica relação danosa, agora não só para a natureza, mas também para a sua condição de homem.

Nesse momento, o homem perceberá os limites falaciosos fabricados para a constituição de fronteiras inexistentes, em que ele e a natureza aparecem em lados opostos. Então, as fronteiras fabricadas poderão dar lugar a um novo paradigma, no qual o homem se reconhecerá na "natureza".

Referências

GOMES. Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (dês)caminhos do meio ambiente.** São Paulo, Contexto, 1996.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro, Civilização Brasilieira, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Conhecimento e Interesse.** Rio de Janeiro, Zahar Editores.1982

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão.** São Paulo, Centauro, 2003.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro,

Jorge Zahar, 1985

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização,** Record, 2000.

"A OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE TRANSPORTES NO SUL DE GOIÁS, 1850-1930" [1]

Hamilton Afonso de Oliveira[2]

A ocupação do sul de Goiás ocorreu em um contexto marcado pela ausência de uma legislação fundiária, redução da produção aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e de crescimento da agropecuária que passou a ser a principal atividade econômica e incentivaram deslocamentos migratórios para o norte, nordeste e, principalmente para o sul provocando a ocupação definitiva de todo o território goiano no decorrer do século XIX. Região que compreendia entre os anos de 1840 e 1930, os territórios que atualmente fazem parte as cidades de Morrinhos, Piracanjuba, Itumbiara, Caldas Novas, Marzagão, Rio Quente, Buriti Alegre, Goiatuba, Panamá, Pontalina, Mairipotaba, Cachoeira Dourada, Porteirão, Inaciolândia, Professor Jamil, Água Limpa, Cromínia, Joviânia, Aloândia, Vicentinópolis e Bom Jesus. Esses núcleos se consolidaram como municípios a partir do final do século XIX e no transcorrer do século XX.

Nesta perspectiva, o processo migratório que culminou com ocupação das terras goianas caracterizou-se por quatro momentos: o primeiro momento relaciona-se com o desenvolvimento da atividade de extração aurífera cujos primeiros povoados, vilas e cidades surgiram margeadas às principais minas auríferas, localizadas, principalmente, na região central de Goi-

1_Este trabalho é parte de resultados de pesquisa de projeto de pesquisa em desenvolvimento intitulado: História da Riqueza e do Consumo no Sul de Goiás – 1850-1930, que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, Edital 001\2008.

2_Professor doutor em História pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente é professor titular de História do Brasil da Universidade Estadual de Goiás – UnU. Morrinhos-GO. - Endereço eletrônico hamiltonafonso@bol.com.br.

ás e que teve como principais cidades Vila Boa de Goiás e Meia Ponte (atual Pirenópolis); o segundo momento, relaciona-se no contexto internacional com crise do Antigo Sistema Colonial agravada pelo desenvolvimento da Revolução Industrial inglesa e os desdobramentos da Revolução Francesa que culminou com Império Napoleônico associada à crise da produção aurífera, a chegada da Família Real em 1808 e a emancipação política definitiva do Brasil em 1822, acabaram sendo determinantes para o desenvolvimento do sudeste e, consequentemente, estimulou a migração de milhares de famílias desta região, sobretudo, de Minas Gerais para o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro que, até 1816, fazia parte do território goiano. Essa ocupação ocorreu em um contexto marcado pela ausência de uma legislação fundiária, redução da produção aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e de crescimento da agropecuária que passou a ser a principal atividade econômica e incentivaram deslocamentos migratórios para o norte, nordeste e, principalmente, para o sul provocando a ocupação definitiva de todo o território goiano no decorrer do século XIX.

A região do Sudeste brasileiro (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) foi a mais beneficiada com a presença da Corte Portuguesa, sendo a região que mais diretamente foi afetada pelas medidas estabelecidas por D. João VI durante a sua permanência no Brasil. Com a abertura dos portos em 1808, segundo Bergad,

> aos navios de todas as nações que não estivessem em guerra com Portugal ou com a Inglaterra, foram eliminadas as restrições comerciais e retiradas quase todas as proibições impostas no período colonial, o que assinalava o princípio de uma nova fase de relativa liberdade econômica oficialmente sancionada (que contribuiu) para o crescimento significativo das exportações brasileiras já na primeira metade do século XIX.(BERGAD, 2004, p. 77)

As transformações econômicas associadas ao crescimento demográfico de Minas Gerais e a falta de terras nesta fizeram com que milhares de famílias se deslocassem de suas regiões em direção ao oeste e norte de São Paulo, norte e noroeste de Minas Gerais, norte do Paraná, região sul de Goi-

ás e Mato Grosso. Os mineiros que se estabeleceram no sul de Goiás eram originários principalmente de São Francisco das Chagas, São João Del´Rei, Sacramento, Piuhuim, Bagagem, Brejo Alegre, Campos Belos, Dores de Uberaba, Varginha, Formiga, Pitangui, Campanha, Tamanduá e Araxá.

A terceira onda migratória tem início na década de 1870 e está associada diretamente a melhoria das vias de comunicação e transportes terrestres vislumbrados pela eminente chegada dos trilhos da estrada de ferro ao Triângulo Mineiro e Goiás. Embora o governo provincial de Goiás tenha realizado uma série de estudos necessários para a abertura desta via de comunicação no final da década de 1850, somente, em por iniciativa da Câmara Municipal de Uberaba. Em 1872, a câmara da cidade Uberaba, no Triângulo Mineiro, em 19 de agosto de 1871, enviou ofício de uma representação do corpo de comércio daquela cidade ao então presidente da Província de Goiás, Antero Cícero de Assis, pedindo autorização para a abertura de uma estrada desde a freguesia de Abadia, na Província de Minas Gerais até à Vila Bela de Morrinhos (Morrinhos) no sul de Goiás e, pedia, também, autorização para a construção de um porto no Rio Paranaíba que desembocaria na estrada de Abadia, sem prejuízos e ônus aos cofres públicos goianos.[3]

Segundo Borges Sampaio a estrada do sul ou de São Paulo, foi um empreendimento idealizado pelo Padre Hermógenes nos primeiros anos do século XIX, quando então solicitou do governo da Capitania de Goiás e concessão de favores para abrir estrada mais curta e segura entre Uberaba e aquela capital. Tal estrada, porém, somente foi aberta pelo major Eustáquio, auxiliado por Pedro Gonçalves, mediante o auxílio de mil cruzados pagos pelo governo metropolitano. Essa estrada abriu em direção a Morrinhos; mas os viajantes preferiram continuar a tomar a direita, ainda que mais longe, onde achavam povoados para socorrê-los, quando à esquerda da estrada era deserta. Em 1889, esta passou a ser preferida, por nela haverem facilidades de auxílio e por ser mais curta e transitável; foi também por ela que a expedição do coronel Cunha Matos foi colocando os postes que levaram os fios telegráficos a Goiás.(SAMPAIO, 1971)

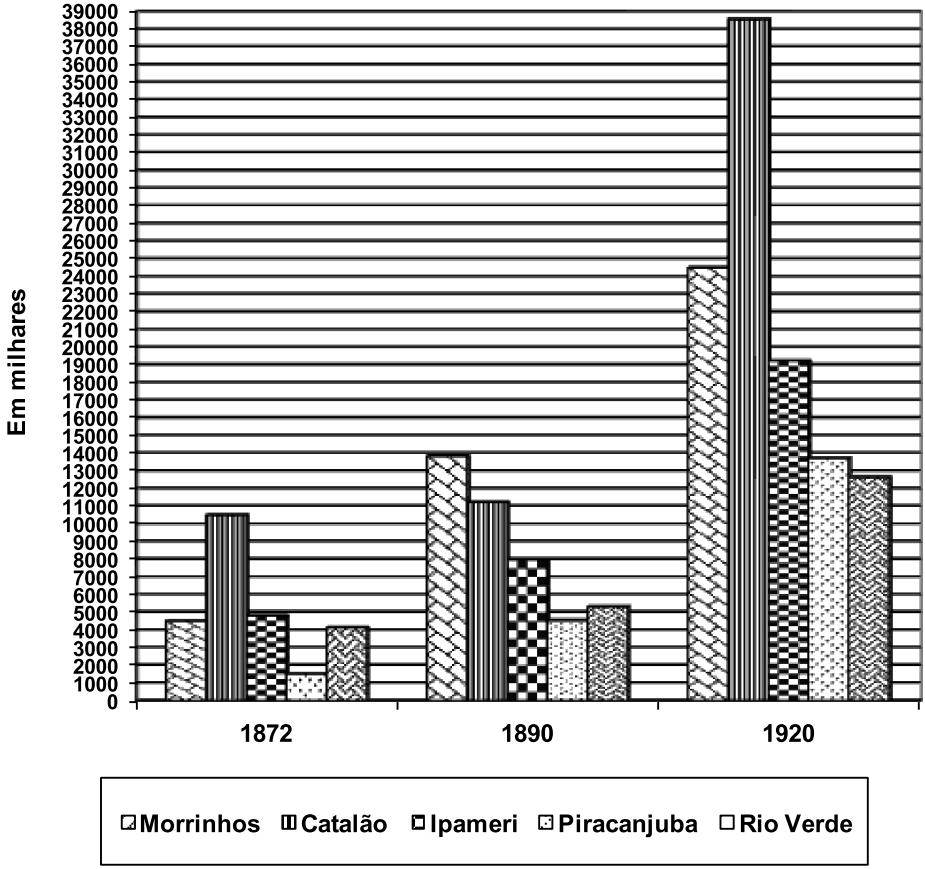
3_ Informações extraídas do relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1872 pelo presidente da Província Antero Cícero de Assis. In. Relatórios dos governos da Província de Goiás de 1870-1875 – relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico Geográfico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana – Editora UCG: Goiânia, 1999. p.120

De acordo com o traçado, a estrada saia da Capital de Goiás e passava pelos distritos de Alemão (atual Palmeiras de Goiás) e Anicuns, Vila Bela de Morrinhos, Porto de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) até a estrada que seguia para a cidade de Uberaba e, de lá, para o Estado de São Paulo. Esta estrada, até a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás (1912) tornou-se a principal via de acesso e comunicação com a região sudeste e representou na época, redução de cerca de 60 léguas de percurso de duração de viagens de Goiás a São Paulo.

Com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana em Uberaba (1892), Araguari (1896) e, posteriormente, a Catalão (1912) deu-se início a uma maior dinamização da economia, principalmente, do sul em relação ao norte de Goiás, contribuindo para o aumento do consumo de mercadorias importadas e, também, o crescimento do volume de mercadorias exportáveis, inclusive gado, que passam a ser exportados em pé ou, charqueado pela via-férrea. A produção agrícola que era uma atividade inviável começou a dar seu sinal de desenvolvimento, na década de 1920, Goiás já era um dos maiores produtores de cereais do país. (OLIVEIRA, 2006; CAMPOS, 1984; BORGES, 1990) Com a incorporação de novas áreas para o cultivo do café e produção agropastoril para o abastecimento do mercado interno, fez com que, uma quarta onda migratória de famílias mineiras e paulistas se deslocasse para Goiás e Mato Grosso. Nesta onda migratória estavam presentes, também, algumas famílias de sírio-libaneses que, gradativamente, foram se estabelecendo em Goiás no decorrer da Primeira República sempre acompanhando o trançado da estrada de ferro. Segundo Nunes,

> a maioria eram originalmente cristãos e procediam da Síria. Todos eram denominados sírios e não árabes, termo, cujo uso foi generalizado apenas nos últimos anos. [...] Os primeiros sírios e libaneses chegaram a Goiás na última década do século XIX, eram, em sua maioria, jovens solteiros. (NUNES, 2000, p.50)

GRÁFICO 1 - O RITMO DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE CIDADES IMPORTANTES DO SUL, SUDESTE E SUDOESTE DE GOIÁS, 1872/1920



Fontes: Dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872, 1890 e 1920. Disponíveis no site http://biblioteca.ibge.gov.br/

Na década de 1870, 54% da população da Província de Goiás, já se concentrava na região sul de Goiás. Entre décadas de 1890 a 1920, a população goiana saltou de 227572 para 511919 habitantes. A população neste período mais que dobrou, situação que repercutiu nas cidades mais importantes cidades do sul, sudeste e sudoeste do Estado de Goiás como Morri-

nhos (76,8%), Catalão (243,1%), Ipameri (140,8%), Piracanjuba (201,3%) e Rio Verde (137,9%). Todas estas cidades tiveram, portanto, um crescimento populacional muito expressivo entre as décadas de 1890 a 1920. Este vertiginoso crescimento demográfico estava associado de forma direta com a chegada dos trilhos da estrada de ferro ao Triângulo na década de 1890 e sua entrada em solo goiano a partir de 1912.

Nesta perspectiva seguindo as pontas da linha do trem vinham lavradores, comerciantes, médicos, bacharéis, industriais, boiadeiros, garimpeiros. Todos seguiam em direção à ponta da linha da estrada de ferro. Em cada parada uma nova cidade surgia com vida intensa e agitada, tornava-se importante entreposto de entrada e saída de mercadorias e pessoas. Cidades como Catalão, Ipameri, Rocador (Urutaí), Pires do Rio, tornaram-se

> uma feira permanente dos produtos de exportação. E as casas comissárias brotavam numerosas, atendendo a importação de estabelecimentos, distantes dezenas de léguas. Para as povoações mais próximas, as mercadorias seguiam de caminhão Ford e Chevrolet. Para cidades de médio afastamento, iam de carro de bois. As mais longínquas mandavam buscar na extremidade dos trilhos as suas compras em cargueiros de muares. E a exportação de seu gado se fazia pelo processo primitivo das boiadas, tangidas, léguas e léguas, pela faixa avermelhada e barrenta das estradas salineiras. (XAVIER JÚNIOR, 2002, p.24)

Esse crescimento econômico de Goiás está relacionado com a dinâmica do mercado internacional que no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocorreu um crescimento do mercado mundial em proporções jamais vista antes. A expansão dos mercados está associada à ampliação da malha ferroviária no mundo, cujo objetivo era, por um lado, a aumento do mercado consumidor dos produtos industrializados e, por outro, a ampliação do mercado fornecedor de matérias-primas. Neste período a economia global tornava-se mais globalizada, com a intensificação das transações comerciais entre os continentes provocou o crescimento no volume de movimento de mercadorias, dinheiro e pessoas ligando os países

desenvolvidos entre si e o mundo não desenvolvido,

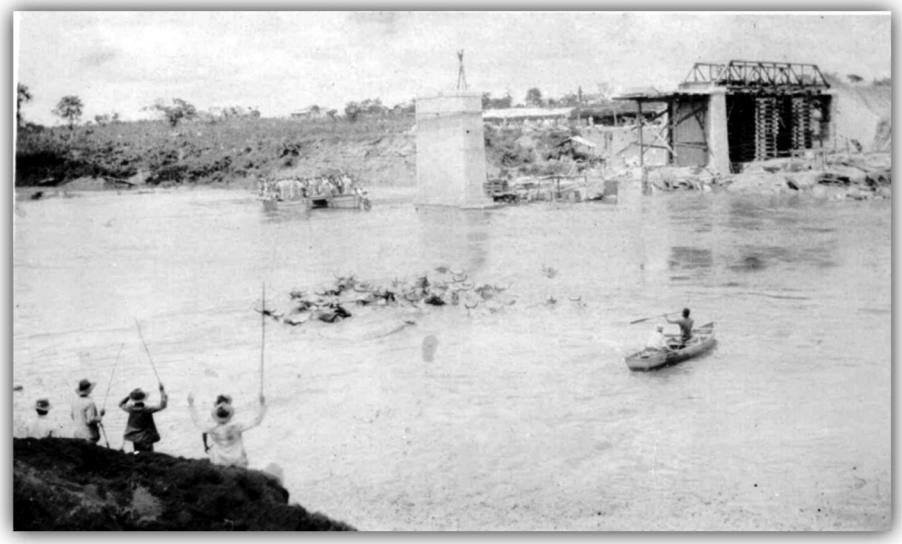
> as exportações europeias tinham, de fato, tinham mais que quadruplicado entre 1848 e 1875, ao passo que entre esta última e 1915 apenas duplicaram. Mas a navegação mercante mundial, entre 1840 e 1870, passou de 10 para 16 milhões de toneladas, para dobrar nos quarenta anos seguintes, enquanto a rede ferroviária mundial passava de pouco mais de 200 mil quilômetros (1870), a mais de 1 milhão às vésperas da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWN, 2001, p.95).

Nesta perspectiva a presença da estrada de ferro em Goiás tornou-se também um importante instrumento que além da transformação da paisagem, tornou-se também, um importante veículo propagação de novos valores culturais originários dos grandes centros urbanos. Pela estrada de ferro,

> não somente se realizam as trocas comerciais e econômicas; se provêm de recursos e gêneros alimentícios as populações urbanas, se estabelecem a ligação entre os centros de consumo e os de produção, se atendem às comunicações dos exércitos, ao transporte e ao abastecimento das tropas [...], mas também se produz e se intensifica a propagação de ideias e de culturas diferentes, se fecundam as civilizações umas pelas outras, e se realizam um alargamento progressivo do horizonte, nas sociedades mais afastadas dos focos de civilização. (BORGES, 1990, p.18)

Gradativamente, as novas condições econômicas e de transporte resultaram em uma gradativa mudança na cultura e mentalidade. Os antigos fazendeiros não podiam mais restringir sua produção para o consumo familiar e tiveram que produzir para um mercado de maiores proporções que transcendiam às fronteiras do Estado de Goiás, caso contrário, era fadado a definhar-se, ou seja, " produzir determinados produtos que o mercado exigia e comprar na cidade os produtos industrializados que necessitassem, desaparecendo no campo, a combinação entre agricultura e artesanato." (BORGES, 1990, p.23)

FOTO 1 – CONSTRUÇÃO DA PONTE AFONSO PENA – 1908



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Antônio Correa Bueno de Morrinhos-GO. Foto digitalizada pelo autor.

Conforme nota-se na Foto 1, antes da chegada da estrada de ferro em Goiás córregos e rios deveriam ser atravessados a nado, em canoas ou balsas. A transposição das mercadorias e animais no Rio Paranaíba, ou tinha de ser por balsa, ou, especificamente, no caso do gado a travessia tinha que ser a nado. A presença da estrada de ferro em Goiás estimulou além do desenvolvimento de uma maior diversificação nas atividades agropastoris, foram elos importantes no incremento das atividades comerciais e no estabelecimento das primeiras indústrias localizadas, principalmente, nas proximidades dos entroncamentos ferroviários.

Com a inauguração da Ponte Afonso Pena e do ramal da Estrada de Ferro Goiás em Catalão em 1912, as relações econômicas, sociais e culturais com o Triângulo Mineiro se estreitaram ainda mais. Serviços médicos, educacionais, serviços de tipografia compra e venda de mercadorias para o abastecimento e atendimento das necessidades de consumo das famílias, eram buscadas em Araguari, Uberaba e Uberlândia. Até 1911, Goiás conta-

va com apenas dois meios de transportes para vencer as longas distâncias: a tropa, com capacidade de carga limitada por volumes, e o carro de bois. Percorriam um trajeto que em média não ultrapassava a 24 quilômetros diários. Mesmo com os entroncamentos da estrada de ferro em Araguari, o transporte de bens perecíveis, conforme, a estação do ano era praticamente impossível. A demora da viagem e as despesas com alimentação dos animais e pessoal encareciam muito dos fretes, consequentemente, as mercadorias goianas ficavam em situação desfavorável nos mercados consumidores. O lucro era tão reduzido que praticamente não valia a pena os produtores exportarem a produção agrícola[4] (SILVA, 1982).

Diante destas dificuldades a presença da ferrovia em Goiás e no Triângulo Mineiro contribuiu para estimular o aperfeiçoamento do transporte rodoviário, tanto na construção de estradas nas proximidades da passagem dos trilhos e regiões mais distantes, como por exemplo, no sul e sudoeste, bem como, pela introdução do automóvel como meio de transporte de mercadorias e pessoas. Nesta perspectiva, diante da improvável chegada dos trilhos, as autoridades destas regiões em comum acordo com os interesses com chefes políticos e comerciantes do Triângulo Mineiro, empreenderam alternativas investindo na organização e implementação de autovias, com a participação do poder público e privado atentaram-se para a construção de pontes, como a ponte pênsil em Itumbiara sobre o Rio Paranaíba inaugurado em 1909 e, a construção de estradas de rodagens estimulada com a chegada a Goiás dos primeiros protótipos dos automóveis Ford e Chevrolet em 1916.

4_ Em 1909, o arroz valia, em Araguari, entreposto onde se podia comerciar o produto goiano, 43$000 por saca. Na mesma época o frete de uma carga completa entre Itaberaí e Araguari de carro de bois (1.800 Kg) custava 1.000$000 ficando o preço por saca de arroz em 33$000, sobrando para o produtor apenas 10$000 para todas as demais despesas e para a sua sobrevivência. (NOGUEIRA, 1977. p.25 Apud. SILVA, 1982, p. 109-110)

FOTO 2 – PRIMEIRO AUTOMÓVEL QUE ENTROU EM RIO VERDE E JATAÍ - 1918

O primeiro automóvel que entrou em Rio Verde e Jataí, Modelo T de 1916, fotogrado no "Olho d´Água" de Jataí em 22 de agosto de 1918. Ao volante Sidney Pereira de Almeida e Ronan R. Borges, pioneiros no incentivo à introdução do automóvel em Goiás. In. Fonte: FRANÇA, Basileu Toledo. O cavalo de rodas. Oriente: Goiânia, 1979.

Em 1917, a Companhia Mineira de Viação Inter-Municipal, havia inaugurado uma estrada para tráfego de automóveis de carga e passageiros entre Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) e Uberabinha (Uberlândia) que era servida com um entroncamento da Estrada de Ferro Mogiana. Entusiasmados pelas possibilidades de riqueza e oportunidades que os primeiros "fordecos" poderiam trazer ao desenvolvimento do sul e sudoeste goiano, Ronan Rodrigues Borges e Sidney Pereira de Almeida empreenderam com o apoio de autoridades e da iniciativa privada de Itumbiara, Rio Verde e Jataí a construção da primeira estrada de rodagem na região que foi inaugurada em 1919, com a denominação estrada Sul-Goiana de Itumbiara a Jataí, posteriormente, realizaram-se ligações a Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Rita do Araguaia (FRANÇA, 1979)[5].

5_ Em 30 de agosto de 1918 foi fundada a Companhia Autoaviação Sul Goiana, com capital de 80.000$000 contos de réis, divididas em 400 ações nominativas de 200$000 réis.(FRANÇA, 1979, p. 249)

A construção do trajeto Itumbiara a Morrinhos ficou sob a responsabilidade de Tito Teixeira, que levantou capital com autoridades e famílias mais abastadas de Morrinhos e região para a construção da estrada de rodagem que ligasse Itumbiara a Morrinhos, passando por Bananeiras (Goiatuba), Morrinhos Pouso Alto (Piracanjuba) e o trecho de Morrinhos a Caldas Novas, esse trajeto, ao todo perfazia 225 quilômetros.[6] Em primeiro de janeiro de 1920, foi inaugurado o primeiro trecho da estrada que ligava Itumbiara a Bananeiras e desta localidade a Morrinhos. Em sete de setembro de 1920, inaugurou-se o trecho da estrada de Morrinhos a Pouso Alto. Em sete de setembro de 1921, foi inaugurou-se o quarto e último trecho da estrada, compreendido entre Morrinhos a Caldas Novas. (TEIXEIRA, 1966)

FOTO 3 – O AUTOMÓVEL ADQUIRIDO POR MÁRIO NUNES DA SILVA EM MORRINHOS-GO – DÉCADA DE 1920

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Antônio Correa Bueno de Morrinhos-GO. Segundo à esquerda Mário Nunes da Silva, proprietário do primeiro automóvel em Morrinhos-GO.

Pela estrada de ferro chegaram os primeiros automóveis que além de se tornar um objeto de desejo e consumo das famílias mais abastadas, a sua utilização no transporte de mercadorias e pessoas apresentava-se como atividade viável e muito lucrativa, apesar de todas as dificuldades enfrenta-

6_Em 14 de julho de 1919, Tito Teixeira conseguiu angariar 37.500$000 em Morrinhos e região para a Empresa Automobilística de Morrinhos para a construção deta estrada de rodagem.

das, os primeiros "cavalos de rodas" como eram chamados segundo Basileu França apresentavam-se mais baratos, eficientes e rápidos do que o transporte em carros de bois até às estações ferroviárias. Os primeiros auto caminhões com capacidade de transportar de 3 a 5 mil quilos faziam viagem de Itumbiara a Uberabinha, percurso de 28 léguas em até seis horas, a um custo de $42 réis o quilo, enquanto que, o transporte em carros de bois demorava sete dias ou mais e o custo do transporte era de $167 réis o quilo. (A Informação Goyana, Ano II, 15 de Fev., 1918, p. p. 75) Segundo Ana Lúcia da Silva,

> a introdução destes meios modernos de transportes possibilitou a redução dos preços dos fretes, a diminuição dos prejuízos, maior rapidez e eficiência, melhor qualidade dos produtos, aumento da produtividade, maior racionalização do trabalho e liberação de capitais antes imobilizados no comércio de tropas. (SILVA, 1982, p.13)

A viabilidade do transporte rodoviário com o uso dos primeiros auto-caminhões, já acenava para que um futuro não muito distante os carros de bois seriam substituídos definitivamente pelos automóveis, mas, durante a era ferroviária os carros de bois continuavam hegemônicos e, apesar, da morosidade eram os principais responsáveis pelo transporte de mercadorias, seja no escoamento, da produção agrícola e agromanufatureira de exportação, bem como, no transporte do volume crescente de mercadorias industrializadas oriundas dos grandes centros industriais como: tecidos, máquinas de costura, arame, calcados, moinhos de moer café, ferramentas e querosene.

Percebe-se que as ligações comerciais e políticas do sul e sudoeste de Goiás com o Triângulo Mineiro eram bem estreitas, durante o período da Primeira República. Os habitantes de Uberaba multiplicaram suas relações comerciais e sua produção agrícola e, sobretudo, a criação de gado.[7] Os

7 Discurso proferido por Borges Sampaio no jantar oferecido pelo comércio à Diretoria da Companhia Mojiana, quando em Uberaba se inaugurou a estrada de ferro em 23 de abril de 1889. In. Revista de Uberaba, n.º08. Uberaba, Tipografia da Livraria do Século XX, outubro de 1904, p.186-189. In. SAMPAIO, Borges. Uberaba: história, fatos e homens.Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1971. p.185

contatos comerciais tornaram-se cada vez mais intensos entre o sul e o sudoeste de Goiás com Minas e São Paulo, através de Uberaba e Uberabinha (Uberlândia), que eram os principais centros urbanos que exercia maio¬r sobre a região, sendo a ponte intermediária não apenas de relações comerciais, mas também, local de passagem obrigatória de entrantes que buscavam os campos propícios para cria¬ção no sul e sudoeste goiano. Apesar de não terem sido beneficiadas com os trilhos da estrada de ferro, as cidades de Morrinhos e Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), por estarem bem localizadas geograficamente, tornaram-se importantes entrepostos comerciais entre o sul e sudoeste do Estado com o Triângulo Mineiro e São Paulo.

Santa Rita do Paranaíba, já era um importante centro comercial e produtor do sul de Goiás no final da década de 1910 se destacando no comércio de gado. Com excelentes invernadas, boiadeiros e negociantes de gado traziam boiadas de outros municípios de Goiás e de Mato Grosso para descansar e engordar nesta cidade de fronteira para depois revender aos mercados de São Paulo e Minas Gerais. Morrinhos além de importante centro comercial e político era passagem obrigatória para mercadores, viajantes, tropeiros e carreiros que viajavam entre Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, via Triângulo Mineiro. Na ausência de rede bancária e de crédito, a cidade ocupava também, local estratégico na circulação de capital no Estado, o que fez com que se tornasse um importante centro político e econômico de Goiás na Primeira República.

REFERÊNCIAS

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.** Bauru,SP: EDUSC, 2004.

BORGES, Barsanufo Gomides. **Despertar dos Dormentes.**Goiânia:Cegraf/UFG, 1990.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás.** 2.ª Ed. Goiânia: Vieira, 2003.

FRANÇA, Basileu Toledo. O cavalo de rodas. Oriente: Goiânia, 1979.

FRANÇA, Maria de Sousa. As exportações do sul de Goiás no decênio de 1920. In. **Boletim Goiano de Geografia,** Vol. 1, N.º 1 . Instituto de Química e Geociências/Departamento de Geografia. Goiânia:UFG, 1981.

_____. Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900 – estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. UFG: Goiânia, 1975.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **O Mestre Carreiro.** A Folclórica (Instituto Goiano do Folclore), Edição especial: Goiânia, 1980.

NUNES, Helliane Prudente. **A imigração Árabe em Goiás.** Goiânia: Ed. UFG, 2000.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A **construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910.** Tese de Doutoramento apresentada na Universidade Júlio de Mesquita Filho. UNESP: Franca-SP, 2006.

SAMPAIO, Borges. **Uberaba: história, fatos e homens.** Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1971.

SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de 30 em Goiás.** Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo:USP, 1982

TEIXEIRA, Tito. Morrinhos...**Como te vi e como te vejo.** 2.ª Ed. Mimeo, 1966.

XAVIER JÚNIOR, José. **Ponta de Linha.** Goiânia: Canone Editorial, 2002.

PLANOS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA: DESAFIOS E LIMITES NOS "MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO"

Robson Mendonça Pereira [1]

Estimuladas pelos modelos europeus ascapitais latino-americanas,a partir da década de 1880, promoveram diversas intervenções no seu tecidourbano inspiradas comumente no modelo da Paris reformada do Segundo Império. Urbes em processo de metropolização intensiva como: Cidade do México, Buenos Aires, Santiago do Chile, Lima, Montevidéu, Rio de Janeiro e São Paulo, em algum momento sofreram algum tipo de modernização nos moldes da capital francesa. Houve no caso brasileiro uma forte influência de princípios do reformismo e da legislação higienista francesa no conjunto de propostas de intervenção urbana realizadas noantigo Distrito Federal, especialmente durante a gestão do prefeito-interventor Pereira Passos, efetuadas entre 1902 e 1906.

Na cidade de São Paulo, com seu progressivo relevo econômico no País, as primeiras intervenções que seguiram esses mesmos princípios ocorreram durante a administração de Antônio Prado (1899-1911), sendo caracterizadas por sua restrição e fragmentação. Em meados dos anos 1910 começava a prevalecer o discurso em favor do empreendimento imobiliário inspirado nas experiências norte-americana e alemã, segundo as quais seria possível pensar na higiene e no rendimento simultaneamente.[2] Em geral notava-se a ausência de uma perspectiva mais global capaz de controlar os

1_ Doutor em História pela UNESP/Franca. Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UNUCSEH/UEG), Campus de Anápolis. E-mail: robsonmenper@hotmail.com.

2_ ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação e territórios na cidade de São Paulo. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003, p.44.

fluxos de crescimento intensivo da metrópole paulistana, ficando cada vez mais visível uma expansão ao sabor dos interesses do mercado imobiliário.

O caso paulistano demonstra que o modelo francês da "régua e do compasso" tinha suas limitações e não poderia ser aplicado a qualquer realidade urbana sem os devidos ajustes. No entanto, é possível destacar alguns pontos de convergência entre os diversos tipos de intervenção em relação à Paris de Haussmann[3]: em primeiro lugar, o caráter autoritário da ação dos agentes sociais de modernização, em detrimento da autonomia da autoridade local; em segundo lugar, o projeto ou plano de reforma idealizado pelo Estado, por meio de comissões constituídas por técnicos, embutindo estratégias planejadas que geralmente não atendiam às especificidades da localidade; em terceiro lugar, nem em Paris e muito menos em São Petersburgo, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, o processo ocorreu sem conflitos,havendo sempre reações as mais diversas inerentes, às ambivalências da modernidade e à violência contida nas ações políticas do poder estatal(ROMERO, 1976, pp.275-6).

Primórdios do Debate Urbanístico Paulistano

O debate acerca da modernização da capital paulista teve início com o período republicano quando a administração da cidade estava sob a responsabilidade da Câmara Municipal. Em 1896 havia quatro intendências: Justiça, Higiene e Polícia, Finanças e Obras. Esta última, a mais importante, foi ocupadapor um engenheiro, Pedro Augusto Gomes Cardimque além de contar com autonomia no comando do setor, teve o caixareforçadopelaedilidade que aprovou somente em 1896 uma verba suplementar de 1.100 contos de réis ou mais de 50% da arrecadação do município na época(CAMPOS, 2002, p.74). Com este estímuloGomes Cardim organizou uma Comissão Técnica de Melhoramentos com o objetivo de elaborar uma espécie de

3_Prefeito nomeado por Napoleão III, o barão Georges-EugèneHaussmann foi um agressivo empreendedor e administrador público, tendo desenvolvido um amplo programa de demolições e construções reunido em três fases ou redes entre 1853 e 1870 que tornaram a capital parisiense um paradigma urbanístico (BERMAN, 1992, pp.145-50; PESAVENTO, 1999, pp.89-98; NEEDELL, 1993, pp.49-52; SENNETT, 1997, pp.269-71).

planejamento urbano para orientar as intervenções na cidade.

A comissão elaborouum plano viário para capital centrado na ideia de uma via perimetral para abarcar os empreendimentos imobiliários das classes média e alta no quadrante sudoeste, enquanto os vetores de crescimento da cidade apontavam para o leste, o noroeste e o sul, seguindo uma direção próxima das estradas de ferro, ao lado das quais alongava-se um sem-fim de casas e chaminés de fábricas. Era a outra cidade, dos imigrantes operários e da industrialização, para a qual o poder público algumas poucas vezes destinava seus investimentos (CAMPOS, 2002, pp.75-6). A proposta da perimetral de Gomes Cardim acabou não se concretizando, mas a ambição de constituição de uma "capital do café", embutida nesse projeto, permanecia firme no horizonte da elite paulistana.

No final de 1898 uma reforma administrativa acabou por restabelecer o cargo de prefeito como agente executivo municipal. O fazendeiro-empresário conselheiro Antônio da Silva Prado foi escolhido para o cargo, algo que acentuava o ostracismo vivido pelo seu clã político durante a República(DARRELL, 1977).Sua longa gestão foi marcada pela remodelação física dos espaços e equipamentos urbanos, principalmente na área central, de onde ainda emanava certo ar provinciano em termos do conjunto de edifícios e da própria organização viária. Propunha-se um delineamento europeizado à capital, ao gosto da *Belle Époque* anunciada nas conquistas tecnológicas incorporadas ao mundo urbano: os automóveis, os motores nas fábricas, a iluminação elétrica, os aviões, a máquina fotográfica, o cinematógrafo, etc. Vantagens sobretudo para a elite paulistana que "usufruía as benesses materiais, intelectuais e artísticas proporcionadas pelo desenvolvimento industrial de capitalismo em seus primórdios" (CAMARGOS, 2001, p.21).

No conjunto de intervenções efetuadas pelo governo de Prado destacavam-se obras de cunho paisagístico; por exemplo, o ajardinamento do antigo Largo dos Curros (rebatizado em 1889 como Praça da República), realizado entre 1902 e 1905; a instalação de um jardim botânico próximo à Estação de Luz (recebeu calçamento, construção de tanques, bancos e coretos); a urbanização e arborização da Avenida Tiradentes e do Largo do Paissandu; o novo arranjo do Largo do Arouche (RAMOS, 1995, p.63), e a construção de um amplo jardim em estilo francês em uma das faces do

Museu do Ipiranga (1907-1909), seguindo projeto de Arsênio Puttemans.

Houve um esforço significativo no calçamento e na arborização das vias públicas. A municipalidade desencadeou uma campanha de combate aos quiosques e bebedouros de animais(TORRES, 1969, pp.172-3). Dentro desse mesmo espírito estético e sanitário se iniciou em 1904 o acerto das margens e drenagem do rio Tamanduateí, na altura da várzea do Carmo, obra de custo elevado que só ficaria concluída em 1916(RIBEIRO, 1993, p.107).

As realizações de Prado concernentes à região central da cidade seguiram a cartilha haussmanniana,com um programa extenso de retificações e alargamentos. A Praça da Sé foi reformada com a demolição de vários cortiços e a expulsão de seus moradores, assim como a proibição de atividades ilícitas (prostituição, jogos de azar, vendedores ambulantes, etc.) no intuito de transformação da área para o comércio. Regularizou-se toda a área do Triângulo, e muitas construções coloniais esteticamente incompatíveis com os melhoramentos pretendidos foram demolidas (MARINS, 1998, p.179).

Prado contratou o arquiteto Ramos de Azevedopara projetar um Teatro Municipal, que teria como modelo a Ópera Garnier de Paris(SEVCENKO, 1992, p.116).Como ornamento luxuoso da capital do café utilizaram-seem sua construção materiais nobres, como mosaicos de Viena e mármores de Verona e Carrara.Seria inaugurada em 1911, no apagar das luzes de sua administração.

A concomitância entre as reformas empreendidas por Antônio Prado na capital paulista (1899-1911), e por Pereira Passos na capital federal (1902-1906), reforça certo esforço comparativo no que diz respeito aos resultados obtidos por ambas, pois segundo Marins, a população pobre banida teria migrado para construções nas proximidades, acentuando o "contraste entre quarteirões novos e aqueles antigos que escaparam às demolições" (1998, pp.179-80).

Se por um lado, houve certa dificuldade na construção de um grande eixo comparável com a Avenida Central carioca, por outro lado, a versão paulistana da "fantasia de civilização" parecia mais autônoma, pelo aproveitamento das irregularidades do terreno e pelas contribuições da emergente comunidade técnica local (CAMPOS, 2002).

Projetando a "Capital do Café"

No âmbito das intervenções efetuadas na gestão de Antônio Prado surgiu uma intensa discussão sobre os "melhoramentos de São Paulo", buscando soluções que aliviassem a circulação viária e o adensamento imobiliário em torno da área central(CAMPOS, 2002, pp.107-24).Engenheiros e arquitetos representando interesses divergentes (da prefeitura, do Estado, de proprietários e do setor imobiliário, ou mesmo das empresas concessionárias de serviços públicos como a Light & Power), apresentaram projetos mirabolantes de alcance restrito, envolvendo muito pouco as demais zonas de crescimento da capital(RAMOS, 1995, pp.66-7).A excessiva preocupação com o centro e adjacências marcou a tônica dessas propostas, inexistindo qualquer projeto que abarcasse a cidade em seu conjunto, com metas baseadas no planejamento de seu crescimento urbano.

O debate começa em 1906, quando o vereador e engenheiro Silva Teles apresentou uma primeira proposta voltada à reurbanização do vale do Anhangabaú e sua transformação em uma espécie de belvedere, atendendo a reivindicações do poder municipal (TELES, 1907). O vereador Joaquim Marra, por seu lado,ofereceu um projeto alternativo de simples alargamento da Rua Líbero Badaró, desvirtuando o projeto de Teles e defendendo interesses dos proprietários na área (o vale pertencia quase todo ao conde Eduardo Prates). O debate na Câmara Municipal resultou em inúmeras discussões, sendo que em outubro de 1910 a ideia de Marra foi retomada, inviabilizando a proposta de Teles.[4]

Os proprietários interessados nas oportunidades imobiliárias na mesma área voltaram à carga. Articulados com outros grupos dirigiram uma petição ao Congresso do Estado, em novembro de 1910, na qual solicitavam apoio oficial a um plano urbanístico concebido pelo engenheiro Alexandre Albuquerque. A solução sugerida seria a de superposição de eixos viários ("grandes avenidas") articulados por uma praça giratória de inspiração *haussmanniana*. Idealizaram também a criação de um "Centro Cívico", reunindo o Congresso Estadual, a sede do governo, a Catedral Arquidiocesana e os

4_ Lei municipal nº 1.361, de 27 de outubro de 1910. Sua aplicação ficou entretanto adiada até que fosse estipulado um Plano Geral visando a encaminhar os "melhoramentos".

Correios e Telégrafos, complementados por empreendimentos particulares. O plano dependia fundamentalmente do investimento dos maiores interessados: os capitalistas da cidade. Essa proposta acabou sendo deixada de lado devido ao rol de interesses prejudicados: o Executivo Municipal, a Câmara, e mesmo a Light (CAMPOS, 2002, p.115-21; HISTÓRIA & ENERGIA, 3, 1986).

A Prefeitura mobilizou-se rapidamente respondendo, ainda em dezembro do mesmo ano, com um outro plano elaborado pelo diretor da Repartição Municipal de Obras, Vitor da Silva Freire, e por seu assistente Eugênio Guilhem (MELHORAMENTOS, 1911). Um auxílio concedido à municipalidade para a continuidade das intervenções na capital teria motivado Antônio Prado a apresentar o plano, conforme esclareceu no encaminhamento dirigido ao presidente de Estado, Albuquerque Lins, em 3 de janeiro de 1911:

> Nestas condições, veio em boa hora o ato do Congresso destinando a verba de dez mil contos para os novos melhoramentos de que precisa a cidade. (...) O plano que tenho a honra de sujeitar à esclarecida apreciação de V. Exa. recomenda-se não só porque dará ao centro, onde se condensa seu movimento comercial, o aspecto de uma cidade moderna, próspera e civilizada, como porque atende à urgente necessidade de facilitar as comunicações desse centro com o os bairros de que está separada pelo vale do Anhangabaú.(MELHORAMENTOS, 1911, pp.3-4)

O Plano de Freire-Guilhem associava as ideias centrais da proposta de Silva Teles com outras intervenções: um viaduto ligando a Rua Boa Vista ao Largo do Palácio; alargamentos dos cruzamentos mais problemáticos do centro comercial (em locais onde se localizam atualmente o Largo do Café e a Praça do Patriarca); o alargamento da Rua São João até a largura de 40 metros (superior aos 33 metros da Avenida Central), etc(CAMPOS, 2002, p.121-5; HISTÓRIA & ENERGIA, 3, 1986, p.23; RAMOS, 1995, p.66). A transformação de todo o vale do Anhangabaú em parque, com belvederes em seu entorno, o respeito ao patrimônio histórico no centro e a criação de

um anel de circulação à sua volta representavam uma influência direta do urbanismo *sittiano*, segundo os comentários de Freire[5] sobre a possibilidade de realização do plano de obras no vale:

> Concluída ela, ficará o centro em perfeitas condições de viabilidade, para acudir às exigências do tráfego naturalmente crescente, durante largo prazo de tempo. E, simultaneamente, achar-se-á dotado de um logradouro de aspecto característico e original, como os que procuram modernamente constituir as cidades mais adiantadas, que arredam dos seus programas edilícios, sempre que a topografia natural lh'o permite fazer – é felizmente o nosso caso – o tipo das longas avenidas banais e sem tão favoráveis condições de estética, de que é modelo, na opinião dos competentes, a conhecida avenida de "Maio", em Buenos Aires.(MELHORAMENTOS, 1911, p.7)

O governo do Estado escolheu o engenheiro agrônomo e urbanista autodidata Samuel das Neves para elaborar um projeto a fim de fazer frente à proposta da Prefeitura, com o intuito de interferir na autonomia da municipalidade. Idealizou assim uma "avenida-parque", semelhante à Avenida Central, ligando o espigão da Paulista à Avenida Tiradentes. A proposta, bastante inferior em relação à de Freire-Guilhem, acabou surtindo pouco efeito (CAMPOS, 2002, p.124).

Quando o barão de Duprat assumiu a Prefeitura em janeiro de 1911, encontrou inúmeros melhoramentos em andamento, os quais refletiam propostas presentes nesses planos urbanísticos, como as desapropriações e retificações no entorno da Sé (aceleradas desde o ano anterior), com o intuito de edificar grandes edifícios públicos no local; o início da construção do Viaduto Santa Ifigênia (elementos de ligação do Triângulo com as estações ferroviárias); alargamento das Ruas Libero Badaró (para desafogar a Rua São Bento), do Rosário e Quinze de Novembro; retificação da Avenida Ti-

5_ O arquiteto Camillo Sitte desenvolveu uma corrente crítica no urbanismo voltando-se contra os aspectos deteriorados da cidade industrial e do urbanismo moderno, representado em sua expressão máxima para os retilíneos bulevares haussmannianos. Buscava com isso retomar os aspectos estéticos presentes nas cidades antigas. Vítor Freire, partidário dessas concepções e especialista qualificado para os debates em torno da questão dos melhoramentos permanecia como um contraponto em meio a um ambiente dominado pelos modelos de avenidas centrais (ANDRADE, 1992).

radentes até a Ponte Grande; obras de terraplenagem na várzea do Carmo, entre outras(RELATÓRIOS 1912-1913, 1914, pp.10-1).

Procurando uma solução conciliadora, Duprat resolveu contratar o arquiteto paisagista Joseph-Antoine Bouvard como consultor urbanístico. Este deveria emitir um parecer externo sobre os melhoramentos da capital. A ideia de uma arbitragem imparcial de Bouvard partira de Vítor Freire. Este conhecia os trabalhos de consultoria realizados por aquele em Paris e Buenos Aires, e compartilhava de sua orientação voltada ao urbanismo científico. Tratava-se, portanto, de uma indicação previamente articulada nos bastidores para garantir posições assumidas por Freire(CAMPOS, 2002, p.143).

Em princípio, Bouvard elaborou um plano contendo três seções: vale do Anhangabaú e Rua Libero Badaró; Região da Sé; Região de Santa Ifigênia. Para a primeira seção, procurou uma solução que harmonizasse os planos anteriores (Freire-Guilhem, Samuel das Neves e Silva Teles). No lugar de um bulevar no Anhangabaú, compôs um "conjunto paisagístico com dois blocos de edifícios intermediando o espaço livre do vale e a massa edificada no centro histórico", conseguindo equilibrar os elementos estético e higiênico com o de valorização do terreno, atendendo aos interesses do conde de Prates(CAMPOS, 2002, p.146-7).

Na área da Sé projetou um centro cívico obtido por sucessão de edifícios monumentais a partir de desapropriações e demolições para ampliar o largo, substituindo a proposta Freire-Guilhem para o local(RELATÓRIOS 1912-1913, 1914, p.15).

Bouvard previu um "jardim pitoresco" na várzea do Carmo. O futuro Parque D. Pedro II contaria com a participação posterior do arquiteto de parques e jardins, E. F. Cochet, no desenvolvimento paisagístico das alternativas apresentadas pelo projeto. Uma das metas desejadas pelo poder público para esse local era a de banimento da população pobre e miserável que vivia em barracos em suas cercanias.

A Retomada do Debate Urbanístico em Tempos de Crise

A solução elegante esboçada pelo arquiteto paisagista Bouvard, seria parcialmente abandonada pelo prefeito Duprat, que preferiu investir na transformação da Rua São João em um imenso bulevar, seguindo uma orientação presente desde a administração de Prado: remodelações, embelezamentos e grandes obras viárias pontuais do tipo *haussmanniano* ao gosto da elite paulistana enriquecida com o *coffeebusiness*. A obsessão incontida de requalificação do centro da capital ao molde parisiense, a exemplo do que havia sido feito em outras capitais como o Rio de Janeiro e Buenos Aires, iria caracterizar as intervenções urbanas na Paulicéia até a década de 1920.

A retomada do Plano Bouvard se daria na gestão do prefeito Washington Luís — ainda que restrições orçamentárias dificultassem ou paralisassem as obras impedindo sua efetivação plena — marcado pelas tensões sociais iminentes (greves operárias, carestia, crise do mercado cafeeiro devido a guerra) em meio ao agressivo processo de urbanização paulistano. Washington amparou suas intervenções na estrutura legada por Duprat: a Diretoria de Obras e Viação e o setor dedicado ao Plano da Cidade, junto ao Escritório Central dirigido pelo poderoso engenheiro Vítor Freire.

Em seu primeiro relatório como prefeito apresentou comentou as alterações efetuadas no projeto do Centro Cívico, uma das pedras angulares do Plano Bouvard. A realização desse empreendimento dependia de esforços congregados do Estado, do Município e da Arquidiocese. O custo elevado das desapropriações nas imediações da praça João Mendes para construção da Sé metropolitana, a desistência do governo estadual de construir os edifícios do Palácio da Justiça e do Congresso do Estado nas imediações e a falta de recursos municipais para implantação do Paço Municipal, precipitaram a supressão do Centro Cívico, conservando-se somente a Catedral(RELATÓRIO DE 1914,1916, pp.65-6).

No final de 1914 foram aprovadas no orçamento, as verbas para o início das obras do Parque do Anhangabaú e o encaminhamento da realização do parque projetado por Bouvard para várzea do Carmo. Aprovado o anteprojeto de embelezamento da área de autoria do arquiteto paisagista E. FrancisqueCochet, o contrato entre a Diretoria de Obras e a Companhia

da Várzea do Carmo, responsável pela realização da obra, somente seria firmado em setembro de 1918, ao final do mandato de Washington. Algumas alterações seriam introduzidas como a previsão de loteamento do setor Noroeste da várzea, a construção do Palácio das Indústrias, a inclusão de campos esportivos e de um mercado público. As obras ficariam paralisadas devido ao surto de gripe espanhola, sendo retomadas em 1920, na gestão de Firmiano de Morais. Mesmo inacabado, o parque foi entregue em 1922, como parte da comemoração do Centenário da Independência, batizado com o nome oficial de Parque D. Pedro II (RAMOS, 1995, pp.115-6).

Considerações Finais

É importante destacar que a política imobiliáriado período, marcada por uma significativa ascendência dos interesses privados "fortemente infiltrados no poder público" e pela participação direta de concessionárias de serviços públicos em investimentos imobiliários produziu um cenário urbano anárquico e altamente excludente, colaborando para agravar a crise social — aumento do custo de vida, carestia, desemprego e déficit habitacional — que se abateu sobre a capital a partir de meados dos anos 1910 (ROLNIK, 2003, p.136).

Por outro lado, a insistência do poder público municipal em prosseguir com as intervenções na área central, seguindo a orientação de Bouvard e Freire ou constituindo avenidas centrais, levaram ao rápido esgotamento do "modelo adotado na construção da capital do café" em meados dos anos 1920 (CAMPOS, 2002, pp.255-9). A tremenda valorização imobiliária do centro, proporcionada por esses melhoramentos elevou os custos das desapropriações na região a limites proibitivos. O efeito das realizações tornou-se limitado diante do amontoamento de problemas urbanos gerados pelo processo de metropolização paulistano.

Ao longo de sua administração, Washington Luís elaborou algumas estratégias para contornar as dificuldades da municipalidade em prosseguir com um padrão urbanístico insustentável, creditando a situação a fatores conjunturais desfavoráveis, superados com o final da guerra. Esse otimismo

em relação ao futuro da capital pode ser percebido em suas referências em relação ao parque do Anhangabaú.

A despeito do curto flerte com o estilo neo-colonial que procurava na vertente do regionalismo recuperar tradições arcaicas dos tempos dos bandeirantes paulistas, continua a prevalecera influência das matrizes européias no reordenamento desses espaços, seguindo uma diretriz iniciada por Antônio Prado quebuscava criar na cidade de São Paulo uma fisionomia mais adequada a um convívio sofisticado, conforme os novos padrões de sociabilidade importanda que se desejava incutir em uma população recatada e ainda pouco afeita ao convívio nos espaços públicos (SEVCENKO, 2000, pp.79-82).

Posições críticas ao urbanismo moderno, como as de Vítor Freire e Saturnino de Brito não eram hegemônicas, pois ainda predominava a miragem das "grandes avenidas", das ruas retilíneas, do tabuleiro de xadrez urbano, da prioridade cada vez maior dada à circulação. A capital paulista divergiu pouco deste direcionamento nas inúmeras experimentações de projetos urbanísticos elitistas, que buscando muitas vezes remodelar uma mesma área sobrepondo soluções pouco viáveis e de efêmera durabilidade (como foi o caso clássico do vale do Anhangabaú), demonstrando as divergências existentes entre os imperativos implícitos na ciência urbanística moderna, de racionalização do espaço no interesse do capitalismo industrial, e a problemática da modernização em um país agrário no qual o debate a respeito dos dilemas da cidade industrial ainda não era prioritário.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade; tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMARGOS, Marcia. **Villa Kyrial:** crônica da **Belle Époque** paulistana. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade:** urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CARONE, Edgard. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930).** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

HISTÓRIA & ENERGIA, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.

LEVI, Darrell E. **A família Prado.** São Paulo: Cultura 70, 1977.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil.** v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELHORAMENTOS do centro da cidade de São Paulo: projeto apresentado pela Prefeitura Municipal. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild& Cia., 1911.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical.** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

RAMOS, Roberto Duarte. **Urbanismo e modernidade na Primeira República.** Franca, 1995. 231p. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

RELATÓRIOS DE 1912-1913 apresentados á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat. São Paulo: Casa Vanorden, 1914.

RELATÓRIO DE 1914 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo

pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** Inventário da Saúde Pública. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação e territórios na cidade de São Paulo. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003.

ROMERO, José Luis. **Latinoamérica:** las ciudades y las ideas. México: Siglo Veintiuno, 1976.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra:** o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole.** São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Pindorama revisitada:** cultura e sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000.

TELES, Augusto Carlos da Silva. **Melhoramentos de São Paulo.** São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1907.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **O bairro do Brás.** São Paulo: Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo, 1969.

MODERNIDADE TARDIA: ARTE E URBANIZAÇÃO GOIANA NO DOCUMENTÁRIO MUDERNAGE

Ademir Luiz da Silva[1]

"A cidade favorece a arte, é a própria arte." (Lewis Mumford)

"O povo goiano é um povo doido. Eu acho isso legal!" (Pitágoras, artista plástico goiano)

Algumas imagens parecem ser inevitáveis. Impregnam o tema. Seus autores sabem que beiram o clichê, ou são mesmo clichês, mas, ainda assim, recusam-se a excluí-las tamanho a força simbólica que carregam. Usando-as, mesmo correndo o risco de parecerem óbvios, todos saberão de forma inequívoca o que pretendem dizer. Exemplo clássico são as ovelhas, sendo uma negra, se transformando em seres humanos no início de Tempos Modernos, de Chaplin. Pertence a essa mesma categoria a imagem das vacas que antecedem os respingos de tinta na abertura do documentário média-metragem Mudernage, dirigido por Marcela Borela[2] . A relação é clara: na terra do boi também se produz arte. O arcaico e o moderno dividindo o mesmo espaço, nem sempre pacificamente, numa cidade criada para ser o símbolo brasilei-

1_ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: ademir.hist@bol.com.br

2_ Marcela Borela estreou na direção em 2005, com o curta-metragem de ficção "Poupe-me dos Detalhes Sórdidos", vencedor do Prêmio de Melhor Vídeo Universitário no II Fest Cine Goiânia. Em 2007 dirigiu, em parceria com Ligia Benevides, o curta documentário "Boca no Lixo", acompanhando o cotidiano dos garis de Goiânia. Em 2011, assumiu a direção do Cine Cultura, entidade cultural ligada ao Governo do Estado de Goiás. Seu trabalho mais recente é o vídeo "Eu sei de mim que tenho visto", enfocando a vida do poeta popular Seu Enesio.

ro do progresso varguista: Goiânia. Amplamente conhecida com "fazenda asfaltada", citando um insulto clássico popularizado, segundo consta, pelos cantores Roberto Carlos e, depois, Renato Russo.

O filme é parte de um projeto mais amplo, que visava analisar a questão da arte moderna em Goiás. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, Marcela Borela entrou no Programa de Pós-graduação em História da mesma universidade, escrevendo a dissertação *"Experiência moderna nas artes plásticas em Goiás:* fronteira, identidade, história (1942 – 1962)", orientada pelo prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva. Numa entrevista que realizei com a cineasta em junho de 2011, publicada no suplemento cultural do Jornal Opção, ela esclareceu que

> Eu queria fazer mestrado, mas era em cinema, lá na UNICAMP, queria estudar documentário. Deixei isso de lado e me embrenhei pelos estudos de fronteira e identidade. Fui virar historiadora pra fazer o filme. Fiz o Mudernage durante o mestrado. O filme ficou pronto antes da dissertação, que foi defendida em dezembro do ano passado. (...) Sim, é um filme sobre arte, sobre artistas, sobre camadas e camadas de memória estética e afetiva que fazem as coisas num lugar serem como são. Tinha que ser também um "filme de arte", tinha que transitar pela "vídeo-arte" em momentos específicos também. É um filme que tenta construir um conceito pra explicar um olhar sobre o passado, a Mudernage, que não significa nada mais que a presença de valores tradicionais no que se entende por modernidade na fronteira brasileira. Eu precisava transformar a história da arte moderna em Goiás vista sob a ótica contemporânea, em valor visual e sonoro. (Borela, 2011)

O instigante título do documentário foi extraído da letra da canção *"O Violêro"*, do cantor e compositor nordestino Elomar Figueira Mello, arquiteto de formação que se tornou conhecido no universo musical como uma espécie de menestrel que, dentre outras características, incorpora traços do que popularmente se convencionou considerar como o estilo bardo medieval, flertando com a estética do cordel. A dicotomia tradição / modernidade é elemento constante em sua produção. Em "O Violêro" essa presença

é perceptível: *"Vô cantá no canturi primero / as coisa lá da minha mudernage / qui mi fizero errante e violêro / Eu falo séro e num é vadiage"*. A canção figura com destaque na eclética trilha sonora do filme, juntamente com peças de Beethoven, modas de viola de Tião Carreiro, músicas religiosas, marchinhas e sons incidentais dos mais variados, que vão desde berrantes até cacarejar de galinhas. O maior mérito da trilha sonora é a utilização, na forma de resgate, de partes da obra "Concerto dos Sapos" de autoria de Antônio da Costa Nascimento, o Tonico do Padre (1837 – 1903), compositor barroco de Pirenópolis (GO). Aproveitaram uma gravação de 1970, realizada ao vivo na Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis, pela banda Phoênix e Orquestra do Coro da igreja, sob a regência dos maestros José J. Nascimento e Braz W. P. Pina Filho.

O documentário representou Goiás no projeto DOCTV, da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, com apóio da Fundação Padre Anchieta e TV Cultura. Teve pré-lançamento no 3º Festival de Cinema Universitário Latino Americano Perro Loco, realizado em agosto no Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG). Segundo seu texto oficial de divulgação, o DOCTV "tem como objetivos gerais a regionalização da produção de documentários, a articulação de um circuito nacional de tele-difusão e a viabilização de mercados para o documentário brasileiro". Dezenas de vídeos foram viabilizados por esse programa. A qualidade é desigual. Vai de registros fundamentais como o ótimo Mandinga em Manhattan, do baiano Lázaro Faria, enfocando as origens da capoeira e sua difusão pelo mundo, até sonolentos exercícios de pretensão vazia como Acidente, cometido pela dupla mineira Cao Guimarães e Pablo Lobato.

Mudernage se aproxima mais da primeira categoria. Chama atenção sua qualidade técnica. Borela recrutou alguns dos melhores profissionais do audiovisual goiano. A fotografia de Pedro Guimarães e Emerson Maia é inteligente e criativa, privilegiando ângulos inusitados e uma paleta de cores que dialoga diretamente com o tema. A boa captação de som direto, feita por Chico Macedo, poupou Mudernage de um dos maiores males do cinema brasileiro. A edição movimentada de Erico Rassi e Jader Augustus, com farta utilização de efeitos gráficos, mantém o interesse. Os mais cínicos, ou nem tanto, diriam: "nem parece filme goiano, uai". Mas é, começando pelo

sotaque. Borela esclarece suas escolhas estéticas explicando que

> Eu precisava transformar a história da arte moderna em Goiás vista sob a ótica contemporânea, em valor visual e sonoro. Tarkovsky foi determinante sim. Eu acabara de ler Esculpir o Tempo, o livro de memórias dele, além do que Andrei Rublev foi desde sempre uma enorme inspiração. E numa coisa me identificava com Tarkovsky, ele era atraído por polêmicas, assim processava seu pensamento, segundo ele, tal como uma característica de funcionamento da personalidade dele mesmo. (Borela, 2011)

A polêmica não está fora de *Mudernage*. Em certo sentido, é seu combustível. Sua estrutura narrativa, talvez pela formação acadêmica da diretora, possui certa proximidade com a lógica da análise histórica da linha culturalista. Evita linearidade e didatismo exagerado. É reflexivo e, eventualmente, provocador; sem perder de vista o binômio ação de personalidades e narrativa de eventos, importantes para manter o interesse do espectador comum.

Borela narra para defender uma tese. Segundo o historiador italiano Giulio Carlo Argan, "A história da arte, portanto, é uma história especial uma vez que se ocupa de uma determinada série de fatos, mas não é história diferente das outras. A peculiaridade de seus métodos não pode ir além da escolha de seus materiais" (2005, p. 14). Uma de suas estratégias narrativas foi a farta utilização de cartazes, como se fossem notas de rodapé em um trabalho acadêmico. Separam blocos, pontuam, comentam, esclarecem, dependendo do momento. Paralelamente, há uma reutilização crítica de trechos dos documentários apologéticos *Pedro Fundamental e D. J. Oliveira – Nove Minutos de Eternidade*, dirigidos por P. X. Silveira.

A recém-criada Goiânia que figura em *Mudernage* é uma cidade fundada para encarnar o ideário moderno, conforme politicamente concebido por Vargas e executado, em Goiás, pelo interventor Pedro Ludovico que "caminhava rumo à concretização do já discutido tema de consolidação no poder político, cuja estratégia estava na edificação de uma nova capital" (Chaul, 1999, p. 156). O primeiro nome sondado para realizar essa visão foi o francês Alfred Agache, considerado um sucessor de Haussmann, mas,

com sua desistência, foi convocado Atílio Correia Lima, arquiteto e urbanista formado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, com mestrado pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, onde teve contato com Le Corbusier, participando do IV CIAM (Congrés Internationaux d'Architeture Moderne), do qual saiu a célebre Carta de Atenas, talvez o principal manifesto do Urbanismo Funcionalista moderno. "A inspiração, segundo Atílio, vinha de Versalhes, Karlsruhe e Washington, ou seja, uma fonte explicitamente barroca" (Mello, 2006, p. 39).

A despeito de, grosso modo, ser um subproduto do fascismo varguista e seu Estado Novo, Goiânia surgiu como uma cidade das artes. Mesmo seu nome faz reverência ao poema épico *Goyania*, publicado em 1896, por Manuel Lopes de Carvalho Ramos[3] , artista de origem baiana. Considerando que teve sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933, foi a partir do chamado Batismo Cultural, 05 de julho de 1942, que Goiânia realmente entrou no mapa, ligando-se a uma antiga tradição utópica. O imaginário da cidade nascida da união de esforços de um homem de gênio sob o mecenato de um estadista esclarecido.

> A concepção da arte como expressão da personalidade tinha a sua primeira raiz na concepção da arte da Renascença – justamente o período em que se afirma, pelo menos em hipótese, que pode existir uma cidade ideal, concebida como uma única obra de arte, por um único artista. Todavia, sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos (Argan, 2005, p. 73)

Portanto, Goiânia, concebida como uma obra de arte, naturalmente tornou-se cenário de uma revolução artística no estado. Em primeiro lugar, a nova capital representou um marco no processo de urbanização de Goiás, fomentando a dicotomia cidade versus campo, onde "o campo representava simplicidade, a cidade complexidade. As regiões rurais eram caracterizadas por regras, papéis e relações imutáveis, enquanto a cidade se distinguia pela inovação, mudança e desorganização" (Palen, 1975, p. 140).

3_ Manuel Lopes de Carvalho Ramos é pai de Hugo de Carvalho Ramos, autor do livro de contos Tropas e Boiadas, uma das principais obras do regionalismo brasileiro.

A primeira parte do filme foi usada para estabelecer o contexto histórico da mudernage goiana. Por meio de depoimentos de artistas como Siron Franco, Roos e Carlos Sena, dentre outros, o espectador é informado sobre a condição de Goiânia de representante de uma modernidade tardia. Também na arte. Após o rupestre indígena e o barroco do século XIX, dominado por Veiga Valle, houve uma lacuna, não havia artistas. Sendo a arte um produto do contexto urbano, a arte moderna só surgiu em Goiás a partir da década de 1930, com a fundação de Goiânia, em sua tentativa de exumar a arquitetura *art déco*, mas, sobretudo, com a chegada de um grupo de artistas que se tornariam professores-precursores: o italiano Frei Confaloni, o alemão Gustav Ritter, o paulista D. J. Oliveira, o mineiro Cléber Gouvêa e, finalmente, Luiz Curado, goiano de Pirenópolis. Entre influências do Bauhaus, do expressionismo, do *Novecento italiano,* do paisagismo mineiro etc., foi fundada a Escola Goiana de Belas Artes em 1952, com ideário modernista.

Das origens semiamadoras, passando pela profissionalização da cena artística entre as décadas de 1970/1980, e a percepção da ausência de críticos que pudessem pensar o contexto de forma mais ampla, Borela conduz o espectador para a segunda e mais interessante parte do filme, onde ocorre uma espécie de julgamento histórico e estético dos artistas da mudernage. Salvo raras exceções, a herança é recusada. Tanto na segunda geração dos modernos, quanto entre os artistas contemporâneos. Existe um diplomático discurso predominante de respeito ao pioneirismo, porém rejeitam a influência.

Siron Franco, por exemplo, afirma que logo se afastou de seus "mestres" porque acreditava que a arte deveria passar por uma ideia, e não ser, fundamentalmente, representação da realidade. Roos não aprovava o tipo "meio francês" encarnado por D. J. Oliveira para impressionar os nativos. De fato era uma figura um tanto artificial e artificiosa de cartão postal: o artista de cabelos brancos, usando cavanhaque e boina, levemente sujo de tinta; postado diante de um cavalete, empunhando um pincel, numa praça pública.

Definir o que seria o modernismo nas artes é sempre polêmico.

> Quando as pessoas falam sobre "arte moderna", pensam usualmente num tipo de arte que rompeu por completo com as tradições do passado e tenta fazer as coisas que nenhum artista sonharia sequer realizar em épocas anteriores. Alguns gostam da idéia de progresso e acreditam que também a arte deve acompanhar a marcha do tempo. Outros preverem o chavão "os bons tempos antigos" e acham que a arte moderna está toda errada (Gombrich, 1983, p.442)

Nesse sentido, não surpreende que dentre os artistas contemporâneos o discurso é ainda mais ácido. Os premiados Marcelo Solá e Pitágoras confessam que, durante seus anos de formação, mal ouviram falar dos nomes dos pioneiros. Conheciam Siron Franco, que, construindo para si uma imagem pop, estava sempre na mídia. Seja na vanguarda de uma passeata ou ilustrando uma capa da Veja[4], a revista de maior circulação do país.

Gilmar Camilo, em tom de revolta, vai mais fundo e denúncia um estado de tensão entre os grupos. Fala do constante "dinamitar" ao novo em Goiás. Divino Sobral, talvez o entrevistado mais engajado no projeto de estabelecer uma História da Arte em Goiás, considera que a influência dos professores-precursores deu-se, basicamente, em termos pessoais, não tanto na obra realizada pelos artistas posteriores.

Pitágoras, numa entrevista hilária, culpa a influência católica pelo tom resignado e pelo desgaste da linguagem dos artistas modernos goianos que, por "canalhice", optaram por produzir para uma pseudoelite rural. O preço, segundo ele, será o esquecimento. Juliano Moraes, dono das opiniões mais contundentes, coloca-se explicitamente como um artista que se formou numa relação de conflito com os modernos goianos. Uma modernidade não apenas tardia, mas conservadora, "preocupada com questões que se colocaram no começo do século (XX) na Europa". Portanto, para ele, uma geração que nasceu superada.

4_ No final de 1993 a revista Veja encomendou a Siron Franco uma capa sobre a Campanha Contra a Fome, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. A imagem tornou-se célebre. O artista plástico goiano usou diferentes tipos de grãos para produzir uma imagem do rosto do ativista.

Para registro fílmico, Borela instiga alguns de seus entrevistados da ala contemporânea, pedindo que comentem por meio de um ato artístico, seja pictográfico ou performático, a mudernage. Argan salienta que "a arte forma um só corpo com a sua historicidade, afirma-se a existência de uma solidariedade de princípio entre a ação artística e a ação histórica" (2005, p. 23). A aceitação ou não da proposta da diretora indicaria a perspectiva que cada artista possui da herança moderna. As reações foram as mais diversas.

Marcelo Solá, visivelmente constrangido, temendo estar sendo deselegante, recusa-se sem muitas palavras. Juliano Moraes também se nega, afirmando que fazer algo do gênero seria farsesco, ridículo. Seria como um índio fazendo um ritual de passagem só para o antropólogo ver. Nesse sentido, sintomaticamente, alguns desses "índios" acabaram sendo os integrantes do Grupo Empreza, apontado por Paulo Veiga, um de seus integrantes, como o mais inquietante e vanguardista produtor de arte contemporânea do estado. Realizaram, especialmente "para a mídia do filme", a série de vídeo performances "Paisagens Destiladas", que consistiam simplesmente em se reunirem e tomar cachaça em frente a um monumento. Substituíram o espaço público pelo apartamento da família Borela e o monumento pela coleção de telas modernistas da coleção particular da mãe da diretora. Talvez inconscientemente incomodado pela problemática levantada por Juliano Moraes, um dos membros do Grupo Empreza hesita e se pergunta: "Fico imaginando isso tipo encaixado dentro do documentário, assim, né...".

Essa produção de uma ponte entre passado e presente também é crucial nas sequências onde se mostra a feitura de um mural pintado por Fabíola Morais na parede remanescente da Escola Goiana de Belas Artes, no qual a artista une os traços de cinco artistas pioneiros da mudernage, sampleando-os quase que aleatoriamente. Cria-se arte contemporânea a partir dos elementos gráficos modernos, estabelecendo, talvez, uma perspectiva de continuidade, mas não necessariamente de evolução. Uma análise atenta revela que esse olhar pretérito é dominante na Goiânia pós-acidente radiológico.

> O acidente com o césio 137 contribuiu para que Goiânia repudiasse suas características progressistas e se voltasse para uma postura pós-moderna (no sentido de crítica à ideologia

> do progresso). Desse modo, foram rejeitadas, pelo menos no discurso, suas características de metrópole, tais como crescimento populacional, desenvolvimento industrial, verticalização, poluição ambiental. (Oliveira, 2002, p. 47)

Realmente, em diversos momentos do filme lamenta-se o fato de Goiânia ter deixado de ser uma bela cidade *art déco* para se transformar num colosso urbano com altos índices populacionais, violenta e poluída. Não é por acaso que quando o artista Mateus Dutra desenha uma representação gráfica da mudernage, optou por produzir um conjunto de figuras humanoides indisfarçavelmente disformes, uma fila de criaturas de Frankenstein, aparentemente inspiradas nas xilogravuras dos folhetos de cordel. Monstros de nossa própria criação. "Ao longo da história do Ocidente, imagens dominantes do corpo estilhaçaram-se no processo de sua transferência para a cidade" (Sennett, 1997, p. 23). A mensagem parecer ser que, em longo prazo, a modernidade desumaniza. A arte pode representar uma saída, ou outra prisão.

> Esse mundo metropolitano é, portanto, um mundo onde a carne e o sangue são menos reais que o papel, a tinta e o celuloide. É um mundo em que as grandes massas humanas, incapazes de ter contato direto com meios de vida mais satisfatórios, passam a viver por procuração, ora como leitores, ora como espectadores, ora como observadores passivos. (Mumford, 2008, p. 653)

Marcela Borela chamou sua obra de "filme processo". Seu estilo de produção de documentário, aparentemente, é devedor da escola de Eduardo Coutinho, célebre diretor de *Cabra Marcado Para Morrer e Edifício Master*. Assim como Coutinho, Borela coloca-se em quadro. Não esconde que está fazendo um filme, não esconde sua câmera, sua equipe, nem mesmo sua claquete. Ao mesmo tempo, como o polêmico documentarista norte-americano Michael Moore, diretor de *Tiros em Columbine e Fahrenheit 11 de Setembro,* a diretora espetaculariza sua presença em cena. Distante do estilo interrogatório seco de Coutinho, Borela transforma a si mesma em personagem.

Quase uma figura de ficção em meio ao cinema "verdade". Filmou a si mesma interagindo com a instalação *"Coral de Árvore"*, feita a base de lã colorida e livros, de Divino Sobral. A cor da lã e do vestido combina. Em seguida, sentada no chão, escreve: "Goiânia: enriquecida pelo arroz e pelo boi". *Mise en scène* calculada. Sua voz é onipresente, interagindo com os entrevistados ou comentando aspectos técnicos da produção. Durante a entrevista com Pitágoras, se pergunta: "não sei se tem mais coisas para conversar?".

Com razão, Pitágoras respondeu que "têm". Porém, talvez por tempo hábil de produção e pela própria duração do filme, assuntos e figuras importantes para o debate ficaram de fora ou foram minimizados. Caso de Ana Maria Pacheco, artista goiana de expressão internacional. Ou mesmo, considerando a presença em tons de homenagem de Antônio Poteiro, a *hybris* do primitivista Omar Souto, representando em si mesma o conflito entre a tradição machista-patriarcal goiana e a modernidade. Mas são sempre opções feitas pelo realizador. *Mudernage* deve ser lembrado e analisado como o registro inédito que é.

O tema da modernidade desmanchado no ar tudo que é sólido, em Goiás, no Brasil e no mundo, é múltiplo, assim como a experiência moderna em si, e ainda deve ser vastamente explorado. Às vezes por meio da reflexão acerca de nossas tragédias caseiras. Se a modernidade começou fazendo de Goiânia uma fazenda asfaltada terminou por transformá-la numa cidade que brilha no escuro.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 325 – 251.

BORELA, Marcela Aguiar. **Experiência moderna nas artes plásticas em Goiás:** fronteira, identidade, história (1942 – 1962). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. 2010.

BORELA, Marcela. A dama do Cine Cultura. Entrevista concedida a Ademir Luiz para o suplemento cultural do Jornal Opção. Goiânia, p.4 - 6, 2011.

CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

MELLO, Márcia Metran de. **Goiânia:** cidade de pedras e de palavras. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUDERNAGE. Direção, roteiro e pesquisa: Marcela Borela (Brasil). 2009. Documentário. Falado em língua portuguesa. 52 minutos. Vídeo. Som. Cor.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História Cultural de Goiânia.** Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002. Coleção História de Goiás – vol. 3.

PALEN, J. John. **O mundo urbano.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra:** o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

DAS NASCENTES E ÁGUAS DO OESTE: TUTELA JURÍDICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROTEÇÃO À NATUREZA NOS DOMÍNIO DO CERRADO

Wander Lúcio Braga e Sousa [1]
Sandro Dutra e Silva [2]

Nos primórdios da ocupação geográfica portuguesa no Brasil os colonizadores concentraram-se nas áreas litorâneas, sendo desmotivadas as entradas e penetrações das regiões interioranas durante grande parte do século XVI. Essa política de ocupação litorânea, aliada ao desconhecimento das paisagens do sertão (Oeste) brasileiro deu origem a narrativas imaginárias sobre as regiões centrais do Brasil nesse período. Um exemplo disso foram os relatos imaginários que indicavam a existência de um lago de gigantescas proporções no interior do Brasil (RIBEIRO, 2002). Os relatos fabulosos desse grande lago relacionavam-no às nascentes das principais bacias hidrográficas do país, e a despeito do dado inverossímil, fruto de imaginação fantástica da época, podemos considerar que os domínios do Cerrado abrigam as principais nascentes que abastecem as principais bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul. Segundo Ribeiro (2002), pela sua disposição em áreas de altitude que variam de 300 a 600 metros, essa região de planalto distribui, de forma significativa, águas que dão origem às bacias dos rios Amazonas, São Francisco, Prata, Doce, Jequitinhonha, Parnaíba, dentre outras. Ribeiro (2002) afirma ainda que além da importância desse bioma na dispersão hidrográfica no continente, o Cerrado tem relevância por estabe-

1_ Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA)
2_ Doutor em História Social (UnB). Professor Titular da Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGELICA.

lecer contato e transição com quase todos os seus principais biomas brasileiros e ao mesmo tempo por constituir um ponto de equilíbrio com esses biomas (Floresta Amazônica, Caatinga, Mata Atlântica, Mata de Araucária e Pantanal).

A Constituição brasileira de 1988 procurou incorporar o debate ambiental, na medida em que o combate a qualquer processo de degradação do ambiente tornou-se dever de todos os cidadãos e não apenas do Estado, sendo que os meios judiciais de proteção ambiental tornaram-se legítimos instrumentos para esse fim. Isto é possível de ser identificado a partir da leitura do artigo 225 do texto legal, o qual prevê que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2009, p. 79). O primeiro parágrafo desse artigo institui que incumbe ao Poder Público assegurar a efetividade desse direito uma série de deveres, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Já o parágrafo terceiro prevê que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou

jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Este é um instrumento importante do controle ambiental, social e jurídico, pois aqueles que plantam e aqueles que constituem complexos usineiros são responsabilizados objetivamente por qualquer dano que venha a ser causado ao meio ambiente.

Como pode ser observado, o meio ambiente possui na Constituição uma seção própria, o que é importante no ordenamento jurídico, pois ela é o texto fundamental e maior que se sobrepõe a todas as demais leis. Apesar de tratar do meio ambiente de forma geral, deve ser asseverado que esta não deu o mesmo tratamento ao bioma Cerrado como aos demais ecossistemas nacionais:

> § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 2009, p.80).

A partir da leitura do parágrafo 4º, nota-se que não se menciona em seu rol taxativo o bioma Cerrado, relegando-o como um bioma de 2ª classe perante a legislação nacional. A inclusão do Cerrado na Constituição ocorreu por meio de Emenda Constitucional, o que tem mobilizado boa parte da população brasileira e cujo projeto já está em tramitação no Congresso Nacional (GUIMARÃES, 2006, p. 129). Esse trabalho insere nesse debate, na tentativa de apresentar, de forma sucinta, a tutela jurídica nos recursos hídricos e a relevância dessa política na proteção da natureza nos domínios do Cerrado.

História e Direito Ambiental: a proteção dos recursos naturais no Brasil

De acordo com Pádua (2004) a preocupação intelectual com os problemas ambientais esteve presente, ao menos no mundo de expressão europeia, desde o final do século XVIII, ocupando um lugar relevante no pro-

cesso de construção do pensamento moderno. O autor apresenta a herança conservacionista vinculada ao iluminismo fisiocrata originado na Universidade de Coimbra com Vandelli e que influenciou os articulistas do período imperial (1822-1889) a buscar uma racionalização do processo agrícola. A falta de racionalização do uso do solo, com as queimadas e agricultura sazonal era uma marca do atraso e que deveriam ser combatidos. Para Pádua (2010) essas foram as origens das políticas conservacionistas no Brasil e das análises sobre os danos ambientais causados pela ação humana, sobre a consequência do desflorestamento, da exploração pesqueira, do esgotamento dos solos, do secamento dos cursos d água, dentre outras. Dentro desse contexto, ocorreu a formulação de uma Teoria chamada de "Teoria do dessecamento" relacionada a destruição da vegetação nativa com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água (Pádua, 2004)

Nessa mesma perspectiva Franco & Drummond (2009) procuram as origens do movimento conservacionista no Brasil e sua efetiva regulamentação no século XX, orientado por uma ideologia de modernização da sociedade e das instituições dos Estados. Essa modernização era orientada pela forte presença do Estado e pelos ideais nacionalistas, que influenciavam a produção intelectual das décadas de 1920-1940. Apesar das heranças conservacionistas das primeiras décadas do século XX, foi no período Vargas (1930-1945) que as políticas publicas foram elaboradas para atender as demandas sobre proteção a natureza com um grupo razoavelmente organizado, formado por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, sobretudo quando relacionados a conservação do patrimônio natural brasileiro (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

O movimento de proteção à natureza é um fenômeno recente no Brasil e no mundo. Porém, na prática a relação entre homem/natureza no Brasil caracteriza-se por uma relação de enfrentamento e devastação (DEAN, 1996; SILVA, 2009). Atualmente, os recursos naturais já são considerados como limitados, finitos devido ao seu uso irracional e sem o devido planejamento que poderá levar à exaustão e implicar na redução da disponibilidade de determinados recursos, principalmente, o recurso mais importante para a humanidade a água potável.

De acordo como Antonius (1999) os recursos naturais designam a

classe de bens não produzidos pelos seres humanos. Os mesmos podem ser classificados em sustentáveis, quando as taxas de reposição ou recomposição são iguais ou maiores que as taxas de uso, e somente o uso excessivo pode levá-lo à exaustão. Os recursos naturais não sustentáveis são definidos quando as taxas de retirada e uso excedem muito as de reposição, sendo seus melhores exemplos os depósitos minerais típicos que têm sido utilizados como petróleo, carvão, cobre, chumbo, ouro, prata e alumínio.

Recursos como água, ar e solo, são considerados, conforme mencionado acima, recursos naturais sustentáveis, que só se extinguiriam mediante uso excessivo que pudesse causar exaustão. Assim, a adoção de medidas sustentáveis, visando equilibrar as taxas de uso e reposição, poderia evitar sua escassez.

A partir do final do século XX e início do século XXI, diante da escassez dos recursos naturais surge a preocupação de um novo paradigma de crescimento econômico denominado de desenvolvimento sustentável. Sachs (2009) procura diferenciar "desenvolvimento econômico" de "crescimento econômico". Segundo o autor, ao passo que o crescimento econômico restringe-se ao acúmulo de riqueza, o termo desenvolvimento tem objetivos que vão muito além da mera multiplicação de riqueza material, implicando a expiação e reparação de desigualdades, trazendo a promessa de uma modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural. Nesse sentido apresenta "cinco pilares do desenvolvimento sustentável" (SACHS, 2009), a saber: Social (redução de desigualdades); Ambiental (preservação dos recursos naturais e adequada disposição de resíduos); Territorial (distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades); Econômico (viabilidade econômica como condição para que as coisas aconteçam); e Político (governança democrática). Pensar em desenvolvimento sustentável não é só pensar em satisfazer às necessidades da geração presente, mas é primordial pensar nas gerações futuras para que elas possam também satisfaz às suas próprias necessidades.

A tutela jurídico-ambiental dos recursos hídricos e a sustentabilidade

A preocupação mundial pela escassez dos recursos hídricos gerou uma necessidade emergencial de se tomar sérias providências de proteção da água doce do Planeta Terra. Ao tratarmos sobre Tutela Jurídico-Ambiental, é necessário um estudo multidisciplinar com a participação primordial do direito que surge como um fenômeno múltiplo e plural para garantir por meio de normas, a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e atuar no controle de conflitos das relações entre o homem e a natureza.

Conforme Souto e Falcão (2002), o Direito é um mecanismo institucional para ajustar as relações humanas à finalidade de assegurar algumas metas sociais concretas. Com a função de preservar a paz e a ordem na sociedade, o Direito vem naturalmente responder às mudanças sociais, em processos legais que refletem os problemas sociais, os interesses diversos e em conflito, muitas vezes decorrentes de mudanças na sociedade. No entendimento de Belchior (2011), a tutela jurídica ao meio ambiente é de suma importância, haja vista que sua degradação pode ameaçar não só o bem estar, mas a própria sobrevivência humana.

Diversos fatores contribuem para a redução da disponibilidade de água potável no Planeta, entre os quais destacam: o aumento da demanda em função do crescimento populacional e desenvolvimento industrial, poluição, desperdício, falta de políticas voltadas para o uso sustentável dos recursos hídricos. É relevante destacar que o problema da escassez de água doce não está somente relacionado com a questão do crescimento populacional, mas continua sendo, decorrente da utilização irracional e pela falta de um gerenciamento mais eficaz dos recursos hídricos.

A Organização das Nações Unidas publicou uma declaração que foi uma alerta para a sociedade mundial pela escassez da água potável que o mundo todo está vivenciando. No seu artigo 1º declarava os recursos hídricos como parte do patrimônio natural do Planeta. Já no artigo 2º declarava que os recursos hídricos figuravam como condição essencial da vida planetária e que o direito à água era um direito fundamental de todo ser humano (MAB, 2010)

A crise da água no século XXI é objeto de controversas, já que para alguns especialistas, constitui muito mais de gerenciamento do que uma crise real de escassez e estresse enquanto, para outros, é resultado de um conjunto de problemas ambientais agravados com outros problemas relacionados à economia e ao desenvolvimento social (TUNDISI, 2008).

Retornando ao assunto da Tutela Jurídico-Ambiental no Brasil, conforme menciona Belchior (2011), a proteção jurídica do meio ambiente brasileiro se iniciou na legislação infraconstitucional. E ainda, a autora expressa que nenhuma constituição que precedeu a de 1988 no Brasil preocupou-se com a tutela ambiental de forma específica e globalizante. A constituição de 1988 do Brasil foi o mais importante instrumento legal que surgiu para consolidar a proteção do meio ambiente, desde o Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934 denominado de Código das Águas, sendo que a preocupação da época era com a quantidade e não com a qualidade das águas porque o objetivo principal era para atender a produção de energia das hidrelétricas e não o abastecimento público.

Dentre alguns outros instrumentos legais de proteção aos Recursos Hídricos no Brasil, além da Constituição Federal do Brasil de 1988 temos:

- O Decreto n. 24.643 de 1934, intitulado de Código de Águas;
- Lei 9.433 de 1997, que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos e criou o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil;
- Lei 9.605 de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Lei 9.795 de 1999, que Dispõe sobre Educação Ambiental;
- O Plano Nacional dos Recursos Hídricos publicado no ano de 2006.

A Lei 9.433 de 1997 (BRASIL, 1997), que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos é um importante instrumento legal, e que estabeleceu os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

> Art. 5º: I - Os planos de recursos hídricos
> II - A outorga do direito de uso dos recursos hídricos
> III - O enquadramento dos corpos de água
> IV - A cobrança pelo uso de recursos hídricos;
> V – A compensação a municípios;
> VI – O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (BRASIL, 1997, p.2).

Milaré (2001) considera que a gestão racional e moderna dos recursos hídricos é indissociável das práticas do desenvolvimento sustentável. O Autor destaca que dentre os objetivos gerais da Lei 9433/97 pode-se perceber outras intencionalidades de tutela como: assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água com qualidade adequada para seu uso; o uso racional e integrado dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável; e a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos.

Portanto, a legislação ambiental definiu a água com um bem comum da humanidade e, para alcançar a sustentabilidade dos Recursos Hídricos no Brasil e no mundo é necessário políticas públicas claras e abrangentes, com objetivo de estabelecer critérios para a utilização racional dos recursos hídricos e assim, evitar que o progresso econômico coloque em risco à sua disponibilidade e prejudique a qualidade de vida da geração presente e futura.

Considerações Finais

Procuramos, nessa breve reflexão, evidenciar a relação entre a história ambiental da conservação e tutela jurídica dos recursos hídricos e as intencionalidades dos instrumentos reguladores de proteção à natureza no Brasil. Nesse sentido, as fontes relacionadas a apropriação dos recursos naturais no

Brasil evidenciaram, historicamente, uma relação de devastação e enfrentamento desses recursos. Ao mesmo tempo, a partir do século XVIII, encontramos origens do conservacionismo e da tentativa de racionalização no uso dos recursos naturais que encontrar, a partir do século XX, amparo teórico nos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, a Constituição Federal de 1988, que buscou garantir a proteção da natureza, privilegiou determinados biomas e abandonou os domínios do Cerrado de garantias e tutelas mais rigorosas. Isso evidencia o desprezo ao bioma e falta de conhecimento da sua importância na manutenção da estabilidade hídrica do continente. Assim como os colonizadores, que acreditavam ser a região central do país a origem de nascentes das grandes bacias hidrográficas, e usando para isso narrativas fabulosas, consideramos fundamental a proteção dos domínios do cerrado e de uma tutela jurídica que garanta a preservação dos mananciais desse bioma. Sua relevância vai além das paisagens, às vezes caracterizadas por campos limpos e portanto, desconsiderada do ponto de vista florestal. A complexidade dos domínios do Cerrado e da compreensão desse bioma é fundamental para a garantia do desenvolvimento sustentável do continente e dos direitos humanos aos recursos hídricos.

Referências Bibliográficas

ANTONIUS, Pearl Arthur Jules. A Exploração de Recursos Naturais face à Sustentabilidade e Gestão Ambiental: Uma Reflexão Teórico-Conceitual. **Paper do NAEA 123,** agosto 1999.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. **Hermenêutica Jurídica Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Vade Mecum RT. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica

brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Lorena Dall'ara; SILVA, Maria Aparecida Daniel; e ANACLETO, Teresa Cristina (organizadoras). **Natureza Viva:** Cerrado. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens: **Legislação sobre a água** . Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/menu/mananciais.html. Acesso em 20 de out de 2010.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente:** Doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados.** v. 24, n. 68, 2010.

_____. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Eldorado do Brasil Central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: ALIMONDA, Héctor. Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía.. CLACSO. 2002.SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009

SILVA, Sandro Dutra e. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do "destino bandeirante" na expansão desenvolvimentista. **Texto de História,** vol. 17, nº 1, 2009, pp. 85-106. Brasília: UnB, 2009.

SOUTO, Claudio; FALCÃO, Joaquim (orgs.). **Sociologia e Direito:** textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos Avançados.** v. 22, n. 63, 2008.

CIDADES NOVAS À SERVIÇO DO PODER: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ABAUDIA (ITALIA) E GOIÂNIA (BRASIL)

VALVA, Milena d´ Ayala[1], COELHO, Gustavo Neiva [2]

A arquitetura monumental e a política do autoritarismo

As primeiras décadas do século XX, principalmente após a Primeira Grande Guerra, trazem para a cena política mundial a implantação de vários governos autoritários, tanto de direita quanto de esquerda, e não somente na Europa, mas também na América e na Ásia. É o período em que, associando elementos da arquitetura em desenvolvimento com as propostas apresentadas na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais, de 1925, surge uma tipologia arquitetônica – conhecida posteriormente como Art Déco – que de certa forma passa a interessar, como modelo representativo, a esses novos regimes políticos, principalmente em decorrência de suas possibilidades de representatividade monumental, e de seu vínculo com um conceito de modernidade desconhecido até então.

A efervescência política por que passa o mundo nesse período cobra dos profissionais ligados ao projeto e à construção civil certo engajamento, o que leva a arquitetura, em determinados momentos ou mesmo em função de determinadas características, a ser associada a movimentos, regimes ou mesmo ideologias de forte impacto social.

A arquitetura vista como o ideal de representação pelos governantes vinculados a regimes autoritários e as palavras de ordem baseadas no

1_ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP/São Paulo. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UNUCET/UEG), Campus de Anápolis.
2_ Mestre em História pela UFG. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-GO

progresso e na modernização complementam esse relacionamento, levando esses governos a investir intensamente na produção de edifícios que marquem, ou mesmo que representem seu pensamento político.

Sem a mesma contextualização política encontrada na Europa e em alguns países – principalmente os sul-americanos, como o Brasil e a Argentina –, o *art déco* vai encontrar nos Estados Unidos um campo bastante fértil, principalmente no período imediatamente posterior à depressão, com a política do New Deal, do presidente Franklin Delano Roosevelt. Nesse momento, a arquitetura norte-americana assume os elementos estéticos já em desenvolvimento na Europa, incorporando-os aos seus valores básicos, nos quais fica clara a relação com a produção industrial e com o avanço tecnológico. O desenho industrial dita as normas a partir de objetos de uso doméstico; os símbolos onipresentes característicos da época passam a ser a forma aerodinâmica encontrada no desenho dos aeroplanos, dos automóveis, das locomotivas e dos transatlânticos. Objetos para os mais variados usos, como isqueiros, misturadores de *cocktail*, aspiradores de pó e até mesmo lápis, são desenhados com formas aerodinâmicas, o que, de certa maneira, vem satisfazer o entusiasmo geral pela velocidade e pelo progresso tecnológico (Gossel e Leuthauser, 1996).

Entretanto, é na arquitetura oficial, representativa dos governos de caráter autoritário e ditatorial que essas características vão encontrar meios para um melhor desenvolvimento. Países como México, Cuba, Argentina, Chile, Uruguai e Brasil assimilam o modelo, acrescentando cada um deles um fator de nacionalidade, provocando o entusiasmo popular e a divulgação de seus cânones com maior intensidade. Assim, a partir dos edifícios de interesse público que marcam em definitivo a presença dos governos autoritários nesses países, também a arquitetura residencial e, sobretudo a comercial vão se utilizar fartamente dos estilemas próprios do Art Déco.

Dentro desse conceito é que podemos ver o Brasil, durante o governo Vargas e a Itália, com Mussolini no comando político, dois dos melhores exemplos onde a arquitetura Art Déco encontrou campo fértil ao seu desenvolvimento.

Arquitetura Art Déco e a construção de Goiânia

A proposta de transferência da capital goiana da cidade de Goiás para Goiânia, nas primeiras décadas do século XX, aconteceu dentro de um amplo projeto de mudanças defendido pelo governo de Getúlio Vargas que incluía desde questões mais gerais relacionadas com a modernização e o progresso até outras mais específicas como a Marcha para o Oeste, que pretendia incorporar ao Brasil conhecido do litoral amplas regiões abandonadas e até então pouco produtivas do oeste, noroeste e norte do país. Assim, a criação de uma nova capital para o estado de Goiás representaria, naquele momento, uma série de mudanças, a começar pelas de caráter político, com a substituição das antigas oligarquias por novos grupos até então pouco familiarizados com o poder; alteração nas bases econômicas, com o incentivo governamental para a implantação de indústrias e mudanças na produção agrícola e nos processos comerciais além a substituição da tradicional arquitetura colonial portuguesa por uma outra, representativa da modernidade, da internacionalização e do futuro.

Para a implantação desse novo teatro de encenação do poder recém instaurado foi então contratado, na capital federal, Atílio Correa Lima, profissional recém chegado da Europa e plenamente comprometido com as novas formas do planejamento moderno, tanto no que se refere ao urbano quanto ao projeto de edifícios. E, no que se relaciona à arquitetura, tanto as edificações projetadas por Atílio quanto aquelas desenvolvidas pelos profissionais que o sucederam no processo de implantação da nova cidade, passam a apresentar as características próprias do Art Déco, não por uma questão de modismo ou preferência pessoal de seus autores, mas por ser esse estilo arquitetônico o que mais se presta à identificação do poder autoritário do governo Vargas e de seus representantes locais, impostos por uma interventoria ditatorial.

Convém observar que a antiga capital , apesar de todos os problemas políticos citados, apresentava também o tradicional traçado representativo das cidades setecentistas de característica colonial, antítese da modernidade pretendida pela nova situação político-administrativa que comandava o país naquele momento. Uma nova capital seria então, de acordo com Chaul

(1988, p. 80):

> o símbolo que levaria o estado a sair do marasmo político-econômico, além de representar o "novo tempo" que se estruturava nos horizontes nacionais. Era parte do "novo Brasil"; do tempo novo, do Estado Novo. Uma nova capital seria, sobretudo, a imagem do progresso.

Progresso que estaria associado tanto à situação local – já que Goiás era considerado na época o segundo estado mais pobre do Brasil –, quanto aos interesses nacionais de progresso e desenvolvimento que o Estado Novo procurava imprimir às suas ações. A forma até mesmo ufanista como era a modernidade entendida durante o governo de Getúlio Vargas, pode ser vista no relatório apresentado pelo urbanista Armando de Godói, ao interventor em Goiás, antes mesmo de iniciados os contatos com Atílio Correa Lima para a execução do projeto. Diz, nesse relatório, Godói (Monteiro, 1979, p. 49) que,

> a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se pode educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem, e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progridem e não prosperam. É das cidades modernas que partem os vigorosos impulsos coletivos e é nelas que se faz a coordenação dos movimentos e das atividades de uma nação.

Alguns anos depois, o entusiasmo do Interventor com a construção da nova cidade era tal que, em memorial enviado ao presidente Getúlio Vargas, afirmava serem necessárias apenas duzentas casas construídas, para que a nova capital crescesse por si mesma.

A contratação de Atílio Corrêa Lima para a elaboração do plano para a nova cidade vem assim na esteira do conceito de modernização que orienta todo o ideal mudancista da capital goiana. Faz parte desse contrato a execução do plano piloto da nova cidade, assim como dos projetos de seus principais edifícios públicos. Convém lembrar que, apesar de o contrato ha-

ver sido feito com Atílio, o primeiro nome lembrado pelos mudancistas para a elaboração do plano para Goiânia tinha sido o do urbanista francês Alfredo Agache. Entretanto, como Agache não se encontrava mais no país, seu nome foi substituído pelo de dois outros profissionais também considerados à altura da incumbência, além de estarem ligados aos trabalhos do mestre francês: Atílio Correia Lima e, posteriormente, Armando Augusto de Godoy.

Atílio, como urbanista e discípulo de Agache, apoia-se nos princípios introduzidos no Brasil pelo mestre, fazendo com que a cidade, como um todo, seja pensada como arquitetura e tenha como elemento fundamental e definidor do espaço público o edifício (Manso, 2001). E aqui é bom observar que, apesar de ser reconhecido como um dos principais modernistas brasileiros – principalmente em decorrência de seu projeto para a Estação de Hidroaviões, no Rio de Janeiro –, os projetos por ele desenvolvidos para a capital goiana, como o Palácio do Governo, o Palácio da Justiça, a Secretaria Geral, o Grande Hotel, a Diretoria de Segurança, entre outros, se apresentam com forte caracterização *déco*, impregnada, inclusive, de uma forte sensação racionalista e monumental, que, com suas linhas retas e com fachadas limpas e sóbrias, se impõem, independente mesmo das grandes dimensões e da volumetria exagerada presente na arquitetura oficial de outros períodos. Essa mesma sensação pode ser observada nos projetos encontrados na região do Mato Grosso Goiano (hospitais, hotéis e aeroportos), elaborados pela Fundação Brasil Central, dentro do mesmo ideário da Marcha para o Oeste.

Com relação ao trabalho de Agache, convém observar que foi ele o primeiro urbanista a trazer para o Brasil, com o desenvolvimento de um plano para a cidade do Rio de Janeiro, a possibilidade e um debate sobre questões como a cidade industrial, o transporte de massas, a navegação aérea, o saneamento e abastecimento de água, a habitação operária e o uso do solo, questões em discussão na Europa já desde o ano anterior.

Assim, nos relatórios elaborados tanto por Correia Lima quanto por Godoy, é possível perceber claramente as influências do pensamento de Agache: as amplas avenidas arborizadas, a preocupação com o abastecimento de água – que aparece como justificativa já na proposta, feita por Correia

Lima, de deslocamento do sítio escolhido –, as áreas verdes e o controle do adensamento populacional, com a proposta de criação de cidades satélites.

No caso de Correia Lima, essas questões ficam bem mais explicitadas, principalmente quando, ao falar sobre o zoneamento, ele defende a setorização das atividades urbanas. Segundo esse urbanista, a setorização, além de facilitar a organização dos serviços de atendimento, serviria também para solucionar certos problemas de ordem técnica, econômica e sanitária, sem se esquecer dos de caráter estético.

E, ainda, observam-se no relatório de Godoy, preocupações no sentido de que, na elaboração do projeto, houvesse uma total integração de elementos, como o zoneamento, o traçado dos vários logradouros, o parcelamento dos terrenos em lotes, a rede de abastecimento de água e esgoto, o fornecimento de energia elétrica, arborização, calçamento, com vistas à busca de soluções econômicas. Essas preocupações associavam os elementos do pensamento moderno com questões de economia dos já parcos recursos disponíveis a serem utilizados nesse empreendimento.

Quanto ao traçado proposto, o próprio desenho já se apresenta com caráter monumental e simbólico. As áreas de residência, de comércio e de indústria estão claramente definidas e justificadas, assim como a implantação de dois grandes locais de encontro (cívico e político) para a população, ficando o primeiro definido pela Praça Cívica (a praça do poder) e o segundo, a Praça do Trabalhador, situada nas proximidades do setor de indústrias, do bairro popular (residencial) e da estação ferroviária (vista à época como um dos principais elementos relacionados ao trabalho, ao progresso e à modernidade), ligados por uma ampla avenida de 60 metros de largura, pontuada em toda a sua extensão por uma série de elementos que por si só já se identificam como de caráter simbólico e monumental. Na área central, a permeabilidade proporcionada pelos fundos de quadra, a sobriedade racionalista dos edifícios públicos e a utilização de elementos decorativos de caráter déco nos edifícios comerciais, marcam bem o caráter de modernidade pretendido pelo governo federal.

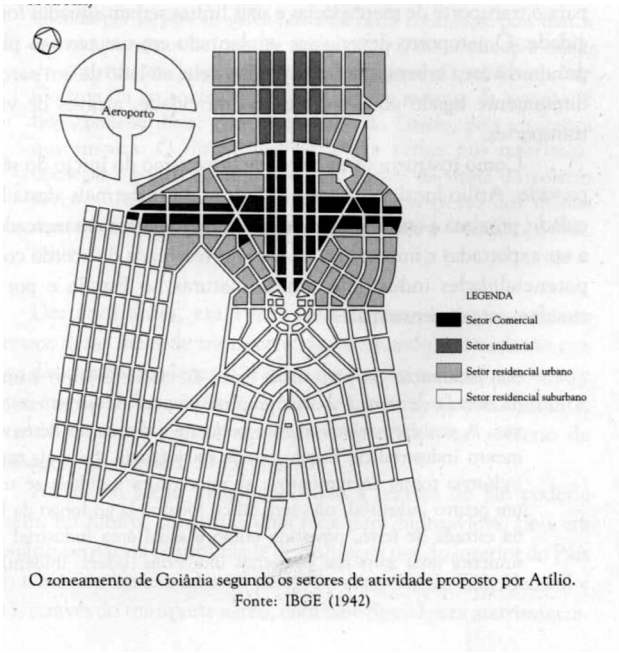


Figura 1 – Mapa de Goiânia, projeto de Atílio Corra Lima. DAHER, 2003, p.97.

Figura 2 – Perspectiva do plano de Atílio Corra Lima. IBGE.

Figura 3 – Praça Cívica, década de 1940. IBGE.

Racionalismo arquitetônico e a construção de Sabaudia

O regime fascista desenvolveu na Itália, no início dos ano 1930, uma política de fundação de novas cidades. Baseado em idéias sobre regionalismo, Mussolini implantou programas de ruralização e descentralização urbana, cujo objetivo era atuar através de políticas de reequilíbrio demográfico, trabalhando em uma escala territorial e utilizando as metodologias de planejamento regional. Essa política estava de acordo com várias iniciativas em outros países europeus e mesmo nos Estados Unidos, que impulsionavam a criação de agências específicas para enfrentar os problemas de desenvolvimento, e que buscaram, dentro das suas características e objetivos específicos, alternativas para que o planejamento regional fosse internalizado e colaborasse frente aos desafios do crescimento urbano.

Para alguns autores, a essência da política regional de âmbito rural do governo fascista italiano, baseada na construção de novos núcleos era na verdade, anti-urbana. Para Lucia Nuti, as novas fundações eram o contrário

de um programa de urbanização da população rural, já que o que se pretendia era a desurbanização, absorvendo a mão de obra excedente de centros em expansão, e transferindo-a para áreas controladas com mais possibilidades de trabalho. De acordo com Ofteland (2001), a intenção de Mussolini era controlar a superpopulação das cidades, mantendo as pessoas no campo através de propaganda e implantação de projetos e programas de reassentamento. O que ele pretendia com isso, segundo a autora, era ter um controle institucional sobre os trabalhadores, aliviando os medos da burguesia em relação à massa de desempregados.

Em 1928, Mussolini escreveu um artigo "Fugir das cidades. Cifras e deduções", em que descrevia as preocupações com o problema do déficit habitação, cuja solução deveria passar pelo impedimento da imigração para as cidades, conduzindo a conclusões nitidamente antiurbanísticas. A palavra de ordem, segundo ele deveria ser: facilitar com todos os meios e também, se necessário, com meios coercitivos, o êxodo dos centros urbanos, dificultar o abandono da zona rural e opor-se a onda de imigração nas cidades (Ciucci & Dal Co, 1990).

Uma das regiões que mais recebeu atenção nesse sentido foi a do Agro -Pontino, uma grande área rural localizada próxima a cidade de Roma. Foram fundadas ali as cidades de Littoria, Sabaudia, Guidonia, Pontilia, Aprilia e Pomezia. Um dos recursos utilizados foi o do sistema por concursos, e o que obteve mais destaque foi o da cidade de Sabaudia, que é considerado como o "modelo da cidade nova". O concurso nacional em 1933 para o desenvolvimento de um centro comunitário, ou centro agrícola - termos que substituem o de "cidade", em nítida sintonia com a idéia anti-urbana que Mussolini pregava - teve como vencedores um grupo intitulado de "gruppo dei quattro" e era composto por Luigi Piccinato juntamente com Gino Cancellotti, Eugenio Montuori e Alfredo Scalpelli.

O projeto para Sabaudia apresenta um desenho modesto, tanto do traçado quanto dos edifícios, e uma intenção: a tentativa de traduzir também um plano regional. Piccinato é reconhecido pela sua trajetória de "construir cidade", projetou quase uma centena de planos em diversas escalas e representou e traduziu as aspirações de toda uma geração. O urbanista nesse projeto rejeitou o termo cidade no sentido do passado, como alguma coisa

"de fechado, de murado, algo que se contrapunha ao campo, expressando a atenção para uma "ciência do território", uma passagem que se dá somente quando se pensa a cidade, o território e a sociedade conjuntamente.

> "Não mais a cidade murada contraposta ao campo, a cidade que impõe enormes despesas e não produz, a cidade com fim em si mesma e que em si não conclui, mas novas formas urbanas abertas e descentralizadas, razoáveis e equilibradas com a sua função...Uma cidade indissoluvelmente ligada ao seu território..." (Piccinato, 1941)

Uma via rápida que sai da Via Appia, faz a comunicação de Sabaudia com o território, que ainda é ligado ao mar. Um duplo esquema de estradas internas e periféricas foi pensado para interligar os diversos centros agrícolas. Chegando à cidade a estrada se alarga e cria um eixo que leva até o centro urbano, criando uma visão axial da torre da sede do município. É em frente à prefeitura que se desenvolve a praça principal, onde está implantado o pequeno centro urbano. O traçado da cidade se organiza através de duas grandes praças e o projeto deu grande destaque à construção dos edifícios oficiais. A paisagem natural circundante é um elemento marcante no projeto da cidade, Monte Circeo podendo ser visto a partir da praça da prefeitura.

As duas praças formam um tipo de sistema em "L" e a composição geral dos espaços públicos e da rede de vias e largos dispostos em torno das praças garantem restrições de movimento nesses locais. Como foi pensado como um centro agrícola, e não uma cidade, o zoneamento é limitado a poucas categorias e distribuído com a máxima simplicidade.

Na análise feita por Maffei e Strappa (1998), o desenho das praças confere uma continuidade espacial entre a escala territorial, a escala da cidade, o seu tecido urbano e seus edifícios. A continuidade urbana se dá a partir dos elementos estruturais, dos edifícios e do centro cívico, tudo muito hierarquizado onde o edifício é estruturado por vias e por nós. De acordo com Ofeterland (2001), na imprensa da época, foram veiculadas várias noticias sobre o projeto, e apresentada uma justificativa, provavelmente ditada pelo regime, de que uma das praças estava destinada à vida civil e a outra aos grandes comícios rurais e políticos e que a arquitetura dos novos edifícios

era inspirada por um grande sentido de modernidade e praticidade.

A arquitetura dos edifícios de Sabaudia estava ligada aos princípios de modernização e racionalização do país e da sociedade. Em um momento, em que o Estado intervinha diretamente nas questões sobre a cidade, a arquitetura e a arte, com a intenção de criar um sistema centralizado de gestão dos trabalhos públicos, todo o sistema da arquitetura estava sendo construído sobre princípios essenciais, baseados em uma geometria pura e abstrata. A construção de Sabaudia contribuiu para fornecer novos argumentos a favor do racionalismo em um debate sobre arquitetura que circulava já há algum tempo nas revistas.

Na Itália dos anos 1920, a relação entre os aspectos estéticos e conteúdos políticos estava no centro do debate. Era bastante clara a intenção por parte dos arquitetos italianos de "criar um estilo", que fosse uma síntese entre os valores nacionalistas do Classicismo italiano e a lógica estrutural da época da máquina, ao mesmo tempo em que o fascismo pretendia criar um "gosto de massa", uma arquitetura de Estado, que estivesse de acordo com o espírito da época.

O início do movimento racionalista italiano está associado à publicação de alguns artigos pelo Gruppo 7 (composto por Caragnoli, Figini, Frette, Larco, Pollini, Rava, Terragani) que colocava foco no debate da relação entre tradição e moderno. No centro da questão estava uma grande contradição de como abandonar a arquitetura acadêmica que retrocedia utilizando um neobarroco, e de como reinterpretar a linguagem moderna, tirando partido das particularidades e situação internas. O grupo de jovens racionalistas afirmava que a arquitetura moderna não era uma negação do passado, mas a expressão de um "novo espírito". (Biraghi, 2008)

A cenografia arquitetônica de Sabaudia implantada ao redor de dois grandes espaços públicos, um deles destinado a eventuais encontros políticos, representou o compromisso entre a forma e a sua ideologia. Uma forma baseada em um sistema geometricamente fechado, e coroada por uma arquitetura caracterizada por elementos verticais – a torre da prefeitura, a torre da igreja.

Figura 4 – Mapa de Sabaudia. http://piliaemmanuele.wordpress.com/2008/04/

Figura 5 – Praça da Revolução, Sabaudia. <http://www.radio3.rai.it/dl/radio3/programmi/archivio/ContentSet>

Arquitetura e urbanismo à serviço do poder

Analisar duas cidades em contextos tão diferentes pode render reflexões interessantes. Se num primeiro momento as motivações para esse estudo foram as aproximações evidentes entre duas cidades de fundação, projetadas no mesmo ano, instrumentos político-ideológico de governos autoritários de direita que utilizaram uma expressão arquitetônica racionalista na busca por uma monumentalidade, no decorrer da pesquisa as diferenças foram se revelando pontos a serem explorados.

O fio condutor desse estudo foi a reflexão sobre a manifestação do poder através da arquitetura e o urbanismo. Nesse sentido, compreender as intenções de quem encomenda a obra é fundamental para entender os caminhos adotados pelo autor, para concretizar os objetivos que se quer propagar. Goiânia e Sabaudia permitiram transitar por um momento de ruptura entre o tradicional e o moderno, na busca por uma "arte do nosso tempo", mas que ainda estava carregado de lições do passado. Os dois governos – de Getúlio Vargas e de Benito Mussolini - queriam construir de um modo moderno e eficiente, não só a cidade mas também a nação.

Nos dois projetos, a busca por uma cenografia urbana, conseguida principalmente através de perspectivas e da colocação das peças arquitetônicas foi importante para a construção de uma imagem que exprimisse bem a ideologia política. O protagonista da composição das duas cidades é sem dúvida o espaço publico, o lugar mais eficiente de exaltação do poder e de seus representantes locais. A Praça Cívica em Goiânia e a Praça da Revolução em Sabaudia cumprem o papel esperado de uma cidade nova construída a serviço do poder. Em Goiânia, a atenção à topografia e escolha do lugar mais alto para implantação da praça, foi fundamental para atingir o esperado, e em Sabaudia, foi a construção da Torre de 43 metros, o recurso mais eficiente na criação de um elemento marcante de comunicação do plano. A monumentalidade alcançada nos dois exemplos, mais do que uma questão de escala, foi representada por uma estética de valorização do poder como elemento de modernização, de avanço e de busca de uma inserção do país em um processo de desenvolvimento internacional voltado para o futuro.

As duas cidades são documentos da história de uma época e ajudam a esclarecer o sentido do "moderno" nas duas nações. No caso brasileiro, a modernidade da arquitetura se apresenta, além dos elementos próprios do racionalismo arquitetônico, também no uso de materiais até então desconhecidos no interior de Goiás; no caso italiano, a escolha recai sobre materiais mais perenes do que já estava sendo utilizado por lá, resgatando no passado uma referência para o futuro. E, em ambos, a característica marcante nos principais edifícios vai ser a linha reta, representativa de uma vertente do art déco que privilegia um desenho mais geométrico ou abstrato. O uso de materiais singelos, nos dois casos, estava também ligado a questões de limitações econômicas.

Se, no Brasil, a marcha para o Oeste, significou a possibilidade de urbanização do grande vazio que era o centro do Brasil, e a construção e a consolidação de Goiânia marcam o urbanismo moderno brasileiro, lançando as bases políticas e urbanas para que na década de 1950 o processo de interiorização culminasse com a construção de Brasília - o manifesto mais bem acabado da cidade moderna; na Itália, a construção das cidades novas no mesmo período, significou a possibilidade de manter o homem no campo, fortalecendo suas bases rurais através, também, de um ideal moderno de cidade. Pode-se afirmar que Goiânia significou o prenúncio da idéia de uma cidade no campo, e Sabaudia, o discurso realizado da não-cidade.

Referências Bibliográficas

BIRAGHI, Marco. **Storia dell´architettura contemporânea I**. 1750-1945. Torino: Einaudi, 2008.

CALABI, Donatella. **Storia dell´urbanistica europea.** Milano: Mondadori, 2004.

CIUCCI & DAL CO. **Architettura italiana del Novecento.** Milano: Electa, 1990.

CHAUL, Nasr N. F. **A construção de Goiânia e a transferência da capi-**

tal. Goiânia: Cegraf, 1988.

COELHO, Gustavo N. **A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia.** Goiânia: Ed. Do Autor, 1997.

DONATI, Chiara. **Città di fondazione fascista.** La pentapoli Pontina.

GODOY, Armando de. Exigências elementares do edifício público. **Arquitetura e Urbanismo,** mar./abr. de 1937.

GOSSEL, Peter; LEUTHAUSER, Gabriele. **Arquitetura no século XX.** Colônia: Taschen, 1996.

GRAEFF, Edgar A. **O edifício.** São Paulo: Projeto, 1986.

MAFFEI,G. Luigi.& STRAPPA, Giuseppe. The foundation town of sabaudia: reading and design. IN: **International seminar on urban form "new town: morphogenesis and development"** paris, 3-5 july 1998. < http://w3.uniroma1.it/strappa/>

MANSO, Celina F. A. **Goiânia:** uma concepção urbana moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia:Edição do Autor, 2001.

MENEZES, Eduardo de. Ídolo das ideias e símbolo do poder. **Humanidades,** Brasília, v. 7, n. 2, 1991.

MONTEIRO, Ofélia S. N. **Como nasceu Goiânia.** Goiânia: Líder, 1979.

NUTI, Lucia. **La città nuova nella cultura urbanística e architettonica del Fascismo.**

OFTELAND, Hanne Storm. Sabaudia 1934: **materizlizing the fascist, corporate town.** Thesis of Degree od Cad. Philol; Univeresity of Oslo; Institut for Art History, 2002.

PICCINATO, Luigi. Costruzione-Casabella, 1941, no 157, p.2.

RICALDONI, Américo M. El concepto de lo monumental en arquitectura. **Arquitetura e Urbanismo,** Rio de Janeiro, mar./abr. 1938.

PARTE 2
OS MÚLTIPLOS SABERES SOBRE O CERRADO

CERRADO, INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS:
Encontros e desencontros

Poliene Soares dos Santos Bicalho[1]

> Face ao invasor, havia, no Planalto Central, essa raça indígena forte, aguerrida e, desde muito antigamente, senhora dos cerrados brasileiros: os grupos Jê, vulgarizados na literatura do século XIX como os Ubirajaras, os Timbiras. Os famosos Tapuias, em contraposição aos Tupis do Litoral.
> Paulo Bertran, História da Terra e do Homem no Planalto Central.

Pensar a relação entre o Cerrado, os indígenas e os não indígenas, numa perspectiva histórica, cultural e social, é o objetivo central deste estudo. Dois serão os eixos norteadores das análises: as diferentes apropriações do Cerrado e as terras indígenas na preservação das regiões de Cerrado; e as apropriações das terras indígenas no contexto dos Acampamentos Terra Livre e das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nas últimas décadas, discussões têm se apresentado no cenário acadêmico, político, midiático e agroindustrial sobre a preservação do Cerrado brasileiro, em função da acelerada apropriação econômica desse bioma, sobretudo quanto ao uso de seu solo pelas empresas agrícolas e pela criação de áreas urbanas, após a década de 1970.

1_ Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). poliene.soares@hotmail.com.

A apropriação do Cerrado como espaço de sobrevivência nem sempre obedeceu à lógica capitalista. Para Paulo Bertran, ela aconteceu há cerca de onze mil anos, e seus habitantes eram os povos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, que ali encontraram o espaço ideal para a sua sobrevivência e reprodução cultural.

"O habitat das populações Jê era o planalto brasileiro e, se olharmos para a rede mais ampla dos povos Macro-Jê, veremos que esse padrão de adaptação ao meio se manteve". Portanto, compreendemos que o Cerrado consolidou-se como o território ideal para a sobrevivência física e cultural de etnias falantes das línguas Macro-Jê, desde "uns cinco a seis mil anos pelo menos" (PERRONE-MOISÉS, In: CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 90-91).

Paulo Bertran ressalta:

> Os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e, não raro, rivais entre si. Para lembrar apenas o mais antigo e impactante desses povos – do ponto de vista histórico – o primeiríssimo que nos ocorre é, sem dúvida, o Caiapó, índio que a historiografia abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz... Antigamente ocuparam todo o sul de Goiás, a partir da latitude do Distrito Federal, entrando pelo Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul. Havia também os do Norte (Bilreiro) que liquidaram com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (800 homens), em 1671, na confluência Araguaia-Tocantins. Talvez sejam os mesmos Caiapós depois encontrados na bacia do Xingu.
>
> E os Carajá. Há uns mil anos estruturam-se no Vale do Araguaia, vivendo de pesca e caça em tal completude que, embora Macro-Jê, desenvolveram uma língua e uma cultura especialíssimas, a ponto de serem confundidos com outras etnias. Eram os Carajaúna e Carapitanguá das bandeiras seiscentistas, aos quais, em 1789, o capitão-mor Antônio Telles referia-se desprezivelmente como "moles e patifes".
>
> Quando da colonização aurífera do século XVIII, desde a latitude de Brasília para o Norte até a confluência do Araguaia, celebraram-se os Macro-Jê Acroá e Xacriabá. Os Xacriabá ainda

> existem no São Francisco mineiro. Já os Acroá ou bem estão extintos ou adquiriram denominações novas como nos "Akué" Xavante e Xerente. Em determinado momento, no século XVII, ocupavam vastas extensões do rio Tocantins, de longe o mais habitado e propício – devido ao calor das baixas altitudes de seus cerrados – à vida na natureza.
> Outra nação antiga foi a Crixá ou Quirixá, Tapuia, no dizer do cronista Silva Braga (1722), vale dizer Jê. Ocuparam parte do vale do Paranã, a região de Porto Nacional e, obviamente, o vale do rio Crixás, que verte no Araguaia. Segundo uma informação de 1760, teriam emigrado para o Oeste junto com índios Goiá...
> Enfim, há outros Jê que só começaram a ser nomeados em fins do século XVIII: Xavante, Xerente, Apinajé... (2011, p. 34)

As primeiras transformações do hábitat indígena nos campos limpos do Cerrado brasileiro ocorreram no século XVI, com a chegada do português. Já no Brasil Central, nos séculos XVII e XVIII, com a ação das entradas e bandeiras, que apresavam índios para o trabalho e procuravam ouro para o enriquecimento próprio dos bandeirantes e do Reino. Em relação aos povos Jê, esse encontro foi quase sempre marcado pelo enfrentamento, o que os caracterizavam como guerreiros resistentes ao contato, o que é típico dos habitantes das savanas em qualquer canto do mundo. "Os Jê, como outros savaneiros mongóis, bosquímanos e australianos – os povos das savanas – eram fundamentalmente caçadores, de cultura guerreira, portanto." (BERTRAN, 1994, p. 33).

O Cerrado é o mundo no qual eles vivem, como é o caso dos Xavantes. No dialeto Xavante, o Cerrado é denominado de Ró e representa o próprio mundo daquele povo. Sua noção de preservação está inserida na relação cotidiana de sobrevivência física e cultural.

Assim, "*Ró* significa tudo para os caçadores A' úwê (Xavante): o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. Nós queremos conservar o Ró. Através do *Ró*, garantiremos o futuro das novas gerações." (TOP' TIRO e TSERETSU, 2000 *apud* GOMIDE, 2008, p. 312). A fala dos indígenas Xavantes Top' Tiro e Tseretsu evidencia a importância do Cerra-

do e de tudo o que ele contém para a comunidade indígena, mas traz à tona também uma das discussões centrais desse capítulo, sua preservação.

A percepção de Ró, como do próprio mundo do Xavante, está presente em suas simbologias, essenciais à perpetuação da cultura do grupo, "Ró não é apenas uma fonte de recursos, mas deve ser entendido como a espacialização das relações entre os diferentes sujeitos que habitam o cosmos..." (GOMIDE, 2008, p. 291). As falas dos Xavantes TOP' TIRO e TSERETSU esmiúçam tal assertiva.

> Antigamente o *Ró* era assim: havia a aldeia, envolta a roça, envolta as frutas, envolta a caça junto com os espíritos, envolta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. Os espíritos ajudavam a descobrir os segredos que o Ró escondia: onde estava a força do caçador, onde estava a caça, onde tinha cobra e outros segredos.[...] O A'úwê (Xavante) depende do cerrado e o cerrado depende do A'úwê (Xavante). Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do A'úwê (Xavante) e o A'úwê (Xavante) depende dos animais. Isso é o *Ró*." (TOP'TIRO e TSERETSU, 2000 *apud* GOMIDE, 2008, p. 312)

Não se trata apenas do espaço de sobrevivência física, mas também de reprodução cultural e religiosa, onde seus mitos são concebidos e tradicionalmente repassados de geração a geração. A ideia de preservação está representada na expressão: "O A'úwê (Xavante) depende do cerrado e o cerrado depende do A'úwê (Xavante)", assim como interdependem os animais, as plantas, os espíritos, etc.

Uma das formas de apropriação do Cerrado pelo não indígena mais comum é a expansão da cana-de-açúcar voltada para o setor sucroalcooleiro, especialmente nos estados de Goiás e Minas Gerais. O desmatamento é o primeiro desastre ecológico causado pela expansão da cana-de-açúcar em áreas de Cerrado, sendo "os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso Sul os que mais perderam sua cobertura nativa." (DUTRA E SILVA; PIETRAFESA; SANTOS, 2011, p. 36).

As transformações no Cerrado, desencadeadas pelo agronegócio, pela agropecuária e a expansão urbana desgovernada, não alteram apenas "as paisagens naturais. Demarcam culturas, gestos, ritmos cotidianos de sociabilidades, labores e devoções nas representações do homem e no Cerrado" (PIETRAFESA; DUTRA E SILVA; CAMPOS, 2011, p. 14).

Outro aspecto que tem preocupado acadêmicos, alguns setores da sociedade civil e os povos atingidos, no que diz respeito à apropriação e à preservação do Cerrado, é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado durante o Governo Lula e, agora, conduzido pelo Governo Dilma. Para Washington Novaes, do jornal o Estado de São Paulo, "o PAC prevê para o Cerrado a implantação de mais 20 usinas hidrelétricas e oito termoelétricas, embora estudos acadêmicos digam que não precisamos ampliar a oferta de energia." (NOVAES, 2008, s/p)

Os povos indígenas do Cerrado serão, juntamente com as comunidades ribeirinhas, os principais alvos desse projeto, como analisa Gustavo Lins Ribeiro, ao tratar dos grandes projetos militares, com os quais o PAC muito se assemelha e que

> implica, de um modo geral, uma inexistência de opções alternativas, numa desqualificação visível das populações locais enquanto sujeitas dos seus destinos.
> De fato, uma vez que a execução de um grande projeto esteja definida em altos níveis de poder político-econômico, a população local raramente, para não dizer nunca, tem voz ativa na necessidade de implantação ou não do projeto, ou no modo como ele vai ser executado. (RIBEIRO, In: OLIVEIRA FILHO, 1990, p. 88)

A Carta dos Povos Indígenas do Cerrado foi escrita e assinada pela Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), durante a 1ª Assembleia Geral da MOPIC, realizada em dezembro de 2007. Ela destaca a importância de se dar "visibilidade ao Cerrado, tendo em vista a discriminação e a falta de reconhecimento deste bioma e de seus povos, já que o foco de atenção e preocupação global está somente na Amazônia", além de

> ...fortalecer os povos indígenas do Cerrado que em decorrência do agronegócio, agropecuária e atualmente da produção de biocombustível, sofrerão impactos mais intensos com o aumento expressivo da construção de usinas e passarão por um processo de marginalização mais intenso... A política desenvolvimentista de ocupação do Cerrado, iniciada nos anos 80 e ratificada pelo atual governo com ferocidade e desrespeito ante as populações indígenas, é reforçada com o anúncio do PAC Cerrado (Programa de Aceleração de Crescimento), um programa cujos benefícios estão voltados exclusivamente ao setor agrícola e hidroelétrico e seus empreendimentos suscitarão danos diretos e indiretos às nossas terras. (Carta dos Povos Indígenas do Cerrado, 2007, s/p)

As terras indígenas – especialmente aquelas localizadas em regiões de Cerrado – são ameaçadas por invasões e desapropriações, e seus direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988, ficam à mercê da vontade de poucos.

O intenso debate entre as diversas organizações indígenas junto às suas comunidades, no que diz respeito às propostas de campanha do então candidato à presidência, o senhor Luís Inácio Lula da Silva, e o descaso do seu Governo com os povos indígenas, reavivaram os ânimos do Movimento a fim de fortalecer e articular suas inúmeras organizações para lutar contra os desmandos do novo Governo. Assim surgiu o primeiro Acampamento Terra Livre – também conhecido como Abril Indígena.

Os Acampamentos Terra Livre constituem importante instrumento de atuação do Movimento Indígena. Funcionam como assembleias indígenas. Reúnem, anualmente, etnias de diferentes regiões do país, para tratar de questões relevantes à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. É também um momento de protesto e reivindicações quanto aos direitos coletivos desses grupos étnicos.

As terras indígenas integram a pauta desses encontros, principalmente porque muito ainda precisa ser feito para que as garantias legais sejam

respeitadas. Elas são alvos constantes de invasões e apropriações ilegais por parte de fazendeiros, agroindústrias, agropecuária etc. Quando nos remetemos às terras indígenas localizadas em regiões de Cerrado, a situação fica pior, considerando que este é um dos biomas mundiais mais devastados e ameaçados.

Terras indígenas e Cerrado passam a ser foco de atenção maior, pois, da observação da relação entre os dois, podemos extrair lições essenciais para repensarmos a questão da preservação e de uma apropriação menos comprometedora para ambos, buscando outras formas de usufruto do ambiente natural. Antes, porém, faremos algumas considerações sobre os Acampamentos Terra Livre e as suas principais reivindicações, destacando a problemática da ameaça às terras indígenas, especialmente àquelas localizadas nas regiões de Cerrado.

Terras Indígenas, Cerrado e Acampamentos Terra Livre

Realizou-se, em abril de 2004, o I Acampamento Terra Livre, tido como a mais importante mobilização do Movimento Indígena nacional da história recente, o que se repetiria nos anos subsequentes. O encontro propunha "cobrar imediata homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol" e evitar o "retrocesso nos direitos amparados pela Constituição Federal." (ALMEIDA & RIBEIRO, 2006, p. 9). A terra indígena Raposa Serra do Sol localiza-se em área similar à do Cerrado, conhecida regionalmente por lavradio, no estado de Roraima, fortemente ameaçada pela rizicultura.

Várias lideranças participaram de uma sessão na Câmara dos Deputados e exigiram que o Presidente os recebesse. Após vários subterfúgios, foi marcado um encontro entre os índios e o Presidente, que não resultou em avanços significativos para o Movimento. O Presidente pediu paciência; enquanto ondas de violência se ampliavam no território da Raposa Serra do Sol, incentivadas por políticos e fazendeiros de Roraima, com "o objetivo de intimidar a população indígena e pressionar o Governo contra a homologação da T.I." (JORNAL PORANTIM, 2005, p. 10)

O ano de 2004 terminou com enorme descrédito por parte do Mo-

vimento Indígena em relação ao Governo Lula e, em de abril de 2005, o II Acampamento Terra Livre aconteceu sob forte rejeição. Mais de 700 lideranças indígenas, de 89 povos diferentes, acamparam na Esplanada dos Ministérios. Como "expressão da vontade de união dos povos indígenas do Brasil entre si e com seus aliados", o Acampamento se formou novamente com o intuito de cobrar maior compromisso com a questão indígena.

O III Acampamento Terra Livre aconteceu em abril de 2006, e contou com a participação de 550 lideranças indígenas de 86 povos. Suas críticas concentraram-se na política indigenista do Governo Lula, que promoveu poucos avanços no que tange às demandas indígenas.

Esperava-se que o Governo, através de uma ação mais dinâmica da FUNAI, acelerasse sua demarcação e regularização; reduzisse as "pressões políticas de setores anti-indígenas" (CARTA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL TERRA LIVRE - Abril Indígena, 2006, p. 2), ligados ao agronegócio, que encontraram nesse Governo bases de apoio favoráveis aos seus interesses em detrimento dos direitos indígenas às suas terras.

Quanto à demarcação das terras indígenas, chamamos a atenção às localizadas nas áreas de Cerrado que, por falta de regularização, estão ameaçadas pelo agronegócio, pelas usinas hidroelétricas do PAC e pela expansão urbana. Na Carta dos Povos Indígenas do Cerrado, cerca de 25 etnias reivindicam a regularização de seus territórios, das quais citamos a demarcação de trinta e duas terras indígenas do Povo Guarani Kaiowa, no Mato Grosso do Sul; a desintrusão da terra indígena Kadiweu, do Povo Kadiweu, também no Mato Grosso Sul, cujo "território foi invadido por fazendeiros, madeireiros e produtores de carvão"; e a "ampliação da T. Indígena Sete Salão – Governador Valadares-MG", do Povo Krenak." (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO, 2007, s/p)

Os indígenas organizadores do Acampamento repudiaram as intenções do Governo, incentivado pelos objetivos expansionistas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a "construir empreendimentos hidroelétricos que afetam Terras Indígenas, como Belo Monte, Estreito e os do Rio Madeira." (CARTA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL TERRA LIVRE - Abril Indígena, 2006, p. 2). Em documento intitulado "Nota de repúdio contra os impactos de empreendimentos do PAC em terras indí-

genas", a Articulação do Povos Indígenas do Brasil(APIB) ratificou que os vários projetos do Programa do Governo ameaçam direta ou indiretamente os territórios indígenas:

> Repudiamos veementemente a construção anunciada da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará e de outros projetos como: a transposição do Rio São Francisco em Pernambuco, a construção do Porto Brasil em São Paulo, a construção da Hidrelétrica do Estreito em Tocantins, do complexo hidrelétrico do Rio Madeira em Rondônia, a construção da Hidrelétrica da Bacia do Rio Tibagi e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Paraná, a construção de 04 PCH's em Santa Catarina, a construção de 03 PCH's no Rio Grande do Sul, a construção de PCH's no Parque Indígena do Xingu, a implantação de usinas de álcool na região do Pantanal no Mato Grosso do Sul, o asfaltamento da BR 319 no Amazonas e da BR 163 nos estados de Mato Grosso e do Pará, dentre outros empreendimentos que poderão impactar os territórios indígenas, inclusive de povos em situação de isolamento, sem antes ter assegurado aos nossos povos o direito à consulta livre, prévia e informada, **estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, a partir de 2004, passou a ser lei no nosso país.** Conforme o Presidente da FUNAI, o Sr. Márcio Meira, até o primeiro semestre de 2008, havia um total de 346 processos de licenciamento, em diversas fases, que afetam terras indígenas. Desses 346 processos, 33% seriam de aproveitamento hidroelétrico, 19% de rodovias, 18% de linhas de transmissão e distribuição, e o restante de exploração mineral, dutos, hidrovias, ferrovias e outros. Fonte: ISA, Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação, 2009. Págs. 323-324. (NOTA DE REPÚDIO CONTRA OS IMPACTOS DE EMPREENDIMENTOS DO PAC NAS TERRAS INDÍGENAS, 2009, p. 2)

O IV Acampamento Terra Livre aconteceu em abril de 2007, com 1.000 lideranças de 98 povos diferentes, expressando-se como "a maior e

principal ação protagonizada" (ACAMPAMENTO TERRA LIVRE, 2007, s/p) pelos povos indígenas na Esplanada dos Ministérios em Brasília. O impacto dos avanços das obras do PAC sobre as terras ocupadas norteou o eixo das discussões e das reivindicações.

O Movimento chamou a atenção do Governo para os riscos de um projeto de crescimento que não insere em sua pauta de prioridades a preservação e a sobrevivência das terras e dos povos que se encontram no caminho.

Por se tratar de um projeto causador de graves danos ao Cerrado, ressaltamos a construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, no Rio Tocantins, modelo típico de intervenção que privilegia os grandes projetos desenvolvimentistas e ignoram a presença de populações indígenas e ribeirinhas nas regiões onde serão construídos, assim como o impacto que os mesmos representam às comunidades. Durante audiência pública, realizada em maio de 2008, no Senado Federal, a sub-procuradora do Ministério Público Federal questionou o projeto em pauta e as suas consequências negativas.

A audiência contou com a participação de cerca de 70 indígenas e ribeirinhos, que denunciaram a empresa responsável pela construção da usina, alegando que não foram consultados sobre a obra e sequer foram mencionados nos estudos sobre os impactos ambientais causados pela usina: ""Dizem que nós não existimos por lá. Se eu não existisse, não estava aqui", afirmou Gercília Krahô. Ela também lembrou que a energia gerada pela hidroelétrica não será destinada às comunidades indígenas e ribeirinhas." (PICANÇO, 2008, p. 5)

O direito à consulta prévia e à autonomia indígena está garantido na Constituição, na Convenção 169 e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O descaso do Governo e, consequentemente, de fazendeiros e mineradoras tem ampliado os conflitos, as invasões, a violência e os assassinatos nas regiões e terras indígenas mais afetadas.[2]

Em 2008, o V Acampamento reuniu 800 lideranças de todos os cantos e povos do país. Discutiram as "políticas voltadas aos direitos indíge-

2_ Em relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil divulgado pelo CIMI, entre os anos de 2006 e 2007, o número de indígenas assassinatos no Mato Grosso do Sul foi de "53 em 2007 e 27 em 2006, o que mostra um aumento de 99% no número de assassinatos. Em todo o país, o número de indígenas assassinados aumentou 64% entre 2006 e 2007, passando de 57 para 95 casos." In: Jornal Porantim, 2008, p. 8.

nas", denunciaram as "graves violações" desses direitos e reivindicaram "o direito a seus territórios, à saúde e à educação diferenciada" (JORNAL PORANTIM, 2008, p. 8).

O VI Acampamento aconteceu em maio de 2009, com mais de mil indígenas, de 130 povos diferenciados. (DOCUMENTO FINAL DO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE, 2009, p. 1). Questionaram o não cumprimento das promessas de campanha do Governo Lula e a demora na demarcação das terras.

Exigiram, também, a desintrusão de terras indígenas como a "Marawaitzedé, do Povo Xavante do Mato Grosso, e a terra do Povo Pataxó Hã-Ha-Hãe, do Sul da Bahia" (Ibidem). Assim ficou o Documento Final:

> Chamamos todos os segmentos da sociedade civil brasileira a somar conosco nesta luta pelo respeito pleno aos nossos direitos, como parte da total democratização do nosso país, do qual nos orgulhamos de fazer parte, mas que lamentavelmente ainda nos discrimina e marginaliza, sob a pressão e o domínio de uns poucos, que só almejam os seus lucros e bem-estar, ignorando a nossa contribuição fundamental à preservação da Natureza, em benefício do equilíbrio global e do bem-estar de todos os brasileiros e da humanidade. (2009, p. 2)

É notória a participação direta dos povos indígenas na luta pela sobrevivência e pela garantia dos direitos conquistados com muita coragem e perseverança. O protagonismo indígena pode ser percebido num crescente que começou na década de 1970, com as Assembleias indígenas, e que, nas últimas décadas, tem se tornando a principal marca das suas lutas.

Apropriações do Cerrado: Algumas alternativas possíveis

É possível pensar em apropriações alternativas do Cerrado, na perspectiva da sustentabilidade e do desenvolvimento equilibrado. Há milênios, os indígenas, de diferentes cantos do mundo, extraem da natureza o essen-

cial para a sua sobrevivência. Praticavam e, em alguns casos, ainda praticam uma técnica de limpeza do solo para o plantio que não é em nada ecologicamente correta, a coivara. Entretanto, não se pode desconsiderar que a maneira como os mesmos apropriam-se da terra é diferenciada. O rodízio de campos cultiváveis, especificidade de algumas etnias com tendência ao nomadismo dentro de suas próprias terras, como os Guaranis, do Mato Grosso do Sul, reduz os danos causados à natureza em longo prazo.

O percentual da utilização da terra é inferior à apropriação feita pelo grande fazendeiro, que desmata para plantio ou criação em grandes quantidades de terra, já que a sua utilização está voltada para fins lucrativos. A relação de equilíbrio entre o indígena e a terra envolve razões culturais. Os mitos e ritos desses povos estão sempre atrelados a fenômenos da natureza, à flora e à fauna, de modo que a preservação das regiões de Cerrado, como o Ró dos Xavantes, é essencial para a perpetuação cultural e social do grupo.

Temos muito que aprender com o indígena no que tange à preservação do Cerrado. O Conceito de Etnodesenvolvimento, de Rodolfo Stavenhagen, sinaliza para uma relação possível de sustentabilidade e desenvolvimento, pautado na tradição dos povos, com vistas para "o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas" (1984, p. 18). Para o autor, o desenvolvimento alternativo é possível como uma proposta de aproveitamento econômico do território, respeitando a tradição dos sujeitos históricos; os saberes locais e coletivos; a biodiversidade e as fragilidades do bioma Cerrado e de outros mais. Portanto, o etnodesenvolvimento pode ser entendido como uma abordagem que

> procura usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las a priori, como obstáculos ao desenvolvimento [...] se propõe a respeitar, e não destruir, o meio-ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico [...] a abordagem do desenvolvimento alternativo estaria baseada, sempre que possível, no uso dos recursos locais, quer sejam naturais, técnicos ou humanos; ou seja, ela se orienta para a auto-sustentação, nos níveis local, nacional e regional [...] esta abordagem, nova e alternativa, pretende ser mais participante do que tecnocrática. (STAVENHAGEN, 1984, p. 17-19).

Já na década de 1980, a sustentabilidade era tema de discussões de autores como Stavenhagen, do que se conclui que, paralelamente às preocupações com a preservação dos territórios indígenas, encontram-se imbrincadas questões vinculadas à preservação dos biomas nos quais as populações estão localizadas, pois, para os grupos étnicos indígenas, as relações homem/natureza são interdependentes.

Referências

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE - ABRIL INDÍGENA 2007. Documento Final. Articulação dos Povos Indígenas-APIB. Brasília, 19 de abril de 2007.

ALMEIDA, Jorge; RIBEIRO, Cristina. O papel do Abril Indígena na luta dos povos indígenas do Brasil e sua relação com o Estado. Quito, Ecuador, 20-24 de nov. 2006. Trabalho apresentado no GT-10 **Movimientos Sociales Rurales, del Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural.** Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Jorge%20Almeida,%20Cristina%20Ribeiro.pdf.> Acesso dia 8 de janeiro de 2009 às 19h23min.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL-APIB. Brasília, 31 de abril de 2009.

AVALIAÇÃO 2004. A maior das dívidas do Estado Brasileiro. In: **Jornal Porantim,** Ano XXVI - Nº 272. Brasília, Jan/Fev de 2005.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador: Brasília: Verano, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia da Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO. Aldeia Cachoerinha – T. I. Terena, Miranda-MS. 13 de dezembro de 2007.

CARTA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL TERRA LIVRE - Abril Indígena. Articulação dos Povos Indígenas-APIB. Brasília, 06 de abril de 2006.

CARTA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL TERRA LIVRE - Abril Indígena. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB. Brasília, 31 de abril de 2009.

CARTA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL TERRA LIVRE: Abril Indígena. Brasília, 29 de abril de 2005.

CARTA DO ABRIL INDÍGENA 2007 PARA O PODER LEGISLATIVO. Articulação dos Povos Indígenas-APIB. Brasília, 19 de abril de 2007.

CARTA DO ABRIL INDÍGENA 2007 PARA O PODER LEGISLATIVO. Articulação dos Povos Indígenas-APIB. Brasília, 19 de abril de 2007.

DOCUMENTO FINAL DO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB. Brasília, 7 de maio de 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda. **Marãnã Bödödi – a territorialidade Xavante nos caminhos de Ró.** Tese de Doutorado, USP, 2008.

JORNAL PORANTIM, Ano XXX - Nº 305. Brasília, maio de 2008.

MANIFESTAÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS DA RAPOSA SERRA DO SOL AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA, DR. TARSO GENRO. Conselho Indígena de Roraima-CIR; SODIUR; Associação dos povos Indígenas de Roraima-APIRR; Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIRR; Associação dos Povos Indígenas Taurepang, Wapicham e Macuxi-TWM. Brasília, 16 de abril de 2008.

MANIFESTO SOBRE A PEC 038/99, do Senador Mozarildo Cavalcanti, a ser votada na CCJ do Senado Federal.

MARTINS, José de Souza. "Em pauta, o direito de ser diferente". OESP, 31

de agosto de 2008, Aliás, p. J4, **apud** http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=node/339. Acesso dia 02 de outubro de 2009, às 11h22min.

NOTA DE REPÚDIO CONTRA OS IMPACTOS DE EMPREENDIMENTOS DO PAC NAS TERRAS INDÍGENAS. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB, Brasília, 12 de novembro de 2009.

NOVAES, Washington. Cerrado: quem cuidará do primo pobre. In: <http://www.ecodebate.com.br/2008/03/17/cerrado-quem-cuidara-do-primo-pobre-artigo-de-washington-novaes/>. Publicado em 17 de março de 2008. Artigo originalmente publicado pelo O Estado de São Paulo, no dia 14/03/2008. Acesso dia 30/04/2012 às 9h46min.

PICANÇO, Marcy. "Ribeirinhos e indignas questionam licenciamento de Hidroelétrica de Estreito". In: **Jornal Porantim,** Ano XXX - Nº 305. Brasília, maio de 2008.

PIETRAFESTA, José Paulo; DUTRA E SILVA, Sandro (Orgs.). **Transformações no Cerrado.** Progresso, consumo e natureza. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Instituto Socioambiental, 07/02/2008. In: <http://pib.socioambiental.org/en/en/noticias?id=52573&id_pov=296 > Acesso dia 30/04/2012, às 10h38min.

RAPOSA SERRA DO SOL. Resistência dos rizicultores gera tensão em Roraima. In: **Jornal Porantim,** Ano XXX - Nº 304. Brasília, abril de 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico/84, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-43. 1984.

JANELAS ABERTAS DO SERTÃO: ESPAÇO-TEMPO DAS FESTIVIDADES RELIGIOSAS EM GOIÁS.

Maria Idelma Vieira D'Abadia [1]

Introdução

No Brasil, ocorre, numa visão diacrônica, desde a estruturação primordial da colônia e da gênese de nossa formação múltipla e heterogênea, um significativo número de festas, sem contar aquelas desenvolvidas pelos primeiros habitantes dessa terra, haja vista que já possuíam uma diversidade de eventos ligados à sua cultura específica. As festas no País apresentam uma importância significativa, cada qual com seu significado específico, constituíram-se como um triunfo legítimo do povo na sua formação histórica.

Diante das inúmeras e variadas festas brasileiras, como distinguir sobre quais festas a ser analisadas? Em decorrência das dificuldades apresentadas pela variedade de festividades, optou-se, neste texto, pelas festas religiosas e que, de alguma forma, são ou estão ligadas às representações do passado rural do Estado de Goiás e às alterações desse passado na contemporaneidade. Portanto, as festas analisadas são aquelas celebradas aos santos padroeiros católicos.

A importância social das festas torna-se relevante aos estudos sociológicos, histórico-geográficos, antropológicos e outros, o que oportuniza uma leitura interdisciplinar dessa temática. Os estudos sobre festas têm chamado atenção dos geógrafos brasileiros, principalmente, nas duas últimas décadas do século passado e na primeira década do século XXI, com a expansão, no Brasil, dos estudos de viés culturalista na geografia. Almeida (2009, p.259)

1_Professora do curso de Geografia na Universidade Estadual de Goiás. Doutora em Geografia pela UFG, midabadia@bol.com.br.

afirma que,

> Desde o início da década de 1990, os estudos com abordagem na geografia cultural têm sido fecundos com as representações de "outros" lugares e paisagens. Sem dúvida, são ricos e desafiadores os cenários futuros para aqueles que estão investigando os mundos culturais.

A cultura, como expressão de significados das práticas sociais inseridas num lugar, possibilita os estudos dos diversos tipos de festas e suas múltiplas implicações, sobretudo, no que concerne ao desvendamento de uma interpretação interdisciplinar, ampliando fronteiras de conhecimentos de um *lócus* específico.

Em Goiás, a diversidade de festas de tradições seculares, sobretudo as religiosas, desperta o interesse acadêmico para essas investigações. Pela singularidade e certo distanciamento de outras influências externas, as festas religiosas nesse estado demonstram o quanto a formação cultural do povo goiano foi relevante para o surgimento e a manutenção dessas manifestações culturais.

Os primeiros estudos das festas populares goianas surgiram ainda no princípio do século XX por meio de pesquisas realizadas por historiadores e folcloristas locais[2] . Considera-se que em uma festa, o espaço/tempo são simbólicos; carregados de sentidos e significados e contrários aos tempos do cotidiano, embora, a festa religiosa se assemelha à festa profana, ou seja, a festa cívica; porém, a primeira é mais ritualizada e simbólica; reforçando a estrutura hierárquica do sagrado e da instituição que a s promove.

De acordo com Da Matta (1984), as festas da "ordem" contrapõem-se às da "desordem". Como exemplo de festas da ordem, o autor indica as celebrações cívicas e as religiosas, em oposição às festas fora da ordem, as quais remetem diretamente, no caso brasileiro, ao carnaval e às orgias (farra, esbornia), que também remetem a outras simbologias e a outros significados enraizados no imaginário popular.

Entretanto, a festa religiosa insere-se em parte distinta da sociedade e exige uma ordenação muito rígida. Essa ordenação é controlada pelo grupo

2_ Historiadores: Antônio Americano do Brasil (1972), Basileu Toledo França (1977) e principalmente, a folclorista Regina Lacerda (1979), Ático Vilas-Boas (Rezas, benzeduras, Etcetera. Goiânia: Oriente: 1977)

religioso que a propõe e marca, simbolicamente, a presença de uma hierarquia em nome do sagrado. Para essa dinâmica dentro do contexto histórico, é possível salientar como marca identitária das festas religiosas mais comuns e difundidas no Brasil, aquelas proporcionadas pela Igreja Católica; instituição que acompanhou o governo português e estabeleceu, na então Colônia, o culto aos santos como peça chave na doutrinação dos indígenas, africanos e demais habitantes locais, no avanço da colonização brasileira.

No que concerne aos primórdios históricos destas festividades, ganham relevo as festas religiosas de padroeiros, relacionadas diretamente ao poder do governo português, por meio da Igreja Católica, que, em sua estrutura e, diretriz, conseguiu criar um calendário anual de festividades de santos e padroeiros, interligando práticas auríferas, pastoris e agrárias.

Essa condição foi expressa na fundação dos arraiais e vilas, que nasceram protegidos pelos inúmeros santos do culto católico. Recebendo nome de um santo, ou sendo influenciadas pela religião, muitas cidades tiveram suas denominações ligadas ao padroeiro; algumas modificando de nome, outras perpetuadas até hoje com essas designações comumente presentes em Goiás.

Para homenagear esses santos, cada localidade promove, em datas diferenciadas ou semelhantes, suas festas em louvor àquele que tem o poder de proteger ou interceder e atender aos inúmeros pedidos dos devotos; muitas localidades repetem o padroeiro e, para não haver choque de datas de festas, modificam o calendário.

As mudanças sociológicas na sociedade atual são fatores de ressignificação das festas religiosas, ocasionando para que a perpetuação de uma tradição presente nos diversos municípios brasileiros seja celebrada em maior ou menor intensidade. Essas festas resistem e permanecem diante dos diversos cenários da contemporaneidade, embora já venham marcadas pelo estigma comercial e pelo apelo logístico evidenciado, mesmo nos lugares mais distantes.

As festas são um fenômeno significativo na sociedade goiana, sendo que católicas constituem um marco da espacialização e da identidade cultural de Goiás. Essa afirmação parte das pesquisas de geógrafos que abordaram o tema tais como: Maia (2002), Lobo (2006), D´Abadia (2002; 2010) e

França (2008).

As leituras mencionadas contribuem para a compreensão das festas em vários sentidos, ora de tradição, reforçando a identidade local por meio das redes inter-relacionais, ora pelas singularidades dos lugares que possibilitam a interpretação dos significados simbólicos e dos valores identitários. Acrescenta-se, ainda, o entendimento de que as festas promovem releituras das trajetórias socioespaciais dos lugares festivos, revelando as identidades presentes nas tradições destas manifestações. A prática sociocultural das festas de padroeiros no Estado de Goiás se constitui por espaços com diferentes temporalidades históricas. O espaço das festas materializa-se na paisagem, no território e na construção de territorialidades.

Da identidade religiosa à identidade territorial: representações espaciais e simbólicas das festas de padroeiros (as) em Posse da Abadia e Muquém no sertão goiano.

O povoado de Muquém e o distrito de Posse D'Abadia, respectivamente pertencentes aos municípios goianos de Niquelândia e Abadiânia, são nesse estudo, os *locus* da análise. Ambos surgiram em períodos históricos diferentes: o primeiro, no século XVIII, com a mineração; o segundo, no século XIX, com a expansão agropecuária; contribuindo para sustentação e a formação dos municípios onde se localizam.

Atualmente, as sedes dos municípios nos quais eles se localizam são cidades que se projetam internacionalmente. Niquelândia, a partir da década de 1930, está inserida na rede internacional de produção mineral, níquel, ferro-níquel. Nas décadas de 1970 e 1980, a produção mineral no município expandiu-se com a instalação das usinas de mineração de grupos nacionais e multinacionais.

A cidade de Abadiânia, na década de 1980, com a chegada do médium João de Deus e a criação do centro espírita "Casa de Dom Inácio", passa a receber pessoas de várias partes do Brasil e do mundo. Esse movimento em busca de cura pela mediunidade colaborou com o crescimento da cidade, principalmente da expansão da rede hoteleira e dos diversos serviços ofe-

recidos aos visitantes.

Retomando a análise proposta, em Niquelândia, a festa consolidou-se como um importante evento de aglutinação de pessoas, que se deslocavam ao povoado de Muquém, rota principal de acesso aos festejos, no mês de agosto. O município conta com uma população de 41.222 hab. (IBGE, 2010), desses, cerca de 800 estão no povoado de Muquém.

Em Abadiânia, a festa foi criada pela organização das rezas em louvor a Nossa Senhora da Abadia. Essa prática religiosa foi o embrião do surgimento do núcleo urbano que deu origem ao município, ainda no século XIX. Ali se estabelece, posteriormente, o povoado de Posse D'Abadia que se emancipa em 1953, com a criação do núcleo urbano. Sua população é de 15.693 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 565 reside no local.

Essas festas são tradicionais em ambos os municípios. Em Niquelândia, a Igreja Católica cria uma nova paróquia (2002) e erige o Santuário de Muquém em 2004, visando a um maior alcance da festa e a projetar Muquém como um centro de peregrinação no País. Esses objetivos foram favorecidos pela divulgação da festa pela mídia e pela a inserção em de políticas para o desenvolvimento do turismo religioso.

Em Abadiânia, são os conflitos de transferência da sede municipal, na década de 1960, que levam a Igreja a criar uma nova paróquia dedicada a um novo santo padroeiro – São Pedro e São Paulo, na nova sede do município. Em Muquém e Posse da Abadia, as festas de Nossa Senhora da Abadia são mantidas como importantes eventos que caracterizam uma identidade religiosa e territorial nos municípios.

O argumento central que sobressai dessa relação de identidade é que os arranjos espaciais[3] tornam-se elementos dinamizadores dos locais que sustentam e organizam espacialmente a festa. Eles são formados a partir e em função da festa religiosa. Com isso, ela torna-se uma estrutura, fazendo com que, nesses locais a identidade religiosa se ligue à identidade territorial.

Para essa identidade religiosa, o padroeiro é a centralidade da fé, do território e da festa. Para ele, o território é construído e doado; seu domínio é efetivado com a posse e com o poder instituído como protetor das localidades citadas. A identidade territorial é colocada como uma identidade religiosa atribuída a esse padroeiro. Essa identidade religiosa não se afir-

3_ Termo aqui entendido como a dimensão da organização espacial na festa de padroeiro.

ma apenas na religião, mas no vínculo construído com esse padroeiro, ou melhor, na relação que se estabelece entre a identidade religiosa e o mito fundador da devoção, bem como a territorialidade expressa nesses locais festivos. A identidade formada em primeiro lugar dá-se com o ícone religioso representado na imagem de Nossa Senhora D'Abadia e em segundo liga-se ao próprio território.

Para Di Méo (2001, p.1), a festa, do ponto de vista da geografia, constitui "uma oportunidade de primeira ordem para compreender a natureza da ligação territorial. Ela permite orientar os sinais espacializados pelos quais os grupos sociais se identificam aos contextos geográficos específicos que fortificam sua singularidade". A festa tem a capacidade de produzir símbolos territoriais.

A festa imprime no espaço suas marcas e territorialidades na perspectiva da dinâmica geográfica, além de refletir uma identidade na organização territorial. Nesse sentido, o simbolismo festivo aproxima e qualifica os lugares, os sítios e as paisagens, os monumentos ou os simples edifícios. No sentido coletivo, a festa tem uma relação privilegiada com os lugares da vida daqueles que estão relacionados a ela, sejam os participantes, organizadores e outros e confere ao território festivo habilidade de leituras. O evento festivo inscreve-se sempre nas lógicas sociais do momento, numa atualidade intensa e exclusiva constituindo representações espaciais e simbólicas.

As representações espaciais-simbólicas das festas de padroeiros (as) em Posse D'Abadia e Muquém no cerrado brasileiro promovem o entendimento de que em Goiás, como em outros locais do País, o santo de devoção era, e ainda é, muito importante na composição da dinâmica espacial local e na formação das territorialidades da Igreja Católica. Se, no passado, foram símbolos poderosos da religiosidade na formação territorial, hoje são os representantes de uma tradição religiosa católica e importantes identificadores da cultura rural que, migrando de lugar, transverte de novos símbolos as tradições rurais, dentro de uma dinâmica urbana.

A festa, em Posse D'Abadia, é um acontecimento esperado pela população, mencionado nas memórias dos mais velhos e presente ainda nos dias atuais. O Distrito todos os anos se prepara para receber os devotos e os moradores tanto de Posse D'Abadia quanto da zona rural.

Estes deixam seus afazeres para promover, participar e viver a festa. Nesse período, várias famílias mudam-se para a região no intuito de estarem mais próximas das celebrações religiosas, pois, para muitas delas, essa festa é esperada o ano todo. Um exemplo dessa situação é dado pelo depoimento do romeiro C.G[4] . que, em 2009, participou da organização da festa. Quando foi questionado sobre a mudança na sua rotina, no tempo da festa, ele respondeu *"Sem dúvida. Muda bastante porque a gente tem uma... profissão, a gente sempre trabalha na função social de tá ajudando as pessoas e quando chega a festa a gente deixa tudo de lado pra vim e poder tá ajudando na festa"*.

Em Posse D'Abadia, o espaço é organizado a partir do ponto sagrado central, ou seja, pela igreja em destaque na vertente do terreno; do lado direito dela fica a gruta, lugar sagrado, por onde passam inúmeros devotos para rezas e queimas de velas. Na gruta, fica a imagem de N. S. de Fátima; em suas adjacências aparecem as escadarias, evidenciando a topografia sacra.

No dia 15 de agosto, a rua principal (rodovia), a rua em frente à igreja e a praça são locais percorridos pela procissão, juntamente com as demais ruas do povoado para dar o dilatamento do espaço sagrado de seu ponto principal, a igreja, alcançando outros locais significativos no distrito. Neles salienta-se a importância histórica e espiritual para os participantes da festa. A ocupação desse espaço transforma a paisagem desse distrito para atender aos romeiros que circulam no decorrer da festa da Padroeira: Nossa Senhora D'Abadia. A organização do território festivo fortalece os laços identitários no grupo social, por sua posição de pertença.

No caso de Muquém, a exaltação ao mito fundador do espaço sagrado, presente no povoado, resulta em alto grau de afinidade dos visitantes para com o lugar. Nas entrevistas com os romeiros, é destacada a importância das atividades religiosas e culturais em relação às atividades comerciais, pois: *"Só da gente ser privilegiado e morar próximo do Santuário da Nossa Senhora D'Abadia tem grande importância. Niquelândia é abençoada, não só Niquelândia, mas Goiás todo. Niquelândia é lugar abençoado por Nossa Senhora, povo amável, é chão de Deus"*[5] .

O espaço da festa do Muquém é reterritorializado de acordo com as relações estabelecidas que dão sentido a dimensão sacra do lugar. Ao

4_ C. G. morador de Abadiânia, em 09/09/09.

5_ N. C. G. 64 anos, moradora de Niquelândia. 11/08/09.

consolidar o ponto fixo, a Igreja organiza o espaço em torno da imagem de Nossa Senhora D'Abadia como ponto principal de onde parte o sentido de sacralidade territorial. Essa sacralidade é evidenciada pelo ritual simbólico da criação, da repetição, do rito de adoração da imagem como sagrado.

A construção dos espaços sagrados relaciona-se com a ideia do Cosmos e do reordenamento do Caos, como afirma Eliade (1998). Cosmos (re) ordenado por meio do Centro, no qual pode-se entrar em contato com o Céu. No Muquém, esses momentos de transcendências espirituais são percebidos durante os rituais realizados no espaço sacralizado. O espaço criado ou recriado, pela ocasião da Festa, tem suas características próprias, as quais revelam sua organização simbólica pontuada pelos rituais repetidos todos os anos. No Muquém, a ligação simbólica garante uma territorialidade constituída de experiências que perpassam a valorização do simbólico e dos rituais que também compõem o arranjo do espaço sagrado e do espaço profano. No caso da festa de Muquém, a dimensão do simbólico sagrado irá gerar o padrão de inserção dos romeiros na festividade.

Conforme já colocado, o espaço criado, nessas localidades analisadas, em função da hierofania, ou seja, o santuário, a imagem da santa, a natureza, pela representação simbólica embutida ali, torna-se a acumulação máxima da expressão do sagrado.

Considerações finais

As festividades religiosas são possiblidades de vivências construídas simbólicas e temporariamente capazes de reorganizar a dimensão de uma sociabilidade A festa permite uma ligação espacial e territorial. Nas ruas, aglomeram pessoas que passam a condição de moradores temporários dos lugares festivos. Essa morada pode durar apenas algumas horas ou semanas, mas é suficiente para mudar os aspectos do local.

A igreja ou local sagrado torna-se o centro principal da atração, as pessoas circulam nos seus arredores e, para estarem na festa, organizam-se de formas diferenciadas. Os participantes investem na preparação de acampamentos, lugares para moradia, visando ao contato com o seu padroeiro.

A identidade territorial, no Muquém, está representada na prática religiosa dos devotos e na apropriação simbólica expressiva dada àquele espaço. Essa dimensão simbólica é integrada ao sentimento de pertença que os frequentadores têm para com a festa, tornando-se capaz de produzir os símbolos territoriais. Esses podem ser exemplificados no percurso entre a cidade de Niquelândia e o povoado de Muquém, bem como a própria imagem da Santa. Essa representação reforça seu poder quando sai de Niquelândia carregada pelos fiéis e chega até o Santuário de Muquém a casa da santa.

Em Posse D'Abadia, a tradição da romaria expressa fortemente a identidade territorial e religiosa. Mediante a história do povoado, fica posto que, a presença da Santa e sua celebração constituem o principal marco dessa identidade. As condições inóspitas ali apresentadas são fatores que impulsionam a mudança de moradia, mas a ligação território/padroeiro é estabelecida pela identidade territorial. Essa fica expressa com o envolvimento dos devotos/habitantes e dos devotos/não habitantes com a festa e sua organização: a escolha dos festeiros, a programação religiosa e social, bem como as invenções de atividades paralelas incorporadas às festas, que dinamizam seu desenvolvimento e reforçam suas tradições.

Referências

ALMEIDA, M. G. Geografia Cultural: contemporaneidade e um *flashback* na sua ascensão no Brasil. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C.L.; SILVA, M. (Orgs.) **Espaço e Tempo:** Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009, pp. 243-259.

BRASIL, A. A. **Súmula da História de Goiás.** Goiânia: DEC, 1978, 178p.

DA MATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, 126p.

D'ABADIA, M. I. V. **A Romaria do Muquém na Fluidez do Espaço e Tempo Sagrados e Profanos.** 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2002.

_____. Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade – GO. 260 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Estudos Socio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2010.

DI MÉO, G. **La Géographie en Fêtes.** Paris: Ophrys, 2001, 270p.

ELIADE, M. **Tratado de História das Religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1998,479p.

FRANÇA, B. T. **Cancioneiro e Trovas do Brasil Central.** Goiânia: Oriente, 1977, 342p.

FRANÇA, R. D. **As trajetórias socioespaciais dos Carreiros da Fé da Romaria do Divino Pai Eterno em Goiás.** 114 f. Dissertação (Mestrado). Goiânia, IESA-Universidade Federal de Goiás, 2008.

LACERDA, Regina. **Cantigas e Cantares.** Goiânia: Ed. UFG, 1979, 38p.

LOBO, T.C. **A singularidade de um lugar festivo: o reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o juizado de São Benedito em Pirenópolis.** 197 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Estudos Sócioambientais - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

QUEM TE OLHOU, MAS NÃO TE VIU: REPRESENTAÇÕES DO MARAVILHOSO SOBRE O CERRADO GOIANO NO SÉCULO XVIII

Eliézer Cardoso de Oliveira[1]

Introdução

Um dos pressupostos mais evidentes da chamada História Cultural é aquele que afirma que olhamos o mundo a partir dos nossos referenciais culturais. É por isso que a categoria "representação" tornou-se a mais relevante para essa vertente historiográfica, pois revela aos historiadores um novo e quase inexplorado campo de análise histórica: o campo do simbólico, o campo das práticas discursivas, o campo das narrativas. É nesse sentido que Sandra Pesavento afirma que:

> As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. (Pesavento, 2005, p. 41).

Este texto é guiado metodologicamente pela perspectiva de que as narrativas do passado estão permeadas de representações simbólicas e que,

1_ Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis). Doutor em Sociologia, pela Universidade de Brasília. ezi@uol.com.br.

portanto, precisam ser desvendadas hermeneuticamente. Nesse sentido, a compreensão dos relatos dos séculos XVIII que descrevem o ambiente do cerrado no Planalto Central requer inseri-los dentro de um contexto sócio-cultural específico, ou seja, colocá-los dentro de "estruturas locais de saber" (Geertz, 1997, p. 13). Para isso, é preciso uma abordagem hermenêutica desses relatos. A hermenêutica é uma técnica de interpretação de textos antigos (religiosos, jurídicos, históricos, etc.), que atualmente está ganhando cada vez mais relevância na interpretação de fenômenos culturais. A análise hermenêutica parte do pressuposto de que a compreensão de um fenômeno cultural requer a interpretação dos códigos simbólicos em que ele está situado.

Desse modo, os relatos sobre a natureza não podem ser concebidos como uma descrição fidedigna da realidade. Eles não podem ser dissociados dos interesses econômicos, das crenças religiosas, da vinculação institucional ou profissional dos autores desses relatos. Nesse sentido, os relatos sobre a natureza, às vezes, informam mais sobre o universo simbólico do autor do que propriamente sobre a natureza descrita.

Com o início da colonização de Goiás a partir de 1722, pessoas procedentes de diferentes regiões adentraram o cerrado: os portugueses, provenientes da Europa; os bandeirantes paulistas provenientes do litoral; os baianos provenientes do sertão nordestino; os africanos, provenientes do continente africano. Com isso, o cerrado, com suas particularidades ecológicas, tornou-se objeto da vivência e da representação cultural dessas pessoas que vieram habitá-lo ou visitá-lo.

O cerrado é um bioma singular, com diferenças significativas em relação à floresta amazônica, à mata atlântica, aos pampas sulistas e à caatinga nordestina, embora tenha pontos de interfaces com a maioria desses biomas. Uma das mais relevantes especificidades do cerrado, em tempos de normalidade meteorológica, é a existência de uma rígida alternância entre um período seco e um chuvoso. Poucos lugares do mundo alteram-se tão drasticamente com a mudança dessas estações. No período seco, as árvores perdem as folhas, os pastos ficam ressequidos, a umidade abaixa-se a um nível quase patológico, as temperaturas diurnas são elevadas e as noturnas baixas ocasionadas pela baixa umidade do ar. Eleva-se o nível de evaporação

e os rios e córregos perdem quase toda a sua água. É o período suscetível ao fogo que consome a vegetação. Com a volta da estação chuvosa nos meses de setembro/outubro, a paisagem se transforma radicalmente. Incontáveis tonalidades de verdes se oferecem ao observador, a amplitude térmica diminui, os rios e córregos tornam-se fartos de água. Às vezes até demais, provocando graves enchentes.

Por causa de suas especificidades, o domínio do cerrado foi objeto de narrativas que ressaltaram o exotismo de sua paisagem, acarretando uma visão maravilhosa do ambiente natural. Portanto, a proposta deste texto é analisar esses relatos, procurando enfatizar os elementos simbólicos presentes nessas descrições do cerrado goiano.

O maravilhoso

A falta de conhecimento da especificidade do bioma do cerrado fez com que as primeiras narrativas que procuravam descrevê-lo utilizassem elementos do chamado maravilhoso. Essa categoria estética é condizente com um estado de espírito que expressa o deslumbramento diante de algo que é admirável e o reconhecimento da incapacidade de explicar esse algo racionalmente. Portanto o maravilhoso abrange desde a simples admiração diante da grandeza de um fenômeno natural raro até o estupor diante do prodígio milagroso. Desse modo, a presença do maravilhoso, no seu sentido mais agudo era bastante freqüente nos escritos da Antiguidade e do mundo medieval.

Para Cynthia Morais, o maravilhoso é uma categoria fundamental para se compreender o espanto, a admiração, a surpresa, o encantamento e a incredulidade de Heródoto diante das *histórias* dos povos bárbaros que visitou. A relevância dessa categoria nos escritos da Antiguidade se explica pelo fato de que

> O maravilhoso era, muitas vezes, indicações que os deuses endereçavam aos mortais, cujo caráter insólito permitia a compreensão de um significado oculto, situando o homem fora das normas cotidianas. Atentas aos fenômenos inabituais, as pessoas buscavam captar-lhes os sentidos. Todos os aconteci-

> mentos relativos à natureza eram acompanhados com atenção, uma vez que podiam ser, de alguma forma, dotados de profundos significados. (Morais, 2004, p. 136).

Daí o abundante interesse dos escritores da antiguidade nos fenômenos que desafiavam a lógica racional da natureza. Heródoto relatou exemplos de animais fantásticos, como, por exemplo, as serpentes aladas da Arábia (*idem*, p. 106), ou acontecimentos que desafiavam as leis da natureza, como o caso da mula que deu cria, durante o cerco persa à Babilônia (*idem*, p. 113). A *História de Roma,* de Tito Lívio, também contém alguns exemplos do maravilhoso, como a chuva de pedra que desabou sobre o Monte Albano (Livro I, cap. XXXI). Na mesma orientação, Flávio Josefo, em sua *Guerra dos Judeus contra os Romanos,* relata que, na véspera da destruição do templo de Jerusalém pelos romanos, uma "vaca que era levada para ser sacrificada deu à luz um cordeiro no meio do Templo" (Josefo, Livro VI, cap. 31).

A presença do maravilhoso continuou forte durante toda a Idade Média européia e foi reavivada com as descobertas marítimas. Sérgio Buarque de Holanda, no seu magnífico *Visão do Paraíso*, analisa o imaginário edênico que corroborou a utilização do maravilhoso na descrição da natureza do Novo Mundo pelos colonizadores ibéricos. Daí a procura, principalmente por parte dos espanhóis, de lugares maravilhosos na América, como a lagoa ou serra dourada, a fonte da juventude, o país das amazonas, dentre outros. Até os portugueses, reconhecidamente mais realistas do que os espanhóis, não deixaram de se maravilhar com o exotismo da nova terra descoberta. O que maravilhava os portugueses era principalmente os metais e pedras preciosas, mas não deixaram de se deslumbrar com o exotismo da fauna e da flora da colônia. Para Holanda,

> Parece, assim, fora de dúvida que, se aqueles metais, aquelas pedras rutilantes e raras, podem seduzir vivamente aos cobiçosos da riqueza e grandeza da terra, por outro o fascínio que despertam tem sua origem na mesma atração exercida por algumas das formas mais vistosas, peregrinas, às vezes monstruosas, singularmente, do reino animal. São quase sempre os animais heráldicos e ornamentais, e ainda os exóticos, raros ou,

> muito comumente, os fabulosos, que alcançam então a dignidade suprema. (Holanda, 2000, p.247).

E o maravilhoso da fauna não se refere, necessariamente, aos animais mitológicos, como as sereias supostamente avistadas por Colombo ou a fênix, mas a animais ordinários que revelavam um significado transcendental. Foi o caso, por exemplo, do inofensivo louva-a-deus, admirado pela sua postura de devoção e principalmente pela sua suposta qualidade de se transformar em madeira (*idem*, p. 262).

Uma categoria que permite compreender essa visão maravilhosa dos antigos sobre a natureza é o encantamento do mundo. Weber a formulou, por contraposição, quando afirmou que uma das características básicas da modernidade é o desencantamento do mundo, ou seja, a consciência de que "não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo" (Weber, 1982. P. 165). Nesse sentido, o desencantamento da natureza foi fundamental para a sua apropriação como uma mercadoria, pois segundo Claude-Gilbert Dubois,

> Num universo em que os objetos são apenas objetos, o sujeito está livre para se apossar do mundo sem escrúpulos, e para instaurar uma relação de domínio ou de intercâmbio material em lugar do cerimonial e do ritual que caracterizam a relação com o mundo mágico, onde os objetos têm virtudes e contêm almas. (Dubois, 1995, p. 2005).

Essas colocações de Weber e Dubois sobre o desencantamento do mundo são úteis para os propósitos deste trabalho, porque o momento em que o cerrado foi incorporado ao projeto de colonização portuguesa coincidiu com o Iluminismo, quando o racionalismo na contemplação da natureza se tornou uma regra. Nesse novo ambiente intelectual, o maravilhoso no sentido de prodígio quase que desapareceu entre as pessoas cultas; permaneceu, no entanto, o maravilhoso no sentido de admiração e reconhecimento da grandeza das espécies e elementos da natureza. Desse modo, os textos sobre o cerrado goiano do século XVIII, embora inseridos no contexto das Luzes, vão ainda manter resquícios de uma visão ainda encantada da

natureza.

O maravilhoso em Goiás

Os primeiros relatos enfocando os elementos naturais do cerrado foram produzidos pelos bandeirantes. Voltados para a busca de riquezas, esses exploradores reproduziram o imaginário edênico da imensidade de riquezas existentes no sertão. Isso explica o mito da Serra dos Martírios, criado na Bandeira de Bartolomeu Bueno, o pai, segundo o qual haveria, esculpidos nessa serra, os elementos imagéticos do martírio de Cristo, tais como a coroa, a lança e os cravos (Alencastre, 1979, p. 45). Sendo uma das representações simbólicas mais importantes do Cristianismo, o martírio inspirou outras visões maravilhosas da natureza brasileira. Uma delas foi a visualização dos sofrimentos de Cristo na flor do maracujá, em que aparecem "distintamente impressas, as insígnias dos padecimentos do Senhor: cravos, colunas, açoites, coroa de espinhos e chagas, tudo disposto numa ordem que, se não espelha exatamente a dos sofrimentos de Jesus, é ainda assim um deleite para os olhos". (Holanda, 2000, p. 280).

Os bandeirantes procuravam nas inscrições da natureza do cerrado signos místicos que poderiam revelar incontáveis tesouros naturais escondidos. No Roteiro de Urbano de Couto, importante documento do imaginário bandeirante, há uma descrição maravilhosa de uma rocha singular da geologia goiana:

> é uma perfeita obra da natureza, que se poderá ter por uma das maravilhas do mundo; é a tal pedra redonda tão alta como dizem da Torre de Babel; tem da parte do sul uma escada bem feita, obra da natureza, por onde se sobe e tem em cima um assento em que bem poderiam estar 20 mil soldados formados à vontade; da parte do norte nenhuma pessoa, por mais animada que seja pode olhar para baixo que não tema, porque não alcança com a vista o fundo: corre de leste para oeste uma serra tão alta que parece que vai as nuvens e que parece ser fiadora de muitas riquezas. (Couto, 1750, p. 27).

Os elementos que compõem o maravilhoso dessa descrição a ponto de ser considerada uma das "maravilhas do mundo" são os seguintes: a vinculação com o imaginário bíblico, a monumentalidade e as promessas de riquezas.

Tanto no Roteiro do Urbano, como no Mito da Serra dos Martírios, o maravilhoso está inscrito na configuração das rochas e serras. Eram esses os locais onde deveriam estar as riquezas cobiçadas. E aquelas em que os formatos remeteriam a simbologias culturalmente valorizadas – o martírio de Cristo ou a Torre de Babel – podiam ser guardiãs dos tesouros ocultos.

Por outro lado, os outros elementos da natureza do cerrado, a fauna e a flora, não eram dignos de admiração por parte dos bandeirantes. Os animais e plantas eram considerados como obstáculo ou como apoio para a busca das riquezas minerais. Um exemplo dessa visão instrumentalizada da natureza do cerrado é a descrição de parte da jornada da Bandeira do Anhanguera, realizada por José Peixoto da Silva Braga. Ele acompanhou a bandeira, desde o seu início em 1722, possivelmente na condição de um espião real (Bertran, 2000, p. 65), permanecendo nela por 10 meses, quando a abandonou por causa de conflitos com capitão. A sua descrição da natureza do cerrado enfatiza apenas o aspecto do abastecimento alimentar. Por exemplo, sobre o rio, que para ele era o Meia Ponte, ele afirma apenas que era "caudaloso, tem bastante peixe" (Braga, 1734, p. 14). Noutra ocasião, ele disse: "demos em umas grandes chapadas faltas de todo o necessário, sem matos nem mantimentos, só sim com bastantes córregos, em que havia algum peixe, dourado, traíras, e upiabas" (*idem*). Em nenhum momento, seu relato deixa antever qualquer excitação com a beleza da paisagem que estava visitando.

A "insensibilidade" de Silva Braga pode ter sido conseqüência das mazelas que sofreu. Quando ainda estava na companhia dos demais membros da bandeira, sentiu o quanto o bioma do cerrado pode ser letal, para viajantes despreparados, no período seco. A falta de alimentos foi tamanha, que o português ficou tão desfalecido que não conseguia nem subir no cavalo sozinho (*idem*, p. 15). Depois que ele abandonou a bandeira, sofreu ainda muitas desventuras: foi atacado por morcegos "de sorte que andávamos todos banhados em sangue" (*idem,* p. 20); sofreu uma colossal prisão de

ventre por ter inadvertidamente ingerido sementes de jenipapo, que teve que improvisar pequenas varas como cristel; passou por um naufrágio no rio Tocantins e quase se afogou por não saber nadar. Talvez por essas agruras, o seu relato não contenha nenhum indício de admiração pelos elementos naturais que ele teve a oportunidade de contemplar.

Após os bandeirantes, vieram os colonizadores. Os principais desafios era explorar o ouro, produzir alimentos, construir cidades, cobrar impostos, civilizar os indígenas, manter os escravos como escravos. Tudo isso em um ambiente físico significamente diferente do existente em Portugal e mesmo no litoral do Brasil. Nesse sentido, um morador do Arraial da Anta, Alexandre Afonço Veloso, em 1783, apontou as especificidades do ecossistema do cerrado, que explicavam a sua baixa produtividade agrícola:

> Esta terra é quente. Os matos largam a maior parte das folhas e sucede a maior parte dos anos, não haver uma só trovoada em toda a seca, o que não sucede nas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e outras terras, que sempre há suas chuvas. E quando não haja da páscoa para diante, há neblina, que quando vem aparecer o sol, são oito horas e às vezes nove, e por esta causa não desfolha tanto os matos. Também por serem as árvores mais altas, conservam-se as terras mais frescas, de sorte que quando se queimam as roças, não se queimam os matos, o que não sucede cá pelas razões ponderadas, em que entram os fogos e abrasam os matos. (Veloso, 1783. p. 138)

Veloso destaca a intensidade do período seco goiano, às vezes, sem uma "única trovoada"; a intensidade do sol, decorrência da fraca nebulosidade; e as árvores esparsas e com poucas folhas. Esses três fatores era um convite ao fogo que devastavam intensamente a fauna e a flora do cerrado.

Se a atividade agrícola era prejudicada, o mesmo acontecia com a pecuária. Antes de as fazendas de gado dominarem a paisagem do cerrado no século XIX, os primeiros criadores de gado vacum enfrentaram várias dificuldades. Um cronista anônimo, relatando sobre a produção pecuária de Cavalcante, em 1783, afirmou que "Seria a produção inumerável, se a infinita multidão de onças e tigres de toda a casta, jacarés, sucurius e outros ferozes,

os não devorassem, além dos mais danosos; sendo também muito prejudiciais os morcegos, que têm chegado a fazer despovoar fazendas" (Anônimo, 1783a, p. 188). Descontando o exagero do cronista, ao colocar os tigres no bioma do cerrado, é fato que a chegada de um animal dócil e farto de carne, como o gado vacum, foi um verdadeiro banquete para os predadores que habitavam o cerrado. Foi preciso vários anos de combate direto e de destruição de seu habitat natural, para que bois e vacas pudessem finalmente reinar folgadamente nos pastos goianos.

A implantação de atividades econômicas mineradora, agrícola e pecuária requereu um conhecimento cada vez mais intenso das idiossincrasias do ambiente do cerrado. E esse aprendizado foi gradativo e demorado. Já na década de 1780, com mais de 50 anos do início efetivo da colonização de Goiás, um cronista, afirmou sobre a Serra Dourada: "É fama constante que sobre esta Serra chove só uma ou duas vezes em Fevereiro ou Março, e chovendo sempre da parte d´aquém e d´além dela, em cima não chove" (Anônimo, 1783b, p. 118). Como o mês de fevereiro é geralmente bastante chuvoso em Goiás, a crença de que o topo da Serra bloqueava as chuvas só podia ser conseqüência de uma visão maravilhosa que imputava qualidades misteriosas ou incomuns às serras auríferas.

Essa visão maravilhosa das serras auríferas foi bastante comum no século XVIII. Em quase todas as culturas conhecidas, o brilho intenso do ouro fascinava, tornando um metal especial. Para o antropólogo Jack Watherford, "as pessoas por todo o mundo notavam a semelhança de sua cor com a do sol, uma coincidência à qual atribuíam um significado especial" (Watherford, 2005, p. 29). Por isso, o ouro era presenteado aos deuses em sociedades que cultuavam o sol, como a egípcia e a inca. Nesse sentido, a coroa de ouro usada por reis e pelo papa pode ser uma sobrevivência cultural do paganismo antigo, sugerindo raios do sol emanando da cabeça régia ou papal. Por isso, não é de se estranhar o encantamento que se imputava as serras auríferas em Goiás, procurando relacioná-las a elementos da liturgia cristã – como a Serra dos Martírios – ou a elementos cotidianos, como por exemplo, o Morro do Chapéu, cuja toponímia se explica pelo fato de que o "monte onde se descobriu ouro tem a figura de um chapéu desabado". (Anônimo, 1783c, p. 79). Nas riquíssimas minas de Pilar, havia "umas pe-

dras com uns abertos que representam Caras de gente e outras figuras muito reparáveis. Não há notícias de quem fizesse aquela obra. Assentam ser da natureza." (Idem, p. 78). O mesmo cronista afirma que "Antes do Arraial de S. Félix duas léguas, indo para o Norte, se vê ao pé da Estrada uma Tromba da pedreira negra e uma concavidade por ela abaixo, que o pavor faz não se averiguar a sua profundidade." (*Idem*).

O cuidado e a expectativa com que os mineradores inquiriam as formações rochosas em busca do ouro levavam-nos a imputar nas rochas o seu imaginário. Daí o dourado do brilho o sol nas rochas ser indicativo de riqueza aurífera da Serra Dourada, da mesma forma que o utilíssimo chapéu o ser do morro homônimo. Da mesma forma que as rochas negras à beira do abismo e as rochas com rosto humano comporem a visão maravilhosa do cerrado goiano.

Conclusão

Portanto, imbuídos da *auri sacra fames,* os bandeirantes e os primeiros colonizadores de Goiás apresentaram uma visão maravilhosa dos locais auríferos. Nesse sentido, uma análise hermenêutica desses relatos, levando em conta o universo de representações simbólicas a que estavam inseridos, revela que o brilho do ouro ofuscou o seu olhar. Olharam para as serras e viram sobretudo o maravilhoso, indicando a possibilidade de riquezas infindas.

Bibliografia Utilizada

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás.** Goiânia: Sudeco, 1979.

ANÔNIMO. 1783b. Descrição das lavras do Rio Vermelho e seus braços, da cachoeira abaixo desta Vila, até a barra do Rio Ferreiro, onde principia a Freguesia da Anta. In. BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capi-**

tania de Goiás. Goiânia: UCG, UFG. Brasília: Solo Editores, 1996. P. 109 –120.

ANÔNIMO. Cavalcante. 1783a. In. BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás.** Goiânia: UCG, UFG. Brasília: Solo Editores, 1996. P. 183-189.

ANÔNIMO. 1783c. Descrição da Capitania de Goiás e Tudo que nela é notável até o ano de 1783. 1783. In. BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás.** Goiânia: UCG, UFG. Brasília: Solo Editores, 1996. P. 73 a 86.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central.** Brasília: Editora Verano, 2000.

COUTO, Urbano de. Roteiro de Urbano de Couto. 30 de julho de 1750. In. SILVA, Henrique. A bandeira do Anhanguera a Goiás em 1722: reconstituição dos roteiros de José Peixoto da Silva e Braga e Urbano de Couto. In. **Memórias Goianas I.** Goiânia: Editora da UCG, 1982. P. 9-31.

DUBOIS, Claude-Gilbert. **O imaginário da Renascença.** Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1995.

GEERTZ, Clifford. **O saber local.** Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Visão do Paraíso.** São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

JOSEFO. Flávio. **Guerra dos Judeus contra os romanos.** In. História dos Hebreus. Obra completa de Flávio Josefo. Trad. Vicente Pedroso. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2004. P. 933-1424.

LÍVIO, Tito. **História de Roma. Livro I: a monarquia.** Trad. Mônica Costa Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

MORAIS, Cynthia. **Maravilhas do Mundo Antigo: Heródoto, pai da história?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

VELOSO, Alexandre Affonço. Descrição geográfica do território e Freguesia da Anta em 1783. 1783. In. BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás.** Goiânia: UCG, UFG. Brasília: Solo Editores, 1996. P. 129-142.

WEATHERFORD, Jack. **A história do dinheiro.** Trad. June Camargo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In. GERTH, H. H.; MILLS, Wright (org.). **Max Weber: ensaios de sociologia.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1982. P. 154-183.

QUANDO O SERTÃO CHEGOU AO MAR: O TERRITÓRIO GOIANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX SOB A ÓTICA DA REVISTA A INFORMAÇÃO GOYANA [1]

Maria de Fátima Oliveira[2]

> O aparecimento hoje desta publicação se justifica pela própria necessidade que havia de um órgão informativo e de propaganda das incomparáveis riquezas nativas do interland brasileiro... (A Informação Goyana)

Aos quinze de agosto de 1917 - um século após a visita de diversos viajantes estrangeiros, cientistas que percorreram grande parte do território de Goiás e deixaram relatos, em sua maioria, preconceituosos e negativos sobre as condições da província e da população - é fundada no Rio de Janeiro a Revista A Informação Goyana. Sob a direção de dois goianos, Henrique Silva e Americano do Brasil[3] , a revista teve como objetivo principal divulgar

1_ Texto elaborado a partir de resultados parciais do projeto de pesquisa Quando o Sertão chegou ao Mar (1917/1935): Goiás sobe a ótica da Revista A Informação Goyana, que contou com a colaboração de dois bolsistas de Iniciação Científica, acadêmicos do Curso de História em 2011: Bruno Gonçalves dos Santos e Tais de Oliveira Ferreira.

2_ Doutora em História pela UFG. Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UnUCSEH/UEG), Campus de Anápolis. E-mail: proffatima@hotmail.com

3_ Em março de 1918, Americano do Brasil deixou a direção da revista para ocupar um cargo político em Goiás, ficando, a partir daí sob a direção apenas de Henrique Silva. A revista contava com a participação de inúmeros colaboradores goianos. Henrique Silva nasceu em Bonfim, atual Silvânia em 1865. Antes de fundar esta revista, já possuía experiência como jornalista, tendo colaborado em jornais como, Jornal do Comércio, Diário de Notícias e Jornal do Brazil. Americano do Brasil também era natural de Bonfim, formado em medicina no Rio de Janeiro. Colaborador em outras revistas, além de autor de vários livros, dentre eles, Pela História de Goiás.

as riquezas e possibilidades econômicas do Brasil Central, principalmente de Goiás, e torná-las conhecidas no âmbito nacional para incentivar investimentos na região. Com finalidade publicitária, educativa e política a revista pretendia também, segundo seus editores, fornecer informações que eram omitidas pela grande imprensa, principalmente no que diz respeito à imprensa carioca. Sua circulação, que durou até 1935, não ficou restrita à capital federal (Rio de Janeiro) e Goiás, sendo lida também nos outros estados brasileiros e até mesmo em outros países.

Este meio de comunicação impresso que cobriu quase 20 anos de informações sobre este extenso território é uma fonte importante para pesquisas que abordam diversos temas e objetos. Outros pesquisadores já se dedicaram ao estudo desse documento significativo para a História de Goiás e do Brasil, com bons resultados, mas ele ainda oferece inúmeras possibilidades para novas abordagens. Sua leitura deve, entretanto, ser cuidadosa[4] , pois como qualquer outro documento histórico, está permeado de valores que precisam ser analisados e questionados.

Em seu primeiro número, Henrique Silva torna evidentes as intenções da criação da revista, quando afirma que, um de seus principais esforços é "colocar diante dos olhos dos capitalistas, dos industriais e dos comerciantes as possibilidades econômicas sem conta do Estado mais central e menos conhecido do Brasil". E ainda, se propõe a corrigir dados erroneamente publicados sobre Goiás:

> O que é mister é tornar melhor conhecidos de nós mesmos e dos estrangeiros o seu salubérrimo clima, as suas riquezas extraordinárias, as suas fontes de vida [...] como também refutar com fatos e algarismos exatos as apreciações injustas que tantas vezes em livros e na imprensa se tem propalado acerca da terra goyana ((SILVA; BRASIL, 1917, Ano I/Vol. I/ n. 1).

O período que corresponde à publicação da revista abrange parte da chamada República Velha, bem como a Revolução de 30. Após o auge da mineração no Século XVIII, Goiás não encontrou imediatamente um pro-

4_Um referencial teórico e metodológico importante para se trabalhar com periódicos desta natureza é o texto de Tânia Regina de Luca, "Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos", citado nas referências finais.

duto que substituísse de modo satisfatório a extração de minérios, passando por um longo período de readaptação à situação que se impunha pela escassez do ouro de aluvião. Pode-se dizer que, por todo o século XIX _ estigmatizado como o século da decadência por viajantes estrangeiros e também por alguns historiadores _ Goiás não encontrou um produto que oferecesse uma saída econômica para a substituição da riqueza fácil da extração aurífera do conhecido século do ouro. No advento do século XX, até o final das suas três primeiras décadas, a situação de Goiás, segundo Luis Palacin (1989) não se modificara substancialmente, pois o mesmo continuava pouco povoado, quase integralmente rural e com uma economia de subsistência. "... até 1930 o Estado de Goiás continuava fora da corrente de progresso, que nos últimos 80 anos vinha transformando São Paulo e outros estados, pela modernização da agricultura e de um começo de industrialização (PALACIN, 1989, p.91).

São diversos os assuntos tratados na revista, mas com uma visível predominância das questões voltadas para as imensas riquezas naturais, que, se devidamente exploradas, traria resultados econômicos positivos para o desenvolvimento do Brasil Central. Na impossibilidade de abordar todos os assuntos publicados, selecionamos os seguintes temas: as riquezas naturais, a problemática dos meios de transportes, principalmente no que diz respeito aos rios e a navegação, a educação,as questões indígenas, as intrigas pela definição dos limites de Goiás, as questões ambientais e também artigos sobre A Informação Goyana.

Ao longo dos 213 números que compõem os dezenove volumes da revista, são reproduzidos diversos artigos de outros periódicos que elogiam a publicação da revista.Henrique Silva preocupava-se em corrigir os equívocos sobre Goiás, cometidos por outros meios de comunicação que, segundo ele, eram comuns, e noticiar Goiás de uma forma mais positiva e propagandista. A revista contém, além de longos textos, também fotografias e mapas. Sua circulação chegou ao fim com a morte de Henrique Silva, em 1935.

Como exposto acima, as *riquezas naturais* receberam muita atenção e espaço nas páginas da revista. Artigos sobre a riqueza da flora, fauna e minérios abundam, com títulos como: "Riquezas nativas de Goyaz" "Riquezas mineralógicas de Goyaz", "O ouro em Goyaz", "A fertilidade e a vegetação

do solo goyano", "O cristal de Goyaz", "O amianto em Goyaz", "Mais um enorme diamante descoberto em Goyaz", e, ainda, a propaganda sobre a existência de carvão e petróleo em Goiás! Sobre este assunto – a existência de petróleo em Goiás - o autor finaliza dizendo que o território goiano não foi visitado por um geólogo encarregado de sondar a possibilidade de haver petróleo no Brasil, e que, "Infelizmente, para a maioria de nossos patrícios, só existem duas regiões brasileiras – o norte e o sul. A mais rica e desconhecida região [o Centro Oeste] é para eles como se não existisse" (SILVA; BRASIL, 1919, Ano III/ Vol. III/ N. 4).

Em geral, o teor dos textos era o de defesa e incentivo ao aproveitamento de toda esta riqueza que jazia desconhecida e/ou esquecida, mas que, se explorada, faria a diferença para a economia do país.

> A riqueza incalculável do Tocantins e do Araguaia em castanhas de babaçu, borracha, madeiras, inúmeros frutos de óleos e bem assim as magníficas pastagens naturais que se estendem pelo vale, [...] grandes rebanhos de bovinos, sem contar ainda a fertilidade extraordinária da terra para todos os cereais, inclusive o trigo, tudo mostra que o aproveitamento econômico da região importaria em formidável acréscimo dos recursos de produção do Brasil (SILVA; BRASIL, 1925, Ano VIII/ Vol. VIII/ n. 9).

Quanto aos *meios de transportes,* também foram tratados com grande relevância na revista, pois, entendiam que para explorar e fazer circular as riquezas naturais necessitava-se de satisfatórias vias de escoamento para elas. Região situada no centro oeste do país, distante dos centros econômicos e com um sistema ineficaz de transportes, tinha seu desenvolvimento econômico comprometido, pois esta situação travava o povoamento, e, consequentemente, sua participação na onda de desenvolvimento nacional. Enquanto as regiões mais desenvolvidas do Brasil, tendo como base o setor cafeeiro, incrementavam o mercado interno, ampliavam os transportes e a indústria, Goiás não conseguia participar de modo ativo e atuante neste desenvolvimento, principalmente devido à sua localização geográfica, longe do mar e carente de vias de comunicação.

Até mesmo o desenvolvimento de uma agricultura mais intensiva esbarrava no deficitário meio de transporte, pois uma grande produção de grãos não se justificaria somente para o mercado regional, indispensável seria garantir seu escoamento. O único produto que se destacava como atividade econômica mais importante nesse período era o gado, que não exigia mão de obra em grande escala e que era também favorecido pelas pastagens nativas abundantes e facilidade de transporte, por ser uma mercadoria que se autotransportava.

O tratamento dado à questão dos transportes na revista *A Informação Goyana,* evidencia a posição dos editores sobre a necessidade de investimentos em melhorias dos meios de comunicação para o progresso de Goiás, condição *sine qua non* para sua participação de modo mais intenso na economia brasileira. Nesse sentido, os textos apresentavam alto teor de protesto, indignação e reivindicações para uma região que, segundo eles, possuía inúmeras riquezas cujo potencial poderia contribuir para o desenvolvimento do país.

Em artigo intitulado "Governar é construir estradas ou governar é educar o povo", fica evidente o pensamento de que, para que houvesse melhorias na educação, eram imprescindíveis melhorias nos meios de comunicação, pois, "A educação nasce e se desenvolve com o intercâmbio de idéias e conhecimentos, pelo contato dos indivíduos". Portanto, a melhoria dos meios de comunicação era a condição primeira para o tão almejado progresso de Goiás também nos outros setores, pois,

> Vias de comunicação significam contato entre os povos; [...] intercambio de valores materiais e, principalmente sociais; [...] criação de riquezas, elevação de nível econômico e consequentemente do moral e do intelectual [...]. Governar é construir estradas [...]. O natural, o racional e o lógico será pois criar vias de comunicação como base e ponto de apoio às medidas que adotar em prol da instrução (SILVA; BRASIL, 1929, Ano XIII/ Vol. XIII/ n. 5).

O transporte fluvial, também deficitário, mereceu muita atenção, principalmente no que se refere à exploração dos rios Araguaia e Tocantins. São

notícias, em sua maioria, chamando a atenção para o potencial que os rios e suas margens ofereciam e as possibilidades de exploração, principalmente por meio de investimentos que favorecessem a melhoria das condições de navegação.

É notável, nos discursos sobre os rios, a presença de abordagens elogiosas ao exagero, exaltando suas inúmeras riquezas e belezas naturais. Termos como majestade régia, praias lindíssimas, areias alvíssimas, magníficas ilhas verdejantes e perfumadas, madeiras nobres, raras e preciosas são uma constante nas publicações da revista. Os textos sobre os rios são geralmente ilustrados com fotos da época, que, apesar de não serem de boa qualidade, ajudam a compreender melhor o espaço/tempo por meio das paisagens, da população, das embarcações, bem como da diversidade da flora e fauna da região.

Quanto às possibilidades de navegação, os rios são apresentados, na maioria dos artigos, como francamente navegáveis, ou como sendo de fácil solução com a efetivação de investimentos para transformá-los no principal meio de comunicação da região central do Brasil com o litoral norte. Este posicionamento é contrastante com a realidade sobre as medidas e investimentos de fato realizados em prol da navegação destes rios desde o século XIX. A navegação que se efetivou de fato era bastante dificultosa, realizada em rústicas embarcações, com constantes acidentes e muito demorada – gastava-se em torno de seis meses em uma viagem de ida e volta do Alto Tocantins à Belém no Pará.

A imagem que fica sobre a temática rios/navegação na revista é a de uma visão romântica e idílica no que se refere às belezas naturais dos rios, da vegetação em suas margens e das ilhas, principalmente, a ilha do Bananal. Quanto ao problema da navegação, percebeu-se que o discurso predominante era o que exaltava suas potencialidades, minimizando as dificuldades para tornar esses rios francamente navegáveis e uma constante defesa de maiores incentivos em prol da melhoria da navegação, que seria a solução para as dificuldades de transportes que o Estado enfrentava no período.

Os transportes ferroviários, rodoviários e o aéreo também mereceram significativo espaço. Importante lembrar que na década de 1930 o Brigadeiro Lysias Rodrigues explorou o território goiano com o objetivo de

escolher as localidades onde seriam abertos campos de pouso[5] .

Mesmo não sendo tema central na revista, as questões indígenas são abordadas, embora de modo superficial, apresentando algumas características dos povos indígenas da região e suas lendas. Aparecem, por exemplo, discursos de deputados defendendo medidas de proteção aos povos indígenas da região. Em algumas edições, há a transcrição de várias palavras indígenas com seus significados e um estudo sobre o vocabulário tupi guarani.

Os conflituosos limites de Goiás no período também foram bastante noticiados. São várias as publicações que analisam os territórios em litígio, os argumentos utilizados para a posse de tais territórios, as diversas delimitações já efetivadas, a questão da identidade dos habitantes dessas áreas litigiosas e constantes denúncias de usurpação ilegal de terras fronteiriças pertencentes à Goiás. As principais referências são sobre as delimitações entre os estados de Goiás e Mato Grosso e Goiás e Minas Gerais.

Para este período da História de Goiás, que abrange a publicação da revista, já é possível perceber certa preocupação voltada para as questões ambientais, embora de modo sutil. Além dos constantes artigos que exaltam a exuberância da flora e fauna goiana, muitas retificações de equívocos cometidos por cientistas que não conheciam a região e principalmente alertas para problemas como a pesca predatória, o desmatamento e as queimadas.

Em 1924, a questão da necessidade de elaboração de um código florestal é abordada na revista. Para tal, teria Americano do Brasil participado de uma conferência na qual se discutia a política florestal. Segundo ele, a elaboração desta legislação seria o início da resolução do problema florestal e do abandono em que as matas se encontravam (SILVA; BRASIL, 1924, Ano VII/ Vol. VII/ n. 11).

No ano seguinte, a Revista trás um artigo intitulado "A carestia de pescado na Capital de Goyaz", no qual relata a escassez de peixes no Rio Vermelho e no mercado da Cidade de Goiás. A explicação era a de que esta

5_ De acordo com Cambeses Jr. (2007), Lysias Augusto Rodrigues (1896-1957) teve a incumbência de estudar as possibilidades de ampliar os vôos do Correio Aéreo Militar (CAM) pelo interior, a fim de estender a rota Rio São Paulo até o Estado de Goiás. Em 1931 iniciou-se uma expedição com o objetivo de reconhecer o território e implantar campos de pouso, o que viabilizaria a navegação aérea e criaria condições imprescindíveis para a execução de vôos dos grandes centros do Brasil para a Amazônia. Tal iniciativa ia permitir também uma nova e econômica rota para os vôos realizados entre os Estados Unidos e o Cone Sul do Continente.

escassez se devia, em parte, ao uso de dinamites nas águas do Rio Vermelho, que matava milhares de peixes sem proveito algum (SILVA; BRASIL, 1925, Ano VIII/ Vol. VIII/ n. 10).

As queimadas, bem como a preocupação com o reflorestamento também foram cotejados na Revista. Em nota intitulada "Reflorestamento", há um alerta para a necessidade de se fazer algo contra as derrubadas pelo machado e também do prejuízo causado pelo fogo, que são os grandes destruidores dos campos e matas de Goiás:

> Apelamos, aqui, pelo governo, no sentido de coibir o exagero das derrubadas, das queimadas, bem como fazer executar o Código Florestal, criando mesmo, se possível, um departamento de reflorestamento do Estado (SILVA; BRASIL, 1934, Ano XVIII/ Vol. XVIII/ n. 12).

E quanto ao ensino em Goiás, como foi abordado na revista? De modo geral, os textos são elogiosos, como uma nota que afirma ser Goiás o Estado que despende maior porcentagem de seu orçamento com ensino, superando São Paulo, que,

> rico e poderoso, com um orçamento folgado, distribui ao ensino 15% de sua receita. Goiás, com um orçamento três vezes menor do que o da municipalidade de Campinas,dá ao ensino, contudo, mais de 20% da receita pública, conseguindo assim, ao menos nesse ponto, superar a terra dos bandeirantes e dos cafezais (SILVA; BRASIL, 1932, Ano XVI/ Vol. XVI/ n.7).

Em artigo intitulado "O progresso do ensino em Goyaz", há a afirmação de que em 1931, Goiás contava com 212 estabelecimentos de ensino, e apenas um ano mais tarde, já apresentava 306. No entanto, percebe-se que por mais bem intencionadas que fossem as declarações sobre as boas condições do ensino em Goiás para o período, ressaltando os investimentos e esforços, a realidade provavelmente era bem mais desanimadora, com uma infra estrutura mínima. Nesse sentido, Nepomuceno (1994) afirma que praticamente tudo estava por ser feito no plano educacional em Goiás em 1930,

sendo que o índice de analfabetismo era estimado na época, em 86,3%.

Dentre outros temas também abordados temos: a transferência da capital federal, a saúde, a literatura, o folclore, produtos de exportação e a transferência da capital estadual. Observamos que alguns assuntos foram mais privilegiados que outros, recebendo maior atenção e destaque. As riquezas naturais, por exemplo, é um dos temas mais explorados, pois, como ficou explícito, este era o principal objetivo da revista, idéia que ancorava sua criação: divulgar tais riquezas no cenário nacional, principalmente no Rio de Janeiro, capital federal na época, e incentivar investimentos na região.

A preocupação com os meios de transportes foi uma constante em todos os números. Compreensível, pois, toda a riqueza de Goiás, "divulgada" na revista, pouca serventia teria se não houvesse como explorá-la e fazê-la circular. A questão do aproveitamento dos rios como meio de transporte, tão debatida durante todo o século XIX, e que continuava sem solução plausível, era recolocada em foco, sugerindo que investimentos nesse tipo de transporte ainda seria a solução para unir o interior do país ao litoral.

Os artigos sobre a educação e o meio ambiente, embora não formando um conjunto extenso, são interessantes pelo modo como foram tratados nesta fonte. Como o historiador "visita" o passado com questionamentos do presente, esses assuntos remetem a reflexões sobre problemas que estão na ordem do dia.

Por outro lado, um tema que supúnhamos, receberia muita atenção no periódico, seria o da "Revolução" de 30 - pois o período de publicação da revista abrange todo o processo: o antes, o durante e o depois – na verdade, não mereceu artigos nem notas consistentes. Isso não impede ao historiador/pesquisador de retirar alguma conclusão, pelo contrário, sabemos que o silêncio sobre determinado tema, às vezes pode dizer muito sobre o mesmo.

Portanto, o território goiano na primeira metade do século XX sob a ótica da Revista *A Informação Goyana* é a de um Estado com imenso potencial econômico a ser explorado, mas que pouca expressividade possuía na esfera política na época. A divulgação e propaganda das potencialidades do território goiano através da revista tinham o intuito de contribuir para incentivar investimentos para sua inserção na onda de crescimento pela qual o país passava.

Referências

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1978.

CAMBESES JR., Manuel. Major **Brigadeiro do ar Lysias Augusto Rodrigues: sua vida e sua obra.** Disponível em: http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a117.htm. Acesso em março de 2007.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade.** Goiânia: UFG, 1997.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A Ilusão Pedagógica 1930/1945: Estado, Sociedade e Educação em Goiás.** Goiânia: UFG, 1994.

PALACIN, Luis e MORAES, Maria de Sant Anna. *História de Goiás (1722-1972).* 5. ed. Goiânia: UCG, 1989.

SILVA, Marcos A. da.**República em Migalhas: História Regional e Local.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Henrique e BRASIL, Americano do. **Revista A Informação Goyana.** Rio de Janeiro, 1917/1935.

CRIAÇÃO, NATUREZA E MEIO AMBIENTE

Haroldo Reimer[1]

Introdução

Há modos diferenciados de se referir ao conjunto daquilo que performa o espaço de vida dos seres humanos. Pode-se falar em 'criação', em 'natureza' ou em 'meio ambiente'. Embora tendo o mesmo referencial, cada conceito expressa um acesso diferenciado, evidenciando nuanças de sentido. Aqui pretendemos apresentar alguns elementos relativos a cada conceito.

Criação

O termo 'criação' para se referir ao meio ambiente ou à natureza como um sistema se relações no qual os seres humanos estão inseridos é um conceito profundamente influenciado pela linguagem bíblica. No ouvido de qualquer leitor minimamente familiarizado com a literatura bíblica ecoa a primeira frase de Gênesis 1,1: "No princípio criou Deus os céus e a terra". Aí estamos diante de uma confissão de fé primeiramente típica dos antigos hebreus, o povo de Israel. Quem se articular por meio desta frase, seja lá o alcance que ela tiver, está afirmando que o Deus chamado em hebraico de *elohim* é o criador da realidade de vida existente. Trata-se de uma afirmação de fé com pretensão monoteísta em meio a um contexto politeísta como era

1_Doutor em Teologia; professor titular na PUC Goiás e na Universidade Estadual de Goiás; bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Produção vinculada ao projeto "Textos sagrados, direitos humanos e cidadania planetária" (CNPq).

típico para o ambiente cultural do mundo do antigo Oriente próximo.

Na linguagem bíblica, o que se expressa por meio da frase "No princípio criou Deus os céus e a terra", em Gênesis 1,1, se refere, em termos sistemáticos, à *creatio prima,* a "criação primeira" de Deus, acontecida nas origens. Num tempo que não pode ser nominado em termos cronológicos exatos, mas que deve ser entendido como momento originário indeterminado, 'criação' é um espaço criado em meio ao caos existente das "águas do abismo", que é chamado de 'terra' (Gn 1,2). Esta terra é adjetivada por meio da expressão hebraica *tohu wabohu* para designar o estado de coisas antes da ação criadora de Deus. "Vazia e sem forma" é a tradução que a Bíblia de Almeida atribui a esta expressão, dando com isso vazão à noção de uma "criação a partir do nada". "Desolação e vazio", provavelmente, corresponde melhor ao original hebraico, pois em analogia a Jeremias 4,22 trata-se de um espaço devastado, caótico, sem a ordenação que possibilita a vida. O ato de criar reorganiza um caos pré-existente.

A ação criadora de Deus nesta *creatio prima* é associada com a *ruah elohim* (Gn 1,2), uma expressão que usualmente é traduzida por "Espírito de Deus", "espírito de Deus", associando-se assim a ação criadora com a direta atividade divina. Esta tradução, contudo, é muito discutida, propondo-se nas diversas versões da Bíblia expressões bem diferentes como "vento tempestuoso", "vento forte", etc. (RIBEIRO, 2002).

Segundo o testemunho de fé bíblico, o espaço ordenado e criado em meio ao ambiente caótico é o lugar em que é alocado o ser humano, o *adam.* Na linguagem bíblica há maneiras distintas de falar da criação do ser humano. E Gênesis 1,27 se afirma que o *adam,* aquele ser originário, é "criado" como "imagem e semelhança" do Criador. A diferenciação em masculino e feminino confere a ambos, homem e mulher, igual e simultânea dignidade. Em Gênesis 2,7 é dito que o adam é "formado" a partir da adamah, termo que pode ser melhor traduzido por "terra cultivável". Esta relação evidencia, em sentido bíblico, uma íntima conexão entre os humanos e a terra. O humano emerge a partir do corpo da própria terra. Por meio da língua latina, esta relação quase umbilical pode ser expressa por meio do trocadilho *humanus – humus:* o humano foi formado a partir do húmus! O espírito vivificante transforma este "ser terroso' em "garganta vivente".

Neste espaço de vida o ser humano criado ou formado por Deus recebe atribuições específicas, mas distintas. Destaque merece a dignificação por meio do conceito de "imagem e semelhança" com o Criador (Gn 1,26-28). Os humanos recebem atribuições ou mandatos que oscilam entre o domínio e o cuidado (Gn 1,28; 2,15). Muita recepção tem recebido o mandato de "sujeitar e dominar" (Gn 1,28) em detrimento do binômio "cultivar e guardar" (Gn 2,15). Este último deve ser potencializado nas interpretações contemporâneas justamente em face das facetas dos desajustes ambientais também em decorrência da forte intervenção humana no ambiente.

O credo criacionista perpassa toda a Bíblia. Especial ressonância do credo se encontra no Salmo 104, quando o autor do salmo enfatiza que o Espírito de Deus é que vivifica toda a criação. O salmista dá expressão do seu louvor dizendo: "Que variedade, Senhor, nas tuas obras! Todas com sabedoria as fizeste [...] Envias o teu Espírito, eles são criados, e assim renovas a face da terra" (Sl 104.24,30). Deus e seu espírito vivificante *(ruah)* são entendidos como a base de manutenção desta criação.

A confissão de fé do povo de Israel, condensada num credo monoteísta típico daquela expressão religiosa, passa por releitura e ampliação de sentido no seio do cristianismo das origens. O Deus criador monoteísta dos hebreus, além de sua presença no mundo na forma da *ruah,* é reconhecido na vida, cruz e ressurreição de Jesus de Nazaré. Na Carta aos Colossenses se lê: "Ele [Cristo] é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis [...] Tudo foi criado por meio dele e para ele" (Cl 1,15-16). Com isso, o Deus criador é simultaneamente o redentor e o sustentador, três formas de ação do mesmo Deus.

A tradição da igreja dos primeiros séculos amalgamou esta diversidade na unidade das palavras do Credo Apostólico: "Creio em Deus Pai, todo poderoso, criador dos céus e da terra." De modo especial ecoam as palavras de Martin Lutero em sua explicação do primeiro artigo do credo no Catecismo Menor: "Creio que Deus me criou junto com todas as criaturas, e me deu corpo e alma, olhos, ouvidos e todos os membros, inteligência e todos os sentidos, e ainda os conserva; além disso, me dá roupa, calçado, comida e bebida, casa e lar, família, terra, trabalho e todos os bens". Esta interpreta-

ção de Lutero já indica para a *criação continuada.*

Falar da 'criação de Deus', portanto, nos remete a um ponto nevrálgico da teologia judaico-cristã. Entende-se, reconhece-se, crê-se o mundo existente como obra criadora de Deus. 'Criação' remete à experiência da dádiva e da gratuidade divinas. Dizer 'criação' pressupõe a consciência da relação primordial entre Criador e criatura. A própria existência é vista como dádiva. E sendo Cristo o primogênito da criação, a própria criação é substancialmente dignificada por meio da encarnação de Deus em Cristo. A criação, o conjunto do mundo criado, portanto, é entendido como transparência para Deus. Especialmente por meio do Cristo encarnado, mas também pela ação do Espírito, Deus está presente na criação à espera do reconhecimento por parte dos filhos e filhas, suas criaturas, como bem expressa o apóstolo Paulo no na sua Carta aos Romanos quando diz: "Toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora" (Rm 8,22).

Em perspectiva cristã, dizer também que Cristo é o Alfa e o Ômega significa afirmar que toda a criação e, portanto, toda a história [humana e natural] é vista em perspectiva teleológica, isto é, ela se encaminha para uma destinação última, que, em fé, é entendida como o tornar-se pleno do Reino de Deus, consumador e redentor.

Um dado a ressaltar é que, apesar, da concepção da *creatio prima,* a criação enquanto espaço ordenado possibilitador de vida, necessita de constante cuidado. Quando se lê a Bíblia de modo seqüencial ou sincrônico, esta dimensão aparece pela primeira vez na história do dilúvio em Gênesis 6-9. Segundo a cosmovisão dos antigos hebreus, em boa medida compartilhada com os povos do entorno cultural, a terra como espaço de vida e cultura esta rodeada de águas. Estas águas, que no relato da criação aparecem como pré-existentes, foram ordenadas, isto é, afastadas, entre as águas de cima e as águas de baixo, dando origem à terra habitável. Deus como senhor e mantenedor da criação pode reverter esta situação, abrindo as "fontes do abismo" e as "comportas dos céus" (Gn 8,2), originando o caos do dilúvio ou da antivida. Assim, a vida ordenada pela criação pode submergir novamente nas águas do caos. O Salmo 104,5-9 mostra de modo muito plástico como o Deus criador necessita constantemente manter a ordem do mundo criado a fim de manter afastados perigos do caos e das trevas. Em Provérbios 30,4 há

uma pergunta retórica que afirma: "quem encerrou as águas no manto?". De modo bastante elucidativo esta noção de terra como 'espaço criado' aparece também no livro de Jó, especialmente na parte final, na qual, sob a forma de uma teofania, Deus faz uma série de perguntas àquele Jó que somente buscava a e esperada e supostamente devida recompensa por sua fidelidade: "Quem encerrou o mar com portas [...] e lhe disse: 'até aqui virás e não mais adiante, e aqui se quebrará o orgulho das tuas ondas?" (Jó 38,8.11).

Convém salientar que falar de 'criação' é falar em linguagem da fé, discurso teológico, fala confessional. Durante muito tempo, esta linguagem outorgou sentido e identidade a pessoas e comunidades. Em alguns momentos se chegou a construir uma visão cósmica da criação, projetando interrelacionalidade entre todos os elementos do mundo criado por Deus. Típico para isso é o discurso de Francisco de Assis, já no final da Idade Média.

Falar de 'criação' é utilizar-se de uma linguagem típica do chamado 'mundo pré-moderno', 'tradicional', no qual Deus ainda ocupa lugar de referência central. Em um mundo "emancipado" de Deus, como já o propunha o teólogo luterano Dietrich Bonhoeffer, e tantos outros teólogos depois dele, a exemplo de Jürgen Moltmann (1996; 2007) ou Hans Küng (2007), que trabalham sob influência do paradigma da secularização, falar de 'criação' significa assumir o risco do conflito. Significa assumir uma posição de resistência em face do chamado 'mundo moderno', no qual Deus perdeu o seu lugar como referência e como presença. Em lugar de Deus como referente de centralidade, o ser humano foi ocupando este espaço central, passando a se construir gradativamente uma visão de mundo antropocêntrica. Com a afirmação do antropocentrismo, a criação passa gradativamente a ser vista como natureza, passando o ser humano a se entender como sobreposto a ela por meio da razão instrumental. Dilemas entre religião e ciência demandam por respostas urgentes (BRAKEMEIER, 2006).

Natureza

É difícil dizer com precisão quando e em que contexto se realiza a superação da mundivisão cosmocêntrica por um modelo antropocêntrico. Em geral, esta transição é alocada em algum momento no limiar da Modernida-

de. Fritjof Capra (2006, p. 49) afirma: "Entre 1500 e 1700 houve uma mudança drástica na maneira como as pessoas descreviam o mundo e em todo o seu modo de pensar". A perspectiva antiga e medieval vai cedendo lugar a uma nova visão, também marcada com a virada copernicana e a afirmação da teoria heliocêntrica. Apesar desta alocação cronológica relativa, a criação se torna natureza na medida em que o ser humano, por conta de sua liberdade e racionalidade, se entende como sobreposto à mesma. Na Antiguidade não se pode esquecer algumas contribuições da filosofia grega no sentido de subordinação do mundo natural ao mundo espiritual. É verdade que em Heráclito vigora uma maneira de entender o mundo como uma grande unidade com interdependência de todas as coisas. Em Platão, contudo, com a contraposição entre corpo *(soma)* e alma *(psiché)* já se verificam elementos de desqualificação do mundo da matéria, contribuindo, assim, com elementos para a formatação daquilo que posteriormente viria a ser chamado de 'dualismo ocidental'.

Em termos de conteúdo, a questão da relação do binômio natureza-cultura pode ser posta da seguinte forma:

> O surgimento da razão provocou uma cisão entre homem e mundo, pois a reflexão impõe que a natureza apareça irredutivelmente como o outro e que o homem se reconheça como *sobrenatureza,* no sentido de que se considera capaz de superar a ordem natural, de dominá-la, por meio do exercício da própria razão.

Alguns personagens marcantes da filosofia ou ciência da Modernidade podem ser identificados como construtores da visão moderna de mundo, na qual o ser humano é afirmado como sobreposto ao mundo natural.

Especialmente a diferenciação proposta por Reneé Descartes (1596-1650) entre a 'coisa pensante' *(res cogitans)* e a 'coisa extensa' *(res extensa)* é marcante para a afirmação da visão antropocêntrica e para o estabelecimento da própria ciência experimental. O ser humano como coisa pensante se sobrepõe ao mundo natural justamente pelo exercício do pensamento, passando o mundo exterior a ser percebido e afirmado como algo sobre o qual o pensamento se estende de forma reflexiva. A existência não é mais

deduzida a partir de um conjunto que pode ser entendido como criação, mas a partir da construção do conhecimento que se dá com a sobreposição do ser pensando sobre o outro.

Outro pensador importante é o judeu Baruch Spinoza (1632-1677), para quem conhecer a Deus, a quem ele não negava, significava conhecer cada vez mais as nervuras do mundo real. Spinoza contribuiu significativamente para a afirmação de uma visão imanente de Deus e com isso para a afirmação do conhecimento e ciência como passo necessário para o conhecimento do próprio Deus.

Francis Bacon (1561-1626), tido como o 'pai da ciência moderna', se insere nesta cadeia de pensadores, na medida em que com o raciocínio indutivo se pode conhecer os verdadeiros fundamentos da realidade do mundo natural. Conhecer implica em dominar.

Isaac Newton (1643-1727) com sua proposta de entender o mundo como uma grande máquina se insere como epíteto nesta história da afirmação do paradigma moderno. Segundo Newton, se poderia conhecer o funcionamento da 'máquina do mundo' por meio do conhecimento das leis físicas e matemáticas.

Assim, a ciência experimental se afirmava gradativamente na esteira de tais pensadores, originando o chamado 'paradigma moderno'. Na lição de Thomas Kuhn (1996), paradigma é o conjunto de ações e práticas compartilhadas por uma comunidade. Neste paradigma cartesiano-newtoniano, a ciência podia e deveria ser usada para tornar os humanos "senhores e dominadores da natureza" (CAPRA, 2006, p. 56).

Este paradigma moderno possibilitou grandes avanços científicos, especialmente a partir do século XVIII e XIX. Ele foi se impondo como modo de pensar dominante no Ocidente na própria medida em que a revolução industrial necessitava cada vez mais de recursos naturais para atender a demanda por necessidades e desejos de uma população mundial crescente. Por extensão, neste paradigma, a natureza é vista como um infinito conjunto de recursos naturais à disposição dos seres humanos.

No paradigma moderno, pelo menos em sua sedimentação no século XVIII, a idéia de Deus como criador não é abandonada por completo. Alguns autores ou pesquisadores do campo das ciências, embora em rea-

ção ao paradigma criacionista e na busca incessante de sua superação, ainda mantêm certa vinculação com um "princípio inteligente" ou com a idéia de um "relojoeiro do universo" ou mesmo com a metáfora da "mente de Deus", como no caso de Stephen Hawking. Mesmo Newton, ao formular sua teoria das partículas sólidas como constitutivas da matéria, mantinha Deus como a causa de todo o sistema: "Parece-me provável que Deus, no começo, formou a matéria em partículas sólidas [...] (*apud* CAPRA, 2006, p. 61.). Mas o ritmo cada vez mais acelerado da industrialização requeria intervenções sempre mais intensas e com isso também uma dessacralização cada vez maior do mundo natural. A teologia moderna, especialmente a protestante, contribuiu para este processo de dessacralização da criação na medida em que reduzia significativamente os espaços em que Deus poderia ser encontrado.

Na linguagem científica contemporânea, Deus já ocupa mais lugar central. Passou a ser um ser ou uma idéia à margem do sistema. Contudo, a idéia da 'máquina do mundo', embora ainda vigente e conveniente para os propósitos de uma exacerbada exploração da natureza, aos poucos vai cedendo lugar a uma visão mais complexa. Hoje assume a predominância a idéia da natureza como uma grande "teia da vida", totalmente perpassada pelo princípio da complexidade, sem uma causa inteligente na sua origem e sem um destino teleológico pré-determinado. Aí houve algumas contribuições que necessitam ser mapeadas.

Meio Ambiente como Teia da Vida

No século XIX, Charles Darwin contribuiu efetivamente para a emergência de uma concepção mais dinâmica e mais complexa do mundo. Sua primeira contribuição consiste em haver distendido o lapso temporal da história natural e, assim, da história humana. Com base em concepções elaboradas anteriormente, ele superou a idéia da 'idade diluviana' do mundo. A partir daí abriu-se a possibilidade de projetar e entender a história humana dentro de um processo evolutivo muito mais complexo e de duração muito mais longa. Especialmente sua visão acerca da origem e da evolução das espécies indicou para espaços micro, meso e macro cósmicos de desenvol-

vimento das formas de vida.

No início do século XX, a teoria da relatividade do tempo e espaço de Albert Einstein contribuiu para superar a visão mecânica newtoniana de mundo. Igualmente importante foi o reconhecimento da dual da matéria como partícula e como onda no universo da física quântica. No nível subatômico, a matéria não existe em lugares definidos; apenas pode ser percebida em termos de "tendências para existir" e assim também de "tendências para ocorrer". Com isso a noção de probabilidade passou a ocupar cada vez mais espaço em lugar da idéia da determinação mecanicista do mundo. Na aplicação destas observações científicas para o conceito de mundo ou universo, este se evidencia cada vez mais como uma complexa e dinâmica teia de relações. Capra (2006, p. 82) se refere esses avanços da seguinte maneira:

> A concepção do universo como uma rede interligada de relações é um dos dois temas tratados com maior freqüência na física moderna. O outro tema é a compreensão de que a rede cósmica é intrinsecamente dinâmica. O aspecto dinâmico da matéria manifesta-se na teoria quântica como conseqüência da natureza ondulada das partículas subatômicas, e é ainda mais central na teoria da relatividade, a qual nos mostrou que o ser da matéria não pode ser separado de sua atividade. As propriedades de seus modelos básicos, as partículas subatômicas, só podem ser entendidas num contexto dinâmico, em termos de movimento, interação e transformação.

Nesta teia da complexidade não se pode mais operar somente pela lógica do reducionismo, por mais importante que seja este procedimento da ciência experimental para a derivação e produção de conhecimentos. O mundo passou a ser visto como um sistema complexo, dinâmico e em constante transformação. A teia da vida pode se articular em diferentes níveis: micro, meso e macro. No século XIX, a "ecologia" de Ernst Haeckel (1834-1919) como um ramo da biologia possibilitou esses olhares diferenciados, abrindo espaço, bastante tempo depois, para o surgimento de uma nova área de conhecimento necessariamente interdisciplinar: a ecologia. A ecologia como área de conhecimento se desdobra cada vez em mais ramificações e

níveis de pesquisa: ecologia ambiental, ecologia animal, ecologia política e social, ecologia mental, ecologia integral (BOFF, 2010, p. 97-128). Aplicado ao campo da relação dos humanos com o ambiente, os estudos ecológicos ganharam substancial incremento na segunda metade do século XX com a chamada "teoria de Gaia" proposta pelo inglês James Lovelock (1989; 1991). Este sabidamente recolheu *insights* anteriores, compartilhando suas perspectivas com outros pesquisadores como Lynn Margullis (1990). Segundo esta teoria, a terra é um superorganismo vivo, no qual se pode verificar a interdependência entre os mais diferentes componentes, fenômeno expresso pelo conceito de 'panrelacionalidade'.

> Definimos a Terra como Gaia, porque ela se apresenta como uma entidade complexa que abrange a biosfera, a atmosfera, os oceanos e o solo. Na sua totalidade, esses elementos constituem um sistema cibernético ou de realimentação que procura um meio físico e químico para a vida neste planeta." (LOVELOCK, 1989, p. 27).

Avanços científicos como as viagens estelares na década de 1960 e 1970 possibilitaram uma visão externa do mundo em que vivemos. A visão da terra a partir de fora evidencia a mesma como ponto azul e branco no espaço sideral. Com a terra vista a partir de fora começa a existir algo novo, influenciando a partir daí a percepção do todo. Nesta perspectiva, a terra poderia ser percebida como uma casa global, com constantes e incessantes interdependências e comunicações sistêmicas muito além das fronteiras e limites impostos pela lógica política, social e econômica dos humanos.

Neste mesmo período, pela primeira vez, a humanidade, ou pelo menos setores desta, foram confrontados com a perspectiva que os recursos naturais deste planeta tão complexo e tão rico poderiam ser finitos. Esta percepção emergiu especialmente com a preocupação com o abastecimento constante da matriz energética do mundo moderno no contexto da crise do petróleo nos anos de 1970. O relatório "Nosso futuro comum", da Comissão Brundtland, da ONU, em 1987, diante da possibilidade da finitude dos recursos naturais, manifestou a percepção das conexões entre os diversos segmentos humanos que coabitam a terra. A necessidade do sistema capita-

lista em assegurar os recursos naturais para a sua matriz produtiva e consumidora ampliou a rede de relações de tal modo a fazer a terra parecer cada vez mais uma 'aldeia global'.

Numa aldeia global com recursos finitos era imprescindível amalgamar e fomentar a emergência do conceito de 'desenvolvimento sustentável' ou de 'sustentabilidade'. Tal conceito somente tem sentido e necessidade quando o sujeito ou a comunidade que o esboça se vê defrontado com a limitação de espaço e de recursos. Por exemplo, um pequeno agricultor, assentado em área reduzida e com recursos limitados, sem a chance de migrar para qualquer "nova fronteira agrícola" somente pode conceber sua continuidade sobre seu espaço de vida por meio do aproveitamento otimizado e sábio dos recursos existentes. Diante da possibilidade da exaustão dos recursos, impõe-se, pois, a lógica da sustentabilidade, o que implica em hábitos de vida e incide sobre formas de produção. O que vale para o pequeno passou a valer para o grande, claro com a diferença de que os 'grandes', em face da assimetria das relações sociais, tem sempre a possibilidade de impor seus interesses aos mais fracos por meios coercitivos e violentos, contribuindo assim para a realidade da injustiça global. Assim, a noção de sustentabilidade passou a ser uma demanda para a forma de vida, de organização da produção e do consumo de toda a humanidade nesta grande 'casa global'.

A emergência destes novos conceitos e novas formas de viver e pensar acabam por modificar o modo de ver e entender o mundo, a terra. Com a perspectiva da complexidade e das muitas probabilidades nas formas de relação, aquilo que no paradigma moderno era (é) chamado de 'natureza' passa a ser visto como 'meio ambiente' ou simplesmente 'ambiente'. Ambiente é o conjunto daquilo que envolve a forma de vida a partir da qual se expressa a percepção e a reflexão, isto é, a vida humana. No conceito 'meio ambiente', o ser humano não mais pode ser pensado em termos de ruptura e sobreposição hierárquica, mas de convivência e de interdependência com o próprio ambiente. Em sistemas complexos, as partes não podem mais ser entendidas somente a partir de si, mas sempre vista no seu conjunto com suas mútuas e complexas relações. As partes podem também engendrar reações e combinações novas, que fogem às projeções das supostas leis naturais ou matemáticas da 'máquina do mundo' (GLEISER, 2009). A respeito disso

Edgar Morin (*apud* TAVARES, 2010, p. 39) escreve:

> É preciso substituir um pensamento que separa por um pensamento que une, e essa ligação exige a substituição da causalidade unilinear e unidimensional por uma causalidade em círculo e multirreferencial, assim como a troca da rigidez da lógica clássica por uma dialógica capaz de conceber noções ao mesmo tempo complementares e antagônicas; que o conhecimento da integração das partes num todo seja completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes.

Sem medo de exagerar pode-se dizer que a emergência do conceito de sustentabilidade associado ao conceito de meio ambiente teve duas forças motrizes: a) os interesses capitalistas com suas constantes demandas em assegurar os recursos naturais para sua estrutura produtiva e consumista levaram à percepção da finitude dos recursos; b) as reflexões humanistas com o intuito de prover formas de pensamento e ação no sentido de equacionar de forma mais sábia e mais justa as necessidade de uma humanidade cada vez mais numerosa com os recursos e as possibilidades de um sistema terra complexo, porém limitado. A própria possibilidade da extinção futura do gênero humano funciona como uma espécie de 'heurística do medo' que acelera a busca por formas de pensamento e ação mais integrativas ou holísticas. O incremento de formas de espiritualidade holísticas se inscreve neste contexto. As religiões tiveram e têm participação importante neste processo de emergência da nova consciência ecológica, não por último por meio de programas conduzidos em nível mundial. Exemplos disso são os programas "Justiça, paz e integridade da criação" "Kairós", e "Igreja e mudanças climáticas" do Conselho Mundial de Igrejas (WCC em inglês). A participação ativa de segmentos religiosos nos fóruns específicos no contexto da ONU indica para isso.

A vida da comunidade humana global que em breve alcança o patamar de 7 bilhões deve ser pensada e entendida no conjunto desta terra como grande organismo vivo. Os humanos são parte da teia da vida do sistema gaia (CAPRA, 1996). Quanto mais aumenta o nível da intervenção desenfreada da humanidade sobre o ambiente mais desajustes esta interven-

ção pode demandar no sistema vivo da terra. Em vários âmbitos há índices alarmantes destas intervenções, gerando desmatamento, poluição, contaminação, exaustão de recursos, etc. Há opiniões e pareceres de estudiosos que indicam que a generalização dos padrões de produção e consumo de alguns países desenvolvidos para toda a população mundial exigiria vários planetas terra como reservas de recursos. A dinâmica cumulativa dos resultados nefastos de tais intervenções gera desequilíbrios que revertem em termos de fenômenos como chuva ácida, aquecimento global, mudanças climáticas com conseqüências dolorosas e por vezes mortais para alguns segmentos humanos.

A questão demográfica constitui um sério problema na equação da relação dos humanos com o 'ambiente terra', mas ela não pode ser vista desvinculada do padrão de produção e consumo em termos globais. Embora todos estejam envolvidos na questão, cada grupamento humano carrega responsabilidades distintas. Certamente a voracidade dos países industrializados contribui em maior escala no assalto constante aos recursos do ambiente. Mas também os países de 'menor potencial ofensivo' em termos ambientais participam do conjunto na medida em que sintonizam sua estrutura econômica com linhas mestras da lógica industrial e consumista mundial.

O eventual *point of no return* da situação do planeta coloca a comunidade global diante de sérios dilemas. A ausência de freio ou a eventual irreversibilidade das intervenções pode colocar em risco a sobrevivência da comunidade humana dentro deste sistema gaia. As discussões em geral são acaloradas, também em nível ético-moral quando se trata do problema demográfico. Os dilemas com relação ao futuro da humanidade nesta casa global confrontam bens jurídicos que em geral estiveram contrapostos, tais como os direitos dos humanos à vida e ao bem-estar e direitos da própria terra em sua lógica ecossistêmica. Agora, estes devem ser sopesados tendo necessariamente em vista o conjunto.

Entender a terra como ambiente ou organismo situa a mesma em outro patamar em termos de reflexão ética. Pode-se falar de certa reversão do paradigma moderno na relação com a terra. Para transformar a terra em natureza passível de ser estudada, penetrada, explorada e transformada em mercadoria foi necessário retirar dela todos os seus atributos em termos de

vida. Hoje, diante das demandas dos desajustes do clima do planeta com suas conseqüências nefastas e as correspondentes exigências de cada vez mais adaptação da comunidade humana ao conjunto maior e em face da perspectiva de que a terra é um organismo vivo ressurge a possibilidade ética do respeito à vida. Isso tem ser evidenciado em vários documentos recentes que tratam da questão, mas fica especialmente evidente na Carta da Terra, fruto de um longo processo de maturação, mas com redação decisiva no ano de 2000 (BOFF, 2010, p. 184-198), e na Carta dos Direitos da Terra, formulada na ONU em 2010. A Carta da Terra está estrutura em 4 princípios fundantes e 16 pontos referenciais do *modo sustentável de vida.* Os 4 princípios são: a) respeitar e cuidar da comunidade de vida; b) integridade ecológica; c) justiça social e ecológica; d) democracia, não violência e paz.

Muitas e multifacetadas são as contribuições que, apesar de grande insensibilidade ainda reinante, fazem emergir um novo paradigma de civilização. A emergência discursiva de comunidades da terra faz emergir novas perspectivas. O ecofeminismo proporcionou riquíssimas reflexões. Especial destaque neste contexto merece a contribuição do judeu alemão Hans Jonas (2006) com sua obra *O princípio responsabilidade,* originalmente publicada em 1979 e com muitos ecos e influências sobre discussões posteriores. A partir de uma "heurística do medo", no sentido de que "o saber origina-se daquilo contra o que devemos nos proteger" (JONAS, 2006, p. 71), ele propõe revisitar e revisar os fundamentos éticos modernos, inserindo neles a reflexão sobre a cumulatividade do desenvolvimento científico e as conseqüências de longo alcance e das ações presentes no contexto de uma sociedade tecnocientífica, tendo em vista (também) a vida e os direitos das gerações futuras. Isso impõe uma lógica de responsabilidade, de sabedoria e de cuidado na relação dos humanos entre si e com ambiente vital.

A situação da casa global evidencia crises evidentes. Remete a temores justificados. O medo não deve vencer a esperança, mas transformar as ameaças de fazer a travessia humana rumo à realização de si mesma e de um estágio superior de seu desenvolvimento. "É tempo de travessia; se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos" (Fernando Pessoa).

Referências

BOFF, Leonardo. **A opção terra.** A solução para a terra não cai do céu. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2009.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Ciência ou religião:** quem vai conduzir a história? São Leopoldo: Sinodal, 2006.

BULCAO, Marly. O Binômio natureza-cultura. A perspectiva de Gaston Bachelard. In: CESAR, Constança Marcondes (Ed.). **Natureza, cultura e meio ambiente.** Campinas: Editora Alínea, 2006, p. 27-34.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

---. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica.** A árvore, o animal e o homem. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2000.

GLEISER, Marcelo. **Criação imperfeita.** Cosmo, vida e código da natureza. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KÜNG, Hans. **O princípio de todas as coisas.** Ciências naturais e religião. Petrópolis: Vozes, 2007.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna e Nelson Boena. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LOVELOCK, James. **Gaia.** Um novo olhar sobre a vida na terra. Lisboa: Edições 70, 1989.

---. As eras de Gaia. A biografia da nossa terra viva. São Paulo: Campus, 1991.

MARGULIS, Lynn. **Micro-cosmos.** Quatro bilhões de anos de evolução microbiana. Lisboa: Edições 70, 1990.

MOLTMANN, Jürgen. **Deus na criação.** Doutrina ecológica de Deus. Tradução Haroldo Reimer. Petrópolis: Vozes, 1996.

---. Ciência e sabedoria. Um diálogo entre ciência natural e teologia. São Paulo: Loyola, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

REIMER, Haroldo. **Bíblia e ecologia.** São Paulo: Reflexão, 2010.

RIBEIRO, O. L. Vento Tempestuoso: um ensaio sobre a tradução e a interpretação de Gn 1, 2 à luz de Jr 4. **Fragmentos de Cultura,** Goiânia, v. 12. n. 4, p. 573-598, 2002.

TAVARES, Sinivaldo. **Teologia da criação.** Outro olhar – novas relações. Petrópolis: 2010.

O CORPO TANGÍVEL COMO INSTÂNCIA INACABADA DA EXISTÊNCIA.

Sandro de Oliveira Safadi[1]
Giuliana Vila Verde[2]

"O corpo é uma natureza que trabalha dentro de nós".

Maurice Merleu-Ponty

O homem é tangível, seu corpo é seu modo primeiro de existência, um corpo animal que explode em outro, tendo como base sua origem orgânica. A tangibilidade expressa pelo corpo, como lócus da experimentação das sensações carreadas pelo tato[3] , impele ao homem buscar em si mesmo sua semelhança ao animal.

O tato em questão é exatamente o sentido humano imediatamente acionado quando há um encontro físico com qualquer objeto ou ser vivo. Não trata-se ainda da condição de percepção do objeto tocado, mas sim da simples sensação proveniente do toque. Mesmo havendo sensações táteis internamente no corpo humano, na sensibilidade profunda, e ainda a propriocepção[4] o que se quer evidenciar neste texto é a sensibilidade superficial, relacionada diretamente com a pele.

1_ Professor de Geografia do Instituto Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia.
2_ Professora do curso de Farmácia da Universidade Estadual de Goiás, Unucet, Anápolis.

3_ O tato em questão é exatamente o sentido humano imediatamente acionado quando há um encontro físico com qualquer objeto ou ser vivo. Neste ponto do texto não tratamos da condição de percepção do objeto tocado, mas sim da simples sensação proveniente do toque. Mesmo que haja sensações táteis internamente no corpo humano, sensibilidade profunda, ou a propriocepção (capacidade em reconhecer a localização espacial do corpo) o que se quer evidenciar aqui é a sensibilidade superficial, relacionada diretamente com a pele.

4_ Capacidade em reconhecer a localização espacial do corpo

No desenvolvimento intrauterino, o tato aparece antes dos outros sentidos.A visão, o olfato, o paladar e a audição, necessitam aguardar todo oavançar da gestação para complexificar e desenvolver seus receptores[5] específicos, e mesmo assim só após o nascimento da criança é que se tem uma experimentação plena de cada sentido. Assim, o tato é desenvolvido antes do aprimoramento dos outros sentidos e está presente em toda a amplitude da pele, através de terminações nervosas livres, desenvolvendo segundo a definição do fisiologista WilliamGanong, os quatro sentidos cutâneos ou sensibilidades: o toque-pressão, o frio, o calor e a dor:

> [...] tem ficado evidente que grandes áreas da pele têm todos os quatro tipos de sensibilidade, sem quaisquer receptores especializados detectáveis à inspeção visual. Isso indica que os receptores provavelmente estejam situados em terminações nervosas livres como o corpúsculo de Pacini[6] (2006, p.108).

As plantas, os animais, as rochas, a água, o ar e também os objetos criados pelos próprios homens, provocam à pele sensações cruas, devido ao modo particular em que se encontram as terminações nervosas. Segundo outro fisiologista, Arthur Guyton,estas sensações são percebidas em gradações diferentes revelando o limiar específico de cada organismo, pautado na intensidade de percepção[7] inerentes às terminações nervosas livresadvindas do sistema espinotalâmico. Este sistema apresenta uma capacidade especial, a possibilidade de transmissão de um amplo espectro de modalidades sensoriais – dor, calor, frio e sensações táteis incipientes, enquanto que o sistema da coluna dorsal está limitado às sensações táteis com localização precisa do estímulo (GUYTON, 1981).

5_ As informações provenientes do meio interno e ao ambiente externo ativam o sistema nervoso central por meio dos receptores sensoriais. Segundo Ganong (2006), os receptores "[...] são transdutores que convertem vários tipos de energia existentes no ambiente em potenciais de ação nos neurônios".

6_ Um tipo de receptor tátil.

7_ Aqui o sentido de percepção é utilizado na acepção de Vander e Luciano (1981), que à consideram "[...] a informação aferente cujas etapas iniciais são a conversão da energia sinalizadora em potenciais de ação de fibras nervosas. A experiência consciente de objetos e acontecimentos do mundo externo que adquirimos pelo processamento neural da informação[...]".

Se o homem tem no corpo a mais evidente prova de sua tangibilidade, é pela via do tato, que ele engendra com o mundo sua mais rústicarelação.O antropólogo Ashley Montagu, na sua obra *Tocar: o Significado Humano da Pele* faz uma reflexão sobre o papel fundamental da pele como órgão de reconhecimento do mundo, e em última instância do tato como um sentido primordial.

> A pele, como uma roupagem contínua e flexível, envolve-nos por completo. É o mais antigo e sensível de nossos órgãos, nosso primeiro meio de comunicação, nosso mais eficiente protetor. O corpo todo é recoberto pela pele. [...] na evolução dos sentidos, o tato foi, sem dúvida, o primeiro a surgir. O tato é a origem de nossos olhos, ouvidos, nariz e boca. (MONTAGU, 1988, p.22)

Esta força originária expressa pelo tato concede a medida das coisas e elabora a primeira etapa de reconhecimento do mundo. A pele cobre toda a extensão do corpo, ela capta sensações delicadas e também grotescas. "Na qualidade de órgão do sentido mais antigo e extenso do corpo, a pele permite que o organismo aprenda o que é seu ambiente." (MONTAGU, 1988, p. 23) Em diversas situações, a pele através da ação do tato torna-se o elemento de checagem dos outros sentidos.

Para este autora pele é o órgão mais importante do corpo humano, afirmando que é possível possuir deficiência de visão, audição, paladar ou olfato ao longo de toda a vida, entretanto não é possível "[...] sobreviver de modo algum sem as funções desempenhadas pela pele (MONTAGU, 1988, p. 34)". Os indivíduos que possuem alguma deficiência no que se refere aos outros sentidos, não perdem o mundo, percebem e se relacionam com esta mundanidade, muitas vezes aguçando outro sentido, como no caso do aprimoramento da audição para os deficientes visuais.

Na deficiência auditiva, por exemplo, pode-se suprir em parte a ausência dos sons que contribuem para caracterizar o mundo tangível, pelos odores, gostos, texturas e imagens que assumem a centralidade e dão um espectro fiel da realidade. Para estes indivíduos as vibrações advindas das

ondas mecânicas do som, podem ainda ser sentidas de maneira peculiar[8]. Nos casos dos distúrbios que provocam alterações ou mesmo a perda do paladar (ageusia) ou do olfato (anosmia), há menor variação na percepção da instância tangível do mundo.

Enfim, qualquer pessoa com alguma deficiência no que se refere aos sentidos, mantém singularmente sua capacidade de relacionar com as coisas tangíveis, mesmo sem ouvi-las, ou cheirá-las, ou vê-las. Mais do que a manutenção, ou a perda discreta da relação com o mundo pelos sentidos, os indivíduos sempre garantem o que há de mais humano em cada um e em todos: a existência.

Na medicina, como também na psicologia os sentidos inerentes ao corpo animal são tidos como cruciais para compreensão do homem, seja em sua dimensão singular, seja em uma dimensão mais ampla, apontando para o homem geral, ou seja, presentes fisiologicamente em todos os homens e mulheres.

Em digressões contínuas deste homem geral, de caráter empírico, a *médiance,* como lançamento para fora de si mesmo, atenta para a primeira escala de análise do mundo, a própria figura humana limitada pelas sensações. A imagem do *Homunculus* é uma demonstração interessante destes limites. Os *Homunculus* são representações metafóricas da intensidade de cada órgão do corpo humano, apresentados em duas vertentes uma de caráter sensorial e outra de caráter motor. Para cada órgão do corpo é conhecida uma intensidade de atividade motora ou sensorial, e estas atividades são demonstradas num desenho característico.

8_ É comum que se tenha as caixas acústicas voltadas para o solo em festividades em grupos que possuem grande número de deficientes auditivos, os mesmos sentem as vibrações sonoras ficando com os pés descalços. Assim, as ondas são percebidas de maneira tátil, possibilitam o ganho do ritmo, trazendo a dança.

Homunculus MotorHomunculus Sensorial

Fonte: Imagens de esculturas presentes no Museu de História Natural de Londres.

Esses modelos demonstram como seria cada parte do corpo humano, se as mesmas crescessem na proporção da área do córtex do cérebro envolvida para a sua percepção. Caso a deficiência de algum órgão do sentido atrofiasse na medida em que entrasse em desuso, como ocorre nos órgãos motores, teríamos uma outra perspectiva para o acontecer humano.

As mãos tanto para o *Homunculus* Motor quanto para o *Homunculus* Sensorial possuem uma centralidade plena, seguida da boca, língua nos dois casos e nos olhos e ouvidos no caso do *Homunculus* Sensorial, que é o mais interessante para analisar a relação corpo e mundo, pela via da tangibilidade. Não é de se estranhar que a mão seja simbolicamente o órgão reconhecido como responsável pelo tato. A mão é produtora de sentido, ela acaricia e destrói, foi pela mão também que se deu a redenção humana frente aos grandes animais. Utilizando das mãos somos cada vez mais humanos.

Os limites da amplitude do tato na busca do humano.

Assim como os animais, os humanos utilizam dos sentidos inerentes ao corpo biológico para estarem no mundo de maneira a reconhecê-lo. Este

processo de reconhecimento do mundo implica também a própria tangibilidade do corpo físico do humano, entretanto é para além do tato que a existência se constrói.

As expressões tangíveis do mundo que podem ser tocadas, como as casas, as ruas, os carros, as ferramentas, todas as coisas que a história humana nos deu, não traduzem o mundo em sua totalidade, e mais, ela não explica o homem. Há uma dimensão inerente ao humano que escapa ao tato.

O teatro de vida humano, expresso pela paisagem no sentido geográfico, ganha força motriz. Jean-Marc Besse, em sua incursão rumo à paisagem, afirma este poder representacional da paisagem como reino das coisas tatéis "[...] a paisagem se deixa ver, mas além do simples pitoresco, na ordem própria da visibilidade que a paisagem oferece, o ser humano, ao situar-se nela visualmente, nela descobre as dimensões do seu ser"(BESSE, 2006, p.92). O ato corporal de tocar as coisas vistas, embora indispensável para o reconhecimento do mundo e do próprio homem, não confirma a totalidade da humanidade no homem, não aponta para a existência humana. A paisagem mesmo sendo a esfera das coisas humanas, não se restringe às coisas em si, ou como afirma Besse, apoiando-se em Merleau-Ponty:

> Não há paisagem de sobrevôo, para retomar a imagem frequentemente usada por Merleau-Ponty, o que quer dizer que a paisagem exige, para ser, um corpo de carne, um olhar encarnado, um olhar vivo, em outras palavras, um ímpeto, uma intencionalidade presente e que atravessa espaço que se abre entre o aqui e o distante. Em suma, não há paisagem sem profundidade, uma profundidade que se dá a ver sob a forma de uma presença nos longes, de um ser na distância que significa o espaço da vida (BESSE, 2006, p.92).

Entender a paisagem apenas pela sua via tangível é esquecer o feito humano em sua máxima possibilidade, é desistir de encontrar o homem em sua profundidade, "A profundidade da paisagem é a da existência" (BESSE, 2006, p.92). Os objetos humanos geralmente carregam símbolos e significados ausentes na versão tangível dada, o exemplo da paisagem é a confirmação dos limites entre a restrição do corpo animal e o duplo medial de

Augustin Berque, que funda a existência[9] .

Outro enfoque interessante sobre a noção de tangibilidade é o que ocorre na pintura. Quando restringimos sua apreensão à tangibilidade, temos na tela e na tinta as únicas coisas que definitivamente se pode tocar e o somatório destes dois elementos não dizem exatamente, nem de maneira simplória, o que a obra de arte é em seu máximo sentido.

Merleau-Ponty, em seu texto O olho e o espírito chama a atenção para o fato de que "[...] o modelo cartesiano da visão é o tato", baseando-se na afirmação cartesiana que os "cegos vêem com as mãos". No texto há uma análisesobrea Pintura, principalmente a partir da obra de Paul Cézanne, apontando as falhas que o modelo cartesiano cometeu e que são aqui entendidas, como uma não aceitação das forças predispostas para a expulsão do tangível imediato da obra de arte. Merleau-Ponty, primeiramente afirma ser significativo que Descartes ao "[...] falar dos quadros, ele tome como típico, os desenhos." A partir de seu modo de pensar o mundo, seria o desenho a forma mais coerente de expressar as coisas extensas, a única possibilidade de se considerar a pintura segundo Descartes, afinal, pelo próprio limite imposto pelo seu método, não teria sido possível atentar para as qualidades segundas da pintura:

> Se tivesse examinado essa outra e mais profunda abertura às coisas que as qualidades segundas oferecem, especialmente a cor, como não há relação regulada ou projetiva entre elas e as propriedades verdadeiras das coisas, e como no entanto sua mensagem é por nós compreendida, Descartes teria visto diante do problema de uma universalidade e de uma abertura às coisas sem conceito, obrigado a investigar de que maneira o murmúrio indeciso das cores pode nos apresentar coisas, florestas, tempestades, enfim, o mundo, e talvez integrar a perspectiva como caso particular de um poder ontológico mais amplo (Merleau-Ponty, 2004, p.26).

9_ A ideia do corpo como um duplo medial, é vinculada ao conceito de médiance, trabalhado por Augustin Berqueem sua obra Écoumène, que se refere ao momento estrutural de nossa existência, se dá como divisão entre nosso corpo orgânico, animal e nosso corpo medial que expande até o mundo. Aqui percebemos uma proximidade com o sentido de profundidade que surge em Besse e também em Merleau-Ponty.

A cor, a textura e as formas vindas da mão do artista, ganham o mundo sem firmar com ele um pacto de permanência e durabilidade. A cor, a textura e a forma não se apoiam na realidade, elas são movidas pelo livre acontecer da criação. Pelo mesmo caminho, na coisa plana, que é o quadro acabado, revela-se também outra dimensão, a profundidade. Em relação a esta façanha do artista, Merleau-Ponty, demonstra o estranho paradoxo:

> [...] vejo objetos que se ocultam um ao outro, e que portanto não vejo, já que estão um atrás do outro. Vejo profundidade e ela não é visível, já que se mede de nosso corpo às coisas, e estamos colados a ele [...](Merleau-Ponty, 2004, p.27)

A profundidade não é tátil, ela não pode ser mensurada como se mede uma mesa, ou uma área, ela só é viável a partir da seleção de elementos tangíveis, mas ela em si, jamais é tangível, afinal ela é da "existência". "Prova disso é que posso ver a profundidade olhando um quadro, que todos concordarão,que não a possui, e que organiza para mim a ilusão da ilusão [...]"(Merleau-Ponty, 2004, p. 28). A pintura nem sempre trouxe a profundidade, e nem sempre teve a obrigação de representar o real, ela é talvez à expressão mais intensa do poder de produção da ilusão pertinente a existência humana, "[...] a pintura não evoca nada, e especialmente não evoca o tátil" (Merleau-Ponty, 2004, p. 20).

Esta inferência vale também para monumentos construídos pelos homens. Como resultado paisagístico da experiência humana, a Torre Eiffel, sempre terá uma possibilidade de deslumbrar os olhos mais que qualquer força tátil. O som produzido pelo piano é extremamente superior à sensação tátil que a madeira e o marfimpodem oferecer. O que dizer ainda entre a diferença entre ter nas mãos um alimento saboroso e as sensações de prazer que só o paladar pode oferecer[10] .

É apropriado pensar que o tato, mesmo sendo o sentido que possui uma história genética mais antiga em cada indivíduo, é o mais rústico na mediação entre o corpo e o mundo.Desta forma, este sentido mais antigo, mais

10_ Aqui reside também a ideia de que há uma incomunicabilidade entre uma sensação vivenciada por alguém e a tentativa de explicação desta sensação direcionada ao outro. O gosto de um alimento não é dividido pela via do entendimento.

amplo e imprescindível, é ainda o mais proximal[11] no intuito de se alcançar as coisas e principalmente o outro. Mesmo que as ondas mecânicas sonoras, e os elementos químicos presentes no cheiro, possam ser considerados em nível atômico como um *continnum*[12] , a distância é efetivamente menor quando nos atemos ao mundo macroscópico viável, a experiência humana, a partir de seus corpos.

É nesta mediação realizada com o mundo, que o tato como sentido menos refinado, por ser menos capaz de realizar interpretações, confere ao homem também sua tangibilidade. A tangibilidade humana é dada pelo corpo, pela via do tato, e como momento inicial de reconhecimento do mundo é apenas o primeiro passo rumo ao humano pleno.

Ao redor, e envolvendo este corpo, há o mundo, e este mundo é a expressão possível para este mesmo homem como constructo para além do natural corpóreo, como existência.Esta dinâmica, que revela o que é o essencialmente humano nas mistas condições da finitude do próprio corpo, impulsiona o emergir da autenticidade do homem em sua intangibilidade.

Referências Bibliográficas

BERQUE, Augustin. **Écoumène.** Paris : Editions Belin, 1999.

BESSE, Jean Marc. **Ver aterra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

11_ A palavra proximal está aqui utilizada no sentido de se ter menor distância, na perspectiva da física clássica, a visão, o olfato e a audição, não necessitam do toque para serem ativados, no caso do paladar, o sabor aparece após o toque, assim, o tato é anterior ao próprio paladar, tanto que para se sentir determinado sabor é necessário tocar em algumas papilas gustativas específicas, porém já se tem a sensação do tato. É possível pensar que em nível atômico não há um toque, ou ainda que os átomos presentes entre os corpos garantam a proximidade, porém ao tratarmos aqui de corpos e coisas, estamos nos referindo ao mundo macroscópico.

12_ Aqui nos referimos à ideia de continuidade que existe entre os elementos químicos, que para alguns autores, está também conferindo nova forma de se pensar a ciência. Boaventura de Souza Santos afirma que a partir das descobertas da física quântica pode se dizer que "[...] a distinção sujeito/objeto é muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Esta distinção perde os seus contornos dicotômicos e assume a forma de um continuum."(SANTOS, 1987, p.26).

GANONG, William Francis. **Fisiologia médica.** Porto Alegre: AMGH, 2010.

GYUTON, Arthur Clifton. **Fisiologia básica.** Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1981.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne.** São Paulo: Cosac &Naify, 2004.

MONTAGU, Ashley. **Tocar: o Significado Humano da Pele.** São Paulo: Summus, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Porto, Portugal: Afrontamento, 1987.

VANDER, A. J. LUCIANO, D.; SHERMAN, J.H. **Fisiologia humana: os mecanismos da função de órgãos e sistemas.**São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1981.